

Palestras

Meio ambiente e responsabilidade empresarial: pontos para uma agenda

*Nelson Carvalho**

Os economistas, há longos anos, provavelmente há cerca de dois séculos, vêm se debruçando sobre uma questão extremamente sensível para as sociedades. Eles vêm se preocupando com uma forma de aferição do conjunto de mercadorias, produtos e serviços gerados por uma sociedade, a que chamam de Produto Nacional Bruto. Um grande economista americano ainda vivo, o Professor John Kennedy Galbraith, propôs um desafio aos seus colegas economistas. Sugeriu que, há duzentos anos, os economistas talvez estivessem se debruçando sobre a questão errada. A tentativa deveria ser a medição da felicidade nacional bruta. Para o Professor Galbraith é muito simples: não necessariamente produto é igual a felicidade. A constatação dele vem de uma observação muito singela, porém muito evidente na organização das sociedades ocidentais, que é aquilo a que nós chamamos em Economia de concentração de renda. Por mais que um Produto Nacional Bruto seja elevado, por mais que ele tenha expressões numéricas avantajadas, se não estiver eqüitativamente distribuído, se estiver pesadamente concentrado nas mãos de poucos, ele é causador de injustiça, portanto causador de infelicidade. O desafio passa a ser encontrar mecanismos de construção e de gestão das sociedades que possam criar emprego para o chefe de família, que possam criar postos de trabalho para os jovens que adentram o mercado de trabalho todos os anos, quando eles chegam naquela faixa etária comumente definida pela literatura especializada como população economicamente ativa. Se esses jovens, ao buscarem o ingresso no mercado de trabalho, encontrarem postos de trabalho, houve criação de renda. Ademais, nós estabelecemos mecanismos de gestão da nossa própria sociedade nos modelos capitalistas, em que conferimos a uma instituição chamada Estado o papel, a missão de gerenciar, para que os nossos objetivos sejam atingidos. Elegemos Parlamentares, Poder Executivo, e, moderados pelo Poder Judiciário, dizemos aos eleitos: “você têm a missão, a tarefa de perseguir os objetivos que representam o consenso desta sociedade, têm o

* Administrador, contador e professor da Universidade de São Paulo.

desafio de fazer estradas, escolas, hospitais, de propiciar segurança, de perseguir o binômio saúde e educação”.

Como o Estado é incapaz de gerar riqueza, não é ente produtor de riqueza, ele deve alocar a riqueza, procurando reduzir aquilo que no jargão econômico se chama assimetria distributiva ou injustiças na concentração de renda. Para isso nós, que os elegemos, damos a eles um mandato, uma autorização via legislativa, a fim de que eles possam legitimamente se apropriar de parte da riqueza que nós geramos na sociedade, o imposto, e para que possam cumprir os objetivos e missões que destacamos a eles. Nós autorizamos que o Estado nos tribute, recolha um pedaço da riqueza. Quando eu digo nós, somos nós, pessoas físicas, e somos nós, organizados dentro de um modelo de pessoa jurídica. Autorizamos que o Estado venha buscar um pedaço da renda que geramos, ou, em algumas estruturas, um pedaço do patrimônio que acumulamos, para que o Estado possa desempenhar a missão que demos a esse mesmo Estado.

A questão – da busca de felicidade nacional, de criação de emprego e de renda para que as pessoas encontrem trabalho, o chefe de família encontre possibilidade de ganhar o seu sustento, mirar o seu lazer e poupar para os seus dias pós atividade profissional, ao mesmo tempo em que o Estado apropria-se de um pedaço da renda para construir a estrada, o hospital, a universidade, para sustentar as máquinas públicas da missão que nós demos a ele, enfim esse concerto de empreendimentos que esperamos ver realizado no conjunto social – apresenta uma série de desafios.

Em alguns momentos esse todo que deveria idealmente ser harmônico e coerente, visando ao objetivo final do bem-estar do indivíduo, ele desafina; em alguns momentos esse todo vê concentrações de renda, pessoas e indivíduos que não gozam do acesso aos mesmos direitos básicos, à mesma capacidade de atingir sonhos, ideais, objetivos, ou pior ainda, não têm a mesma capacidade de ver direitos sendo preservados. Quando essa falta de sintonia acontece, começam a aparecer, de maneira às vezes tímida, às vezes muito contundente, os excluídos. Nesse processo nós devemos constantemente repensar os objetivos dentro dos quais a sociedade se mobiliza e, uma vez reafirmados, os objetivos, a metodologia, as técnicas e os sistemas dos quais nós nos valem para que esses objetivos possam ser perseguidos e tentativamente alcançados.

Eu gostaria de iniciar minha abordagem da questão de pontos para uma agenda no convívio entre a sociedade e a preservação do meio ambiente, comentando que, para uma pessoa oriunda da área de finanças, com formação na área de Economia, voltada para os mecanismos de identificação, mensuração e revelação de mutações patrimoniais, ter o privilégio e a honra de estar dirigindo a palavra a uma platéia com esta diversificação intelectual e de backgrounds acadêmicos, eu procurei me preparar de maneira razoavelmente profunda e busquei a primeira inspiração em um

pensamento que ele é marcante dentro do propósito das reflexões que pretendo fazer com vocês. Minha reflexão literalmente transcreve uma frase em que para incluir alguém em uma sociedade é preciso espaço. Ela foi dita pelo Cardeal Dom Serafim Fernandes de Araújo, na abertura do Primeiro Seminário Sociedade Inclusiva, na PUC Minas, em 29 de setembro de 1999. Há 2 anos ele nos lembrava que era necessário um retorno à origem daquilo que o ser humano tenha talvez de mais nobre e ao mesmo tempo de mais desafiador. Dois pressupostos ele nos sugeria. Primeiro, um respeito à dignidade, à pessoa humana, vendo restaurada a sua capacidade de se comportar com dignidade individualmente e em sociedade. Ao lado desse pressuposto, lembrava-nos também que havia o requisito de reconhecimento da solidariedade. A busca da dignidade em um ambiente de solidariedade seria, nas palavras sábias do Cardeal, o pressuposto fundamental para que espaços fossem identificados, dimensionados e ocupados, visando à inclusão daqueles que não estavam naturalmente pertencendo ao estrato mais privilegiado do convívio social.

Isso nos remete a uma possibilidade de reflexão em que é muito comum nós encontrarmos visões, iniciativas, atuação individual ou de grupos organizados quando nos voltamos para pessoas que sejam portadoras de algum tipo de deficiência. Normalmente nos remetemos a elas ou ao grupo ao qual elas pertencem com uma série de iniciativas. No jargão do dia-a-dia nós nos referimos a isso como tratamentos, os quais ganham diversos apelidos, uma reabilitação, uma integração ou reintegração, uma normalização na capacidade de o indivíduo excluído ser reincluído em um determinado estamento social, o resgate da sua plena participação, uma igualdade, e em alguns casos a sua inclusão, um gênero que define diversas espécies.

Nesse caminho de buscar os tipos de “tratamentos” para os indivíduos portadores de características dessa natureza, nós nos valem de instituições que a sociedade instalou, desenvolveu, ou construiu artificialmente com o propósito de viabilizar o processo de inclusão. Essas instituições se voltam para substancialmente cinco grandes módulos, focos ou propósitos de inclusão desses indivíduos.

O primeiro deles é a preservação, o aumento de qualidade, a melhoria de questões voltadas para a saúde, principalmente a saúde pública.

A segunda grande área à qual nós nos dedicamos com frequência, para que possamos levar a cabo a missão e os objetivos de termos sociedades mais justas, mais equânimes, mais participativas e sociedades inclusivas, são os requisitos voltados para a educação. Saúde e educação vêm sendo o binômio de preocupação tanto social quanto de governantes há diversos séculos sobre a face da Terra – explicitados com o jargão saúde e educação desde que o Iluminismo nos tirou daquela Idade Média de trevas e desconhecida e começou a nos conduzir para regimes menos absolutistas, mais democráticos de organização social.

Em um momento nós nos lembramos de que aqueles de quem tratamos da

saúde, aqueles a quem providenciamos a educação, quando nós mesmos da saúde e da educação usufruímos, um dia diminuirão a sua capacidade de trabalho, de atuação no ambiente profissional, e precisarão de amparo na faixa terminal, na sua terceira idade, no ocaso das suas vidas. Aposentadorias passaram a ser, portanto, uma nova esfera de desafio para aquela organização social, a que eu me referia, atingir os seus propósitos e objetivos.

Eu aqui recorro novamente a remissão que fiz a Galbraith, que é a criação, a manutenção, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de mercados de trabalho que sejam capazes de absorver crescentes demandas de população que aumenta e melhora em níveis de sofisticação.

Existem algumas constatações em Economia que têm a lógica da Matemática, elas têm o fundamento de uma observação sociológica irretorquível. Um desses fundamentos que a Economia chama de lei mas que nada mais é do que o reconhecimento de uma verdade de natureza social é que é necessário crescer o número e a qualidade de empregos.

Imaginemos um exemplo muito elementar, muito primário: um país cuja economia é exclusivamente lastreada na pecuária extensiva de corte é um país com amplas extensões de terra onde invernadas vêm gado ser criado sem confinamento, em natureza selvagem. Para o proprietário dessas extensões de terra, qual é a mão-de-obra que ele precisa? Três ou quatro boiadeiros, meia dúzia de funcionários que zelem pelo rebanho sem maiores preocupações de qualidade e de manutenção. Em um determinado momento essa comunidade de candidatos a boiadeiro cresce, os boiadeiros de 30 anos de idade vêm chegar ao seu sítio de trabalho jovens de 18, 19 anos, procurando trabalho, mas o que existe é o de boiadeiro para quatro, cinco ou meia dúzia. Portanto o salário daqueles homens de 30 anos de idade ocupados na sua função há alguns anos começa a ser colocado em questionamento quanto ao seu valor, porque existem mais pessoas procurando o mesmo número de empregos – é o que se chama, naquele jargão horrível dos economistas, de choque de oferta. Ele atua matemática e inexoravelmente sobre o preço, o que significa que o proprietário ficará com o conjunto de boiadeiros que cobrar menor salário pela oportunidade, porque ele tem excesso de oferta, há mais gente procurando emprego que postos de trabalho.

Esse exemplo rudimentar ilustra o esforço que a sociedade vem tentando fazer às vezes bem, no mais das vezes mal sucedida, a fim de criar mais postos de trabalho para os que chegam encontrarem oportunidades sem tirar o emprego de quem lá está, principalmente sem depreciar, deteriorar, ou destruir o valor do salário ofertado. Ao contrário, na medida em que nós consigamos aumentar a qualidade dos produtos gerados em um processo, uma cadeia produtiva, teremos o conceito de valor agregado, o qual guarda uma noção intuitiva de entendimento. É muito mais rico

para uma sociedade que busca uma felicidade nacional produzir produtos industrializados ou serviços sofisticados do que exportar minério de ferro, frutas, carne ou produtos de natureza primária. Daquela forma, o valor agregado cria uma estrutura de produção que oferece empregos.

Portanto mercado de trabalho passa a ser o quarto dos cinco grandes componentes das instituições que nós devemos constantemente mirar para que elas estejam não apenas instaladas como de qualidade, sadias e em funcionamento, visando a que aquelas pessoas tenham o seu espaço para a inclusão assegurado.

Por último um dos milenares sonhos do ser humano desde que ele se pilhou sobre a face da Terra, convivendo com animais e interagindo com a natureza, é o abrigo, a possibilidade de ter um reduto físico que ele possa entender como lar. O sonho da habitação é um sonho desde as cavernas até os tempos modernos.

Em torno dessas cinco instituições, sem nenhum desprezo pelas demais que flutuam ao redor desse conjunto básico, lazer, cultura e todos os outros derivados, nós sempre conduzimos as discussões sobre inclusão social.

Eu queria a partir deste momento conduzi-los a uma reflexão em outra esfera de identificação. Nós vimos quais são as áreas consideradas mais comuns para o debate e eu queria propor uma área que talvez seja menos comum mas não necessariamente menos importante.

Ao mesmo tempo em que existe um conjunto de pessoas que são identificadas como deficientes, existem também empresas que podem ser identificadas como portadoras de deficiências, mas a empresa não tem nenhum mérito enquanto objetivo final. Empresa não é meta, empresa é meio para atingir a felicidade nacional bruta. Ela é instrumento de aglutinação da famosa oportunidade de emprego que dará ao chefe de família a satisfação do salário e que dará ao Estado a oportunidade da tributação para cumprir a missão que nós, sociedade, demos a ele. Por isso é importante cuidarmos desse mecanismo para que os fins possam ser eventualmente atingidos de maneira mais eficaz. Ocorrem-nos, portanto, duas questões substanciais. Como “tratar” as empresas com deficiências e quais são as instituições que nós compararíamos, voltadas para o tratamento da ferramenta, semelhante às instituições, aos cinco grupos básicos de instituições a que eu me referia quando falava das pessoas?

Três são os pontos principais que eu sugiro que possamos debater como representando o processo pelo qual empresas deficientes passem a ser incluídas na sociedade, não com o objetivo de ter o brilho da logomarca, mas com o propósito de fazê-la cumprir a missão de instrumento que ela efetivamente é, que é propiciar empregos qualitativos a uma sociedade.

O primeiro instrumento que eu proponho para reflexão, debate e atuação no nosso dia-a-dia é a crescente criação, delineamento e implementação de um conceito de responsabilidade social. Empresas têm que ter responsabilidade social tal como

indivíduos, pela razão elementar de que empresas são formadas por indivíduos e elas não conseguirão ser melhores do que a pior das células que a compõem $\frac{3}{4}$ cada célula sendo um dos indivíduos que constroem o seu espaço.

O segundo é um termo estrangeiro – procurei evitar ao máximo não apenas jargão de finanças como textos estrangeiros, porém, lamentavelmente, não consegui encontrar o nosso idioma uma palavra singela que o definisse com a mesma força e com a mesma capacidade de penetração. O conceito do *accountability* é o de tornar-se responsável perante alguém. Não é a responsabilidade no sentido simples, mas a responsabilidade perante um grupo, um eleitorado, uma classe, perante dirigentes. O conceito é mais extenso e abrangente. Não tem necessariamente nenhuma relação com a palavra que o som sugere, contabilidade; é muito mais amplo do que o mero registro, é um conceito de contabilidade com responsabilidade perante metas pré definidas, a fim de demonstrar o quanto dessas metas foi atingido e o quanto deixou de ser atingido.

Tudo isso se constrói a partir de um mecanismo extremamente simples de dimensionar e difícil de praticar, que é o mecanismo da transparência: atitudes transparentes, revelação, divulgação, clareza nos atos produzidos. Aqui eu insistiria em um conceito já mencionado, em que todas as questões são válidas para debate, no esforço de sociedade inclusiva, na exata medida em que essas empresas, que são os nossos veículos, são formadas por pessoas, e a matéria-prima que constitui a sociedade inclusiva bem sucedida e a empresa que serve ao propósito em parte dessa sociedade são a mesma: são pessoas; a matéria-prima é o ser humano. Nesse contexto, poderíamos dizer que a idéia-força por detrás da conduta de migração da empresa deficiente para a empresa integrada, com plena participação – uma empresa inclusiva – é a transparência. Quantos de nós já não vivemos essa verdade às vezes intuitiva e inconscientemente nas nossas vidas, na infância ou na juventude; quantas vezes não nos comportamos, ou presenciamos comportamento de parceiros, colegas, seres humanos ao nosso lado, de modo que, se tal conduta estivesse sendo revelada com transparência, provavelmente seria outra. A revelação tem a poderosa capacidade de influenciar comportamentos. Os principais manuais de Sociologia em qualquer idioma, traduzidos para o inglês, trazem esse conceito da idéia-força: a transparência condiciona o comportamento, diz C. D. Behavior. Esse conceito, que é básico, elementar e muito forte intuitivamente, leva-nos talvez à pista para aquele processo de transformação da empresa deficiente em um esforço de reinclusão ou de recuperação, porque o desafio de provocar essa migração fica muito mais fácil de diagnosticar. Esse desafio é induzir a boa conduta ao invés de simplesmente nos satisfazermos e empregar a boa conduta. Não estou defendendo que abdicemos da pregação, jamais sugeriria que deixemos de defender com palavras a idéia-força de que a boa conduta é a que permite que a sociedade prospere e, portanto, cada um dos indivi-

duos. O que me permite ousar ambiciosa, talvez agressivamente, é sugerir que, mantendo-se a premissa da pregação, demos um passo adiante, atrevamo-nos a ir além e procuremos mecanismos de induzir a boa conduta, ao invés de, depois da pregação, lamentarmos as situações em que a boa conduta não se verifica. Por exemplo, se estivéssemos simplesmente preocupados em inserir jovens deficientes em um mercado de trabalho, nosso eixo de atuação seria sensibilizar as outras pessoas que já estão às vezes inconscientemente usufruindo das belezas da sociedade inclusiva. Já existe conjunto de irmãos que têm os mesmos direitos, as mesmas oportunidades, e, por um mecanismo adequado de pressão, teríamos eventualmente oportunidade de sucesso na sensibilização e na inclusão.

Com o mesmo conceito fundamental, remeto este meu discurso um pouco árido e virtual à empresa com deficiência. Como eu posso induzir a boa conduta empresarial? Eu me atreveria a dizer: da mesma forma, igualmente sensibilizando a sociedade e estabelecendo adequados, precisos, justos e veementes mecanismos de pressão sobre as empresas a partir daquela constatação original, básica e fundamental de que empresas são feitas de e por pessoas. Nesse conceito, nós, freqüentemente, nos valem de mecanismos de pressão.

Os mecanismos mais clássicos de pressão são calcados naquele modelo de construção do gerenciamento da sociedade que estamos implementando, desenvolvendo e tentando aperfeiçoar através dos séculos. Nós, como sociedade, constituímos poderes para nos ajudar a gerenciar o nosso objetivo, ou, em um jargão caro aos sociólogos, administrar o pacto social: o Poder Judiciário, o Poder Legislativo e o Poder Executivo. O Poder Legislativo transforma as aspirações e o consenso da sociedade em regras escritas, as quais apelidamos de leis; o Poder Executivo deve, a partir dessas leis, empenhar-se em ser o gerente do processo de implementação das medidas que levarão ao objetivo pretendido; o Poder Judiciário irá moderar as disputas de entendimento e as divergências de interpretação quanto àquilo que foi pactuado.

Nessa visão clássica, eu me atrevo pretensiosamente a propor que enxerguemos, além dos mecanismos ortodoxos de gerenciamento da sociedade, como os poderes constituídos, alguns outros poderes que existem de fato. Podemos não chamá-los de poderes no mesmo diapasão, com a mesma ênfase com que nos referimos ao Judiciário, Executivo e Legislativo enquanto mandato social, mas indubitavelmente os poderes que listarei exercem uma capacidade efetiva de atuar sobre a sociedade, eventualmente atuar tanto quanto o Legislativo, o Judiciário e o Executivo, orientando ou desorientando o rumo social.

Não podemos esquecer que existe um “poder” chamado imprensa. A imprensa tem uma capacidade notável, adquirida já há mais de um século de história consolidada de mobilizar, motivar e eventualmente redirecionar interesses ao capturar consensos e ao explicitá-los de maneira dinâmica, atomizada, ampla e democratizada. A

imprensa é, ainda que não reconhecida no nosso estatuto social, um tipo de poder. Portanto estou tentando construir que outros poderes, além dos ortodoxos, nós usaremos como instituições a nosso serviço para resgatar a deficiência de empresas que deveriam estar incluídas socialmente.

Um segundo poder, em uma visão heterodoxa, é o das minorias. Estamos já bastante habituados a ver a atuação de grupos de minorias sociais atuantes, eficazes, organizados socialmente, quer na forma de ONGs, quer na forma de organizações de outra espécie do terceiro setor, reivindicando, lutando pelos seus direitos, conquistando os espaços que lhe haviam sido usurpados em práticas sociais do passado.

Não podemos – e este é um poder que me é particularmente caro pela atuação a que eu venho me dedicando nos últimos quinze anos – ignorar que a educação é um poder nas sociedades; um poder nas repúblicas, um poder mitigado porque muitas vezes abafado nas monarquias, mas é um poder, e talvez o maior deles, capaz de provocar transformações. Ainda que nós não o tenhamos elencado no inventário dos poderes ortodoxos, é um mecanismo extraordinariamente forte para provocar mudanças, principalmente quando conjugado com a imprensa e com as minorias atuando organizadamente.

Os grupos de orientação religiosa, as diversas correntes que se associam em torno dos ideais mais nobres do espírito humano acabaram, neste início de novo século e a partir do final do século recém encerrado, demonstrando muito claramente capacidade de mobilização, de identificação de objetivos e de perseguição e atingimento desses objetivos. Esses quatro “poderes”, além dos poderes ortodoxos estabelecidos nas Constituições Nacionais, estão à disposição daqueles motivados e suficientemente habilitados a deles lançar mão para inclusive atuar sobre sociedades e empresas com deficiência.

Façamos uma incursão um pouco mais aprofundada. Pensemos na variável educação, sob o olhar do indivíduo, o ser humano, a pessoa, uma educação inclusiva com algumas das suas vertentes mais dramáticas e de maior apelo para esforços, como este, que têm continuidade neste Segundo Seminário Internacional. Temos sempre a preocupação da educação inclusiva voltada para aqueles que habitam a zona rural, portanto fisicamente distantes e muitas vezes dificultados ou até mesmo inviabilizados do acesso àquela educação cotidiana, rotineira, permanente, do dia-a-dia das comunidades que habitam os centros urbanos. Temos a grande preocupação da educação, mesmo nos centros urbanos, para que ela seja extensiva e inclua as camadas sociais de menor poder aquisitivo, para que deixe de ser um privilégio dos que têm bens materiais e passe a ser efetivamente um direito amplo da sociedade. Além disso, a preocupação com os repetentes crônicos. Ao invés de nos acomodarmos em uma idéia muito pacífica e muito ardua de que o repetente crônico é um mal incorrigível, a educação inclusiva deve remeter-se a essa questão, buscando mecanismos de

superar esse tipo de dificuldade. Na verdade qual é a preocupação que está por detrás desse desafio? Na educação inclusiva, exemplificado por zona rural, camadas de baixa renda e crianças ou adolescentes com dificuldade de assimilar conhecimento, qual é efetivamente a preocupação? De fato o que estamos buscando é sensibilizar a sociedade para dois quesitos, o despertar e a manutenção da dignidade e a prática da solidariedade. Se quisermos sair de um discurso mais conceitual e entrarmos em um campo mais objetivo, quando há a preocupação com a educação inclusiva dentro desses sete grupos de poderes, três ortodoxos e quatro heterodoxos, sendo um deles a educação, objetivamente nós estamos provocando o repensar de currículos e de metodologias. Esse esforço na área de educação inclusiva é de nos debruçarmos sobre currículos escolares e chacoalharmos a poeira de currículos às vezes herdados de décadas, imaginarmos o que tais currículos têm para preparar indivíduos para uma sociedade inclusiva na perspectiva de um novo século, uma nova era. Nessa digressão ao nosso tema eu me remeti ao material distribuído quando da divulgação do Segundo Seminário Internacional Sociedade Inclusiva, no qual estavam estatuídos os objetivos deste evento, e eu notei uma extraordinária semelhança com algumas das idéias que me ocorreram enunciar. Lá está escrito, entre os objetivos, sensibilizar a sociedade e avaliar políticas públicas e ações desenvolvidas – e eu leio, atrás da palavra “desenvolvidas”, ações desenvolvidas, ações a desenvolver e ações não desenvolvidas ainda em prol das conquistas dos direitos humanos de todos os cidadãos.

A inclusão no campo do trabalho e no campo da educação inclusiva sugere que provoquemos uma revolução no campo do ensino, que tem dois eixos principais, um voltado para o aluno e outro para o professor. Tudo o mais importante para que a revolução aconteça gravita na minha proposta em torno desses dois eixos fundamentais.

A primeira percepção relevante é estigmatizarmos em definitivo que aluno não é cliente, não tem interesses a serem preservados quanto a serem mimados, não pode ser tratado com o distanciamento que evite ao aluno o ônus, o esforço, o sacrifício e a dedicação. Aluno tem que ser submetido a um regime pesado, embora inteligente, de um esforço de aprendizado, e isso inclui trabalho extra-classe, seminário, leituras adicionais, um envolvimento do aluno além dos 40, 50 ou 55 minutos de duração de uma aula em classe. O aluno está sendo convidado a entrar no mundo do conhecimento e essa entrada não acontece em um passe de mágica. Não é cuidar dele como se fosse um bebê inepto e dizer assista à aula e assine a folha de presença, que ele sairá graduado. Talvez saia até com um diploma, mas não com o conhecimento. Seria preferível, se tivéssemos que fazer a opção perversa, sair com o conhecimento ainda que sem o diploma. O segundo eixo fundamental é imaginarmos que professor não é uma figura virtual, não é uma tela de televisão que só acontece na hora que ligamos o botão de liga/desliga. O professor existe acima, antes e além do am-

biente de sala de aula. O desafio que se coloca nessa revolução de ensino é que os líderes da comunidade de educação $\frac{3}{4}$ não me refiro apenas ao Estado, mas também àqueles que empreendem no setor educacional $\frac{3}{4}$ respeitem o fato de que o professor tem que se qualificar continuamente. Ele tem que ter tempo remunerado para escrever, pesquisar, publicar, participar de congressos. Exigir do professor que ele acumule pesquisa, artigos, estudo e participação em congressos com o comparecimento físico na sala de aula é desrespeitar o eixo principal de formação dessa viga de construção de uma sociedade inclusiva que é o processo educacional.

No momento em que se tem essas imagens percebidas talvez fique agora um pouco mais fácil traçarmos objetivamente um processo de sensibilização da sociedade a que me referi como sendo o processo de sensibilização aplicável a pessoas e igualmente a empresas. Estamos em um desafio de eliminação de barreiras de três naturezas: físicas; voltadas para os programas de gestão da sociedade; e humanas, envolvendo atitudes do ser humano, da pessoa, do indivíduo.

O homem teve uma dificuldade muito grande quando ele apareceu sobre a face da Terra. Ele começou a intuir e levou alguns milênios para entender claramente que ele não era um produto espontâneo da natureza. O homem também tinha que se inserir naquele meio natural, não tinha a espontaneidade das águas, das árvores, dos rios, de alguns animais que interagem com a natureza e com ela conviviam. O homem, então, teve um desafio nessa sua dessintonia espontânea com a natureza: não se adaptou ao mundo, procurou adaptar o mundo a si. Nesse esforço de adaptar o mundo a si, o homem, freqüentemente, ao redor dos séculos, tem se transformado em um predador do ambiente sobre o qual ele atua, tentando fazer com que esse ambiente lhe seja mais hospitaleiro. Ao invés de utilizar a inteligência que lhe foi concedida para construir essa hospitalidade de maneira não agressiva, o homem deixou-se levar pela facilidade de atuações em que a hospitalidade implica em alguma destruição ou predação. Essa aliança, às vezes interessante, às vezes perversa, entre natureza e inteligência humana, leva-nos a três tipos de oportunidades, de recursos, também chamados três tipos de ativos para que possamos realizar o nosso desejo por proteção, lazer, abrigo e por saciar a nossa fome. Nós nos valemos de recursos que a natureza proporcionou sem que concorrêssemos para o seu surgimento. Esses recursos, em uma primeira modalidade, não são renováveis, esgotam-se, exaurem-se. No entanto, nós estamos consumindo em um processo de depleção, de exaustão, de amortização e de depreciação desses recursos desde o surgimento do homem sobre a face da Terra. Existe um segundo conjunto de recursos naturais, aqueles passíveis de renovação. Via de regra, parte privilegiada da inteligência humana acorda para a consciência de que, se o recurso é renovável, deve-se colocar o talento à disposição e renová-lo, reflorestar, parques ecológicos, fazer confinamento de animais de tal forma que a uma eliminação para algum uso mantenham-se matrizes e providenciam-se

novas gerações. O terceiro grande tipo de recurso de que o homem lança mão são os que ele fabrica, os que não existem na natureza, é o capital construído pelo ser humano. Com esses três conjuntos de recursos vem procurando assegurar a sua presença sobre a face da Terra. Onde o homem atua, quer ao exaurir recurso não renovável, quer ao exaurir recurso renovável e não renová-lo na intensidade da exaustão, quer ao trabalhar com os recursos fabricados por ele mesmo, homem, e que geram resíduos de natureza agressiva, o homem acaba predando o meio no qual ele vive, em quatro grandes variáveis. O homem acaba predando o ar que ele precisa para respirar, a água que ele precisa para sobreviver, o aspecto sonoro que ele precisa para tolerar a compreensão, abaixo ou acima de certos limites, não havendo possibilidade de comunicação, e os aspectos da chamada poluição visual. O homem consegue poluir quatro vertentes que às vezes são dadas gratuitamente pelo meio ambiente e às vezes são construídas.

Façamos, portanto, a correlação entre o processo de sensibilização da sociedade e as quatro forças ou poderes adicionais aos três constituídos para entender o nosso desafio: como proteger o ar, a água, a nossa capacidade de sonorização adequada e confortável e o nosso aspecto visual. O primeiro mecanismo é um processo preventivo: sensibilizarmos e motivarmos a sociedade para que o processo preventivo uma vez instalado evite aquela depredação. Na hipótese de que a prevenção não seja possível, implantar com eficácia, agilidade, rapidez e a custos compatíveis, um processo corretivo de um dano eventualmente causado. A que instituições pode então o homem recorrer semelhante ao caso da pessoa para transformar a empresa deficiente em uma empresa inclusiva? Primeiro ele vai recorrer ao Estado, o mecanismo clássico dos poderes constituídos. Eles têm uma característica: se o Estado ficar exclusiva e isoladamente a cargo da prevenção ou correção, ele vai mostrar a sua lentidão pela burocracia, portanto a sua ineficácia. Atuando isoladamente o Estado não vai demonstrar ser ágil para mitigar os efeitos da depredação. O Estado é um bom monitor quando está em parceria com uma sociedade consciente. Depende da iniciativa da sociedade demonstrar a sua consciência para firmar a parceria com o Estado e atuar no processo preventivo ou, se inevitável, no processo corretivo.

Quais são os interessados principais na qualidade ambiental? As medidas de proteção ao meio ambiente têm alguns públicos direta e outros indiretamente afetados. Se nós olhamos no microcosmo da ferramenta chamada empresa, os clientes da empresa têm interesse na proteção ambiental. Hoje já vemos movimentos empresariais em que clientes não compram de empresas que não sejam socialmente responsáveis, não tenham *accountability* e não tenham transparência. Além disso há investidores que também renegam e refugam colocar a sua poupança financeira em empresas socialmente irresponsáveis. Há fornecedores e credores que, eventualmente e cada vez em um crescendo maior, se recusam a continuar fornecendo insumos para em-

presas de conduta inadequada sob o prisma social. Há funcionários e corpos funcionais mobilizados em grêmios ou em sindicatos, que começam a manifestar externa e ostensivamente repúdio a atitudes incorretas no comportamento de empresas. Alguns dos interessados indiretos somos todos nós, interessados em empresas socialmente responsáveis, capazes de gerar emprego e renda.

Existe um mecanismo clássico de avaliação de empresas, de natureza financeira. A minha proposta é que nós transponhamos o rio da margem de avaliação financeira, chegando à margem de avaliação social. Empresas podem e devem ser avaliadas socialmente, tal como elas vêm sendo avaliadas financeiramente há alguns séculos. Avaliar socialmente uma empresa é avaliar o seu comportamento em três facetas fundamentais: as condutas ambiental, social e do ponto de vista humanitário. Isso já está bastante evoluído em algumas outras sociedades e a Bolsa de Valores de Londres acaba de ver inaugurado um novo índice de negociação em pregão, chamado Índice das Empresas Socialmente Responsáveis, com as iniciais em inglês por *Socially Responsible Investments*.

O que avaliam tais índices? Vamos começar por quem não entra no índice, quem não merece nem ser avaliado. As primeiras empresas que estão fora da lista da hipótese de avaliação são as de cigarros, de armas e as de energia nuclear. O índice, quando implantado – há mil e seiscentas empresas já sendo contempladas nesta avaliação em Londres –, apresentou algumas surpresas. Excluindo fabricantes de armas, cigarros e os que militam com energia nuclear sem os cuidados mínimos de proteção social, todo o resto provavelmente é composto por empresas de conduta ambiental, social e humanitária irrepreensível. Entretanto, apareceram supermercados com baixos índices de responsabilidade social porque não revelaram uso adequado do solo ou uso adequado da energia. Apareceram bancos como não socialmente responsáveis: o índice mediu a extensão da parceria de um banco em países, regiões ou comunidades que são predadoras, por exemplo, de direitos humanos, ao emprestar dinheiro para empresas em países que, por exemplo, exploram o trabalho infantil. Esse conjunto de indicadores ainda permite que não estejam excluídas, mas sob constante observação, todas as empresas do setor farmacêutico, todas as mineradoras, muitas das quais demonstram consciência e preocupação social, o setor de software, com frequência, porque encomenda trabalhos em países de mão de obra barata e portanto menos preocupados com desenvolvimento humano, as empresas voltadas para a área de transgênicos, de quem se cobra uma responsabilidade social na hipótese de migração contundente dos processos de produção agrícola convencionais, e as empresas na área de genética, particularmente aquelas voltadas para a exploração do genoma.

Existe nesse grande contexto um debate que permeia a discussão, o eterno debate da globalização. Encontramos uma polarização frequente a respeito da matéria de globalização. Há um grupo extremamente crítico da globalização que alega com

frequência – e há evidências de que os seus argumentos não são de todo falsos nem artificiais – que a globalização é apenas um mecanismo, uma força adicional para a prática da opressão, da exploração e da injustiça. E existem aqueles que, rendidos à evidência de que a globalização, em alguma extensão, chegou para ficar, procuram encontrar nela algum mérito. O principal deles é que a tecnologia permitida pela globalização é viável para pessoas que têm objetivos. Por outro lado, as barreiras que existiam no mundo segmentado em fronteiras intransponíveis não permitiam que as pessoas alcançassem suas metas. Daí surge a grande discussão a respeito do lucro como causa e efeito das relações com trabalhadores e com atitudes ecologicamente corretas. Muitos acusam o setor empresarial, até o próprio modelo capitalista de só se preocupar em melhorar a vida do trabalhador e em ter uma postura ecologicamente correta porque isso dá lucro. Os que defendem essa linha de raciocínio são inconformados: “eles não fazem nada que seja bom em si, ou que seja intrinsecamente defensável, ou mesmo porque seja socialmente justificável; eles fazem porque vai dar lucro”. A discussão que se instala é que, se essa constatação for verdadeira, invalida, de per si, o capitalismo, ou talvez essa constatação, ao contrário, dá a correta dimensão do lucro como ferramenta a ser usada. Por que não fazemos como faz o conjunto de artes marciais que usa a força do adversário para derrotá-lo? Se o empresário é movido a lucro e se o lucro o mobiliza e o sensibiliza para tratar bem os seus clientes, vizinhos, empregados, fornecedores, por que não usamos essa arma para mobilizá-lo, a fim de que ele trate bem a toda essa gente, ao invés de, iconoclasticamente, tentar destruí-lo e daí não ter nada mais perfeito para colocar no lugar dessa imperfeição?

Antes nós falamos que pessoas formam as empresas, sejam elas mais inclusivas ou menos. O processo é para pessoas e empresas de sensibilização. Além dos poderes ortodoxos constituídos temos que lançar mão de poderes heterodoxos. A variável chave é usar a transparência, a revelação, a divulgação como mecanismo de migração ou de melhoria. Empresas que têm o carimbo de empresa socialmente válida é aquela que tem internamente o DNA da sobrevivência no século XXI. Aprendemos e estamos constantemente aprendendo que não devemos depender de um Estado paternalista para olhar por nós. Temos diversas técnicas, métodos e metodologias para provocar essa sensibilização. O conceito básico é usar a força do adversário para controlá-lo.

Gostaria de compartilhar com vocês algumas vivências que essa vizinhança do mundo das finanças com o mundo da ecologia tem propiciado. Recentemente um grande banco americano, entre os vinte maiores bancos dos Estados Unidos, foi procurado por uma empresa que pedia um empréstimo de cinco milhões de dólares. Na ordem de grandeza da empresa e para o tamanho do banco não era um dinheiro exorbitante. O banco processou a análise do crédito, resolveu deferir o pedido de empréstimo e pediu garantias. Embora a empresa vá muito bem, tenha clientela, um

bom mercado e um bom produto, esteja bem colocada perante os concorrentes, o banco tem que se precaver e pediu garantias. As garantias oferecidas foram as ações do capital social da empresa. Conforme o dono da empresa, se por um acidente a empresa não pagasse, o banco ficaria com a empresa e as ações. O banco aceitou, jamais imaginando que em qualquer momento precisasse executar a garantia. Houve um acidente de percurso, a empresa sofreu um problema – concorrência, projeto, processo, produção – e teve suas vendas definhando, o lucro consumido, transformou-se em prejuízo e depois em concordatária. Caminhava para a falência e a empresa não pôde honrar o empréstimo. O banco executou a garantia, tomou as ações do proprietário e se pôs imediatamente a vender essas ações para outra empresa, pois não queria administrar uma empresa industrial, apenas tomou a garantia da empresa para recuperar o seu crédito. Mas não veio o dinheiro, vieram as ações, e se ele vendesse as ações receberia o dinheiro que emprestou de volta. Nesse intervalo de tempo em que o banco estava episodicamente dono das ações, executara a garantia e ainda não tinha encontrado comprador, a empresa foi visitada pelos fiscais do meio ambiente da região, e foi diagnosticado que ela agredia o meio ambiente ao arrepio da lei, portanto deveria sofrer uma penalidade sob a forma de multa. O caso é real, do estado de Illinois, uma cidade perto de Chicago. A empresa foi multada em cem milhões de dólares e quem teve que pagar o empréstimo foi o acionista, particularmente neste caso, o banco. Já dizia o ex-ministro Delfim Neto que a parte mais sensível do corpo humano é o bolso. Daí fica muito clara a parceria das empresas e a oportunidade dos indivíduos de levá-las a uma responsabilidade social.

Já existem princípios éticos delineados, fóruns empresariais nos quais a inclusão vem sendo debatida, seguramente há umas duas ou três décadas. Porém não vamos nos iludir, não é um assunto que vai se instalar e se implantar pela beleza da sua força moral. Isso ocorrerá a partir do interesse nosso, dos indivíduos da sociedade usando legítimos e inteligentes instrumentos de força. Não nos esqueçamos de que no Brasil de alguns anos atrás, não tantos, do regime governado pelos militares, um general-ministro declarou uma vez está – na imprensa, este não chegou a ser censurado – que o Brasil era um país pobre demais para se dar ao luxo de preocupações ecológicas. No entanto, depois de Chernobyl, ninguém mais acredita que o progresso industrial deva ser feito a qualquer preço ambiental. Hoje essa consciência está estabelecida, essas regras de ética nascem das pessoas que têm a motivação, o impulso e a convicção. Mas ela tem que refluir para cima, para os estratos governantes da sociedade e das empresas para surtir efeito.

Quando questionam sobre a lógica do capitalismo, existe aqui um problema fundamental de interpretação. A lógica do capitalismo não é a acumulação de riquezas por uma parcela bem pequena, é a acumulação de riquezas a partir da exploração empresarial. A distorção é que ele seja por uma parcela bem pequena, mas o capita-

lismo não advoga que seja por uma parcela pequena. Esse é um aleijão do capitalismo que precisa ser consertado e é por isso que eu escolhi o tema sociedades ou empresas deficientes. Temos que incluir essas empresas dentro de uma lógica correta, e, na medida em que toda a sociedade possa usufruir do lucro alcançado, sem dúvida, haverá uma distribuição de renda mais equitativa. No atual estágio da economia mundial existe a globalização, está provocando concentrações de riqueza pontuais, mas isso não é genérico, exclusivo, nem universal. Há benefícios que advêm da globalização e eu me referi amplamente à questão do acesso à tecnologia pois, de outra forma, nós ainda estaríamos na reserva de mercado da informática, trabalhando com computadores de 8 mega. Porém, o fato de a globalização ensejar a hipótese de aumentar a perversidade da acumulação de riqueza, da concentração de renda, não é motivo para nós contestarmos a globalização. O fechamento em fronteiras domésticas e a eleição do mercado interno como aquele único a ser privilegiado já se provou econômico e socialmente inviável, utópico e inatingível.

Outro questionamento é sobre o difícil cenário de globalização e de responsabilidade social. Cada vez mais o mercado tem definido regras. Então as empresas fazem teste de urina para comprovar que o candidato ao emprego não seja um dependente de droga, mas têm que comprovar que mantêm programas preventivos ao uso de drogas para poder fazer parte do mercado global. Aonde vamos chegar com essa dualidade empresarial? Chegaremos aonde nós, deste auditório, a levarmos. Se nós ficarmos aqui sentados no auditório, ou nas nossas casas, ou na frente da televisão, lamentando que a dualidade esteja acontecendo, ela vai se aprofundar e ela vai causar efeitos maléficos. Lamentavelmente, a atuação sobre mecanismos dessa natureza, perversos e maléficos, requer exposição, desgaste, atuação. Nós temos que sair à rua, ao campo, à luta, aos embates, aos seminários, aos plenários, ao Congresso, ao Judiciário e externar e fazer prevalecer os nossos pontos de vista sem nenhuma hipótese de imaginarmos que é uma ação concreta de resultado imediato, no sentido de que eu falo hoje e acontece amanhã. Se eu falar hoje, acontecerá amanhã ou depois de amanhã, porém, se eu não falar, não acontecerá. Então é iniciativa, atuação. O processo de sensibilização não se instala por inércia, ele se instala por iniciativa e por atuação.

No caso do voluntariado que é responsável, como pode prevalecer a ética na responsabilidade social? Se ele pode ser mau usado? Pode ser mau usado, tudo pode ser mau usado. Um revólver originalmente não nasceu para o fim perverso para o qual ele é usado. Ele nasceu para defesa contra animais selvagens e contra agressões de condições da natureza. Hoje ele é usado para matar inocentes. Tudo pode ser mau usado. Alguém fala que uma ambulância seja boa? Uma ambulância é ótima. Se mau usada na mão de um motorista inabilitado ou bêbado, ela é um instrumento letal. Tudo pode ser mau usado e o voluntariado também. Depende de um contínuo atuar

sobre as forças que nós queremos ver mitigadas. Depende de ação e de atuação, e seminários como este são o *locus* adequado para difundir essa convicção e provocar as reações adequadas.

Gostariam que eu abrangesse a relação entre aluno e professor na dinâmica colocada e o processo de avaliação das empresas na vertente ambientalista. Essa é uma das relações que estão mais carentes de serem renovadas, de merecerem uma revolução, de serem repensadas no Brasil de hoje. Não vou falar de países estrangeiros, outras culturas, outras realidades. Estou falando da realidade que eu vivo e da qual muitas vezes acho que tenho a percepção e me frustro por não encontrar em mim as forças para mudar uma realidade que às vezes eu combato. Passemos do campo conceitual para o concreto. Eu não acredito que os alunos devam aceitar ainda sala de aula com cadeira uma atrás de outra, aquele modelo de pelotão militar, um aluno atrás do outro. Sala de aula de universidade é semicírculo, debate, reflexão, troca de experiências. Aquela aula expositiva, a aula narrativa, o *lecture* dos americanos, acabou. A cátedra do professor onisciente, onipresente e supersapiente, em que ele vem compartilhar migalhas da sua sabedoria com aqueles pobres ignorantes, não é dessa época. Deve ocorrer uma troca de experiências por quem leu mais com quem leu menos, por quem viveu mais com quem viveu menos, mas nada faz de um melhor do que o do outro, e, sim, mais abrangente, mais pontualmente rico. A primeira revolução na sala de aula é chegar e colocar as suas cadeiras como alunos, em semicírculo, e anunciar que o tema do dia será debatido ao invés de assistirem passivamente ao quadro negro que se enche de palavras e de números. Aula em estilo de seminário é absolutamente essencial. Aluno via de regra não gosta porque tem que ler em casa, fazer trabalho de grupo, preparar transparência, vai dividir: “olha, eu leio o começo, você lê o meio, outro lê o fim e depois vamos lá”. Nas minhas aulas eu inaugurei isso, na pós-graduação em 1989, mantenho, e inaugurei na graduação há 3 anos. Eu distribuo os temas, discuto a metodologia e quando os alunos começam a se acomodar, tranquilos na cadeira, cada um lê um pouquinho e eu falo: “tem só mais uma informação que eu não lhes dei”. Quem escolhe qual aluno vai apresentar qual parte sou eu. Nós queremos mudar a realidade ou queremos ofender a realidade? Queremos xingar, maldizer a escuridão? Mudar a realidade. Professores, por favor, tampem os ouvidos porque eu vou falar para os alunos. Desafiem os seus professores, leiam mais do que eles, façam perguntas que eles têm que estudar para responder e aí se transforma o ensino. De outra forma, passivamente, ouvem-se anotações – espero que nesta universidade nenhum caso, mas acontecem alguns casos pelo Brasil afora –, ouvem-se anotações de material de preparação de aula de 15 anos atrás sendo repetido em um mundo que mudou, em que o professor precisa estar preparado para sensibilizar pessoas através da mudança de comportamentos. Para isso tem-se que estar tão ou mais equipado do que aqueles cujo comportamento se quer mudar. Como utilizar a

força do adversário, o sistema de ensino, para garantir a vitória da dinâmica efetiva da aprendizagem? Cobrar dos professores artigos publicados em revistas especializadas com arbitragem, vale dizer, com críticas de artigos recusados por má qualidade; cobrar professores participação em congressos, e, se algum deles professores justificar que não pode porque a direção da escola não os libera, dizer à direção da escola que não é assim que se trata um dos dois eixos principais da revolução no ensino, o eixo professor.

Expuseram-me que, no final da década de 70 e durante os anos 80, vimos crescer o poder da sociedade civil expressado nos movimentos sociais. Hoje vimos ações e atitudes concretas dos governos no Brasil ao dismantelar os movimentos sociais, principalmente aqueles que trazem questionamentos ao projeto neoliberal. Daí me perguntaram como fica o “poder” das minorias diante desse contexto. A pergunta é provocativa, provavelmente a mais curta e a mais fácil de responder: elejam outros.

Para atender à demais expectativas, esclareço que a intenção, quando eu trouxe a minha proposta – até que eu considere agressiva de dizer – é que existem quatro poderes heterodoxos à nossa disposição, de maneira prática e objetiva. Por que não usar os dutos de comunicação e pressão das minorias da Igreja, das religiões, da Educação para provocar processos de mudança e da Imprensa? O caráter prático é fazer com que essas veias de comunicação levem o nosso inconformismo, a nossa angústia, e, muito importante, a nossa proposta, e é importante porque exige-se que tenhamos propostas. É fundamental que a sociedade avalie as empresas. Se pegarmos o exemplo da Petrobrás, o que tem feito a sociedade em relação aos desastres ocorridos? A Petrobrás hoje é uma empresa com muito mais consciência e responsabilidade social do que era há 5 ou 10 anos. Há 10 anos o que acontecesse não seria sequer noticiado. Hoje existe um processo de prevenção e de multas. Acidentes realmente acontecem. Se acontecem mais do que deveriam estar acontecendo, troquemos a administração da Petrobrás, a diretoria, punamos a Petrobrás pelos mecanismos de punição que a sociedade construiu. Antigamente os mecanismos eram outros, havia força, esarteamento, hoje há demissão e multa.

Os meios de comunicação nem sempre divulgam os trabalhos para organização dos menos favorecidos, por exemplo o Fórum Social. Para sensibilizar através dos meios de comunicação, é fundamental usar a força que está latente em cada um. Não sei quantas pessoas da imprensa assistem ao Seminário, mas eu me decepcionaria se não houvesse muitos profissionais da imprensa, porque teriam usado mal as forças da direção da Pontifícia Universidade Católica, que tem um extraordinário acesso à imprensa natural, assim como teriam usado mal as forças políticas do estado de Minas Gerais, se não no poder Executivo, da Assembléia Legislativa e da Câmara dos Vereadores e o Professorado; todos são ímãs da imprensa naturalmente. Em um evento como este na Universidade de São Paulo, garanto que pelo menos quinze jornalistas estariam lá dentro o tempo todo repercutindo na televisão, na mídia do dia

seguinte, o que foi discutido. De tal modo que se deve usar de maneira concreta, objetiva e inteligente os recursos que estão à disposição.

Quanto a unir a força do adversário para dominá-lo, a minha percepção é a seguinte: ao invés de se revoltar com o fato de que o empresário se sensibiliza, ou apenas, ou primordialmente, a partir do lucro, e ficar em uma discussão estéril, dizendo que o empresário não deveria ser assim e ele continuando a agir assim, não se dá lucro ao mau empresário, não se compram os seus produtos, não se aceitam os empregos que ele oferece, não se fornece a ele, de maneira que ele vai mudar a sua postura, porque ficou comprometida a sua meta principal. Ao mudar a postura, atingiu-se o objetivo. Quanto à educação, é indiscutível que nós sofremos um processo extraordinariamente profundo de deterioração do sistema educacional neste país. Estamos polarizados entre duas áreas ruins de um mundo indesejado. Grande parte, eu nunca digo todas, porque há honrosas exceções, mas grande parte do sistema educacional privado trata o aluno como cliente e por isso eu afirmei que esse mito tem que ser destruído. Eles não querem incomodar o aluno porque “senão ele se aborrece, vai pagar a sua mensalidade na escola do lado e eu perco receita”. Quando o aluno não é incomodado, não há preocupação em exigir, mencionam-se algumas coisas e, se ele quiser aprender, aprendeu. Então esse sistema não está construído para ensinar, ele está construído para lucrar. O segundo pólo condenável é que o sistema educacional público sofre os males de todo o setor público em uma sociedade com os nossos problemas. Universidades federais e estaduais $\frac{3}{4}$ eu venho de uma das três do estado de São Paulo, sou professor da Universidade de São Paulo $\frac{3}{4}$ tiveram a sua remuneração extraordinariamente aviltada ao longo dos anos. Os mecanismos de protesto, de luta contra esse estado de coisas, incluem todos os conhecidos, não existe um mecanismo mágico, não há como falar “faça isto e o problema estará resolvido”. O processo inclui todos os mecanismos conhecidos, inclusive o dos meus colegas das federais atualmente, que é o protesto mediante paralisação, visando a uma negociação mais justa. A luta é permanente porque, por outro lado, malgrado, governos podem ter sido, em maior ou menor extensão, responsáveis pelo status quo. É indiscutível que o dinheiro esteja guardado em um cofre e não esteja sendo distribuído aos professores por perversidade. O fato é que o dinheiro não existe.

Outra polêmica é como falar dos avanços da tecnologia na era da globalização quando grande parte da população de baixa renda não tem acesso à mesma. A culpa é nossa, que estamos alimentados com café da manhã, de gravata, vestidos, com carro no estacionamento. A culpa não é nem do governo porque providenciar internet gratuita não é solução, o paternalismo podia ser muito bom na era de Getúlio Vargas. A culpa é daqueles que estão nos degraus superiores, os mais concentrados da pirâmide. O avanço da tecnologia ocorreu e deve ser aproveitado, temos que ter mecanismos inteligentes de disseminar o seu aproveitamento de maneira mais democrática.

Muitas disparidades ainda existem no Brasil, embora o conceito de desenvolvimento sustentável refira-se à garantia da qualidade de vida em termos sociais, políticos, ambientais e culturais para estas e as gerações futuras. Realmente, quanto ao último relatório do BID, a América Latina está um século atrasada e só investiu em economia; a agenda 21 é de 1992. Lamentavelmente eu sou um dos poucos renitentes que lutam contra uma verdade que tenta se impor: perdemos o trem da história. Comparemos o sistema educacional de sociedades bem sucedidas, sem se referir a EUA, Inglaterra ou Alemanha, mas lembrando a Coreia e o Japão, com suas experiências educacionais. A Coreia e o Brasil saíram, em 1960, juntos do mesmo patamar de subdesenvolvimento. Um resolveu investir em rodovia, ferrovia, telecomunicação e siderurgia, o outro resolveu investir em ensino. A Coreia tem moeda estável, nós não. Estamos atrasados, sim. Para o processo de inserção, há duas escolhas: ou se continua lutando, tentando se apegar às esperanças que ainda existem – e eu sou um esperançoso nato –, ou se acompanha o Dr. Mário Amato e muda-se para Miami.

Não posso concordar jamais que a única garantia para inclusão social seja a multa doer no bolso. O processo punitivo não é necessariamente educativo. O processo educativo é de conscientização, de diálogo, um processo exaustivo de debate, em que se volta, repetem-se diversas vezes as mesmas convicções e temas até sensibilizar outras pessoas, reforça-se o couro das nossas idéias e começa-se a construir um mecanismo de pressão, o que pode ser até, eventualmente, uma ONG ou um partido político. A multa é um episódio acessório, secundário no processo, e eu gostaria que ela não precisasse existir para a inclusão social.

Acessibilidade

*Ismaelita Maria Lima**

Acessibilidade não é vista, em termos de política pública, apenas como uma setorização do problema, ou seja, apenas do ponto de vista da arquitetura acessível. Ela é um componente importante, mas essa temática da acessibilidade é entendida no seu sentido mais amplo. Seriam as condições de oportunidade que a sociedade e o Estado deveriam pôr à disposição das pessoas com deficiência, ou com habilidades reduzidas, com limitações ao acesso a todos os serviços e bens da comunidade.

O que seria para nós deficiência e inclusão? Algumas informações ajudam-nos a refletir, as estatísticas foram colhidas desde o censo de 1991. São importantes para verificarmos até que ponto a acessibilidade ao meio físico fica comprometida por conta da falta de acesso a outras políticas básicas, políticas setoriais específicas, como a educação, saúde, transporte etc. Verificaremos os instrumentos jurídicos que o Estado dispõe para que esses direitos sejam efetivamente cumpridos.

Deficiência e inclusão seriam a perspectiva para o novo milênio, uma preocupação hoje de todos os órgãos públicos, principalmente do governo federal. Para quem não conhece a questão das pessoas portadoras de deficiência, o Brasil tanto quanto os demais países que fazem parte da ONU, teve uma preocupação específica com relação a esse grupo social. Poderia especificar melhor que na Secretaria do Estado de Direitos Humanos, que é o órgão a que a Conade está vinculada, a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, há uma preocupação não apenas com esse grupo. Trabalhamos com todos os grupos vulneráveis da sociedade: negros, mulheres, portadores de deficiências, crianças e adolescentes em geral. Especificamente, tratarei deste grupo, pessoas portadoras de deficiência, mas sem excluir o conceito da diversidade que é onde e como devem ser tratadas todas as questões de grupos vulneráveis da sociedade.

* Economista, Coordenadora Nacional da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, do Ministério da Justiça. Representante da Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Ministério da Justiça (em substituição à diretora do Departamento Promoção de Direitos Humanos).

Temos observado que conceituações ou terminologias geralmente empregadas têm, muitas vezes, ultrapassado determinados limites no sentido de que prejudica ou não contribui para o entendimento melhor da problemática desse grupo social. As conceituações formais, oficiais, adotadas pela Organização Mundial de Saúde, referem-se exatamente ao entendimento do que seja deficiência, incapacidade e desvantagem. Quem trabalha com esse grupo deve sempre associar esses três conceitos: a deficiência que é ligada ao órgão; a incapacidade que é ligada à função, pois ela afeta diretamente a função desse órgão; e a desvantagem que recai sobre esse indivíduo, quando se expõe a dificuldade que o meio social oferece ou quando não se disponibilizam recursos para que ele tenha acesso a serviços sociais básicos.

Então essa pessoa não deve ser vista com características específicas como o deficiente, como se a dificuldade que ele enfrentasse para interagir com o meio social estivesse exatamente em função dele, como se a deficiência fosse da pessoa. Com essas três conceituações, é importante desmistificar a imagem que sempre atribuímos a uma pessoa portadora de deficiência como aquele conceito de pobrezinho, doente, ou de alguém totalmente inapto para qualquer tipo de atividade.

A articulação desses três conceitos tem passado por transições principalmente nas duas últimas décadas em função da nova abordagem dos direitos humanos.

Quanto às pessoas com limitações psíquicas ou mentais, várias terminologias já foram adotadas, como idiotas, débeis mentais, retardados. Ao longo do tempo, a sociedade as utilizou para se referir a essas pessoas, inclusive aquelas com dificuldades de aprendizagem permanente, que hoje se conceitua muito como pessoas com necessidades especiais.

Inclusive há uma preocupação nossa, “pessoas com necessidades especiais” não é um atributo que se utilize tecnicamente com relação a essas pessoas, porque consideramos que necessidades especiais qualquer um de nós temos. Eu, por exemplo, tenho uma necessidade especial, preciso usar lentes porque sofro de miopia. Não tenho cegueira, mas tenho miopia, tenho uma necessidade especial, embora não seja considerada uma pessoa portadora de deficiência. Outra pessoa pode ter outra necessidade. Inclusive eu aproveitaria para dizer que uma conselheira do Conade tem uma deficiência física, uma amputação de membro superior. Quando as pessoas em geral se referem a portadores de necessidade especial, ela diz brincando: “Eu tenho uma necessidade especial, eu gostaria muito de um carro importado, que ele dirigisse por si só, e eu ficasse no carro confortavelmente”.

Essa terminologia é consequência de uma nova abordagem da educação, a partir da Declaração de Salamanca e outras declarações sobre educação para todos, quando foi identificado que determinados grupos sociais necessitavam de um atendimento educacional especializado. Conceituou-se chamar pessoas com necessidades educacionais especiais. Popularmente, vão-se abreviando as terminologias e hoje todo mun-

do fala “pessoas com necessidades especiais”. Mas sempre quando alguém se referia a isso estava se referindo a pessoas com necessidades educacionais especiais, que é a única terminologia, além de portadores de deficiência, que se utiliza correntemente.

Com relação às pessoas com limitações físicas ou sensoriais também eram mais ou menos essas as terminologias que se utilizaram ao longo do tempo: lesionados, tolhidos, impedidos, inúteis, inválidos, desvalidos, mutilados e assim sucessivamente. Quanto ao processo de atenção, também, conceitualmente, utilizaram-se várias expressões: beneficência, assistência, reeducação, prevenção, reabilitação, habilitação, tratamento e recuperação. Isso é uma evolução de conceitos ao longo do tempo. Atualmente, quanto ao processo de atenção, trabalhamos com atendimento especializado, que pode ser na educação, na saúde, ou na assistência social. A terminologia “prevenção” é correta hoje, trabalhamos com prevenção, com reabilitação e com reabilitação profissional.

Com relação a esses conceitos sobre deficiência, há uma preocupação tanto da ONU quanto dos profissionais da área, para que não se utilize, nessas mudanças terminológicas, conotações negativas com relação a essas pessoas, como o deficiente, o paralítico. Uma referência a esse comentário foi feita pelo professor Verdu, da Universidade de Salamanca, no livro **Personas con discapacidad**, uma bibliografia muito utilizada nessa área.

A maior parte dos estudos, inclusive liderados pela ONU, estima que entre dez e quinze por cento da população mundial apresenta algum tipo de deficiência, pode ser física, auditiva, visual ou mental. Sob o aspecto conceitual, as pessoas, correntemente, referem-se a portadores de deficiência física como se todo o grupo populacional tivesse deficiência física. Hoje é importante que se estabeleça exatamente a especificidade da deficiência. Então encontramos pessoas com deficiência física quando se refere ao aparelho locomotor; deficiência auditiva; deficiência visual; mental; e deficiência múltipla, quando apenas uma pessoa porta duas ou mais dessas deficiências.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, seiscentos milhões de pessoas no mundo portam alguma deficiência. Para se ter uma idéia, seria um pouco mais de três vezes a população do Brasil. Realmente isso é muito sério. Poderíamos dizer que a causa vai desde a deficiência congênita até deficiências adquiridas ao longo do tempo, além de países quando estão em conflitos armados. O resultado, em geral, é de bastante pessoas com deficiência física. Na África, existem bastante mutilados devido às minas que lá existem. A consequência é danosa para a população.

No Brasil existe aproximadamente 10% da população com algum tipo de deficiência. Esse índice é fruto de estudos, da ONU principalmente. O Brasil realizou um censo em 1991 através do qual conseguimos identificar apenas 1,14% da população com algum tipo de deficiência. Nós entendemos, e isso já foi verificado, que a metodologia utilizada naquela operação censitária levou a que identificássemos ape-

nas aquelas pessoas que eram gravemente afetadas, ou seja, cegueira total, surdez total ou totalmente hemiplegia, paraplegia, ou tetraplegia, a afetação total dos membros. Então desprezamos esses números, porque sabíamos que um milhão e setecentas mil pessoas, mais ou menos, estava muito abaixo do que realmente poderíamos contar, mas ficamos com as relações que se estabeleceram entre a situação das pessoas com relação a trabalho, com relação a educação, e o índice geral como se comportava essa deficiência do todo, nos 10% da população.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, dentro do grupo populacional pessoas portadoras de deficiência, 50% representavam deficiência mental. Quando fomos verificar no censo de 1991, a deficiência mental era cerca de 39,5%. Ou seja, será que reduziu o número de pessoas com deficiência mental? Podemos concluir que não reduziu o número de pessoas nascendo, ou com deficiência mental, mas o número de pessoas com deficiência física aumentou. Explicamos essa informação pelos conflitos sociais. A violência urbana no Brasil aumentou muito ultimamente, temos observado pelo noticiário que o número de acidentes no trânsito é absurdamente alto no Brasil, principalmente atingindo faixa etária de jovens entre quinze e vinte e nove anos, além da violência armada nas cidades, os assaltos. Quando não há óbito, as pessoas ficam com seqüelas gravíssimas.

Quanto à distribuição regional da população portadora de deficiência, a maior parte nós encontramos na região Sudeste, seguida da região Nordeste, a região Sul, Centro-Oeste e Norte. Poderíamos explicar esse índice porque a região Sudeste é mais populosa e a concentração também é muito grande, praticamente proporcional. Um nível de desenvolvimento maior no Sudeste explicaria que a informação também é muito maior nessa região. E por que menor no Nordeste? Cerca de 1/3 da população do Brasil está naquela região, a qual é muito mais carente em termos de recursos, com maiores problemas de educação e saúde. A própria informação é um fator básico, pois as pessoas não se informam ou não têm acesso aos centros de saúde, portanto não há registro fidedigno do número de pessoas com deficiência no Nordeste. Acreditamos que as pessoas não informam quem é deficiente na sua família.

Ao contrário da população total do Brasil, onde prevalece o sexo feminino, com relação à deficiência prevalece o sexo masculino: 59% homens e 41% mulheres.

Quanto à situação educacional, são muito preocupantes as informações que temos. Dentro da população portadora de deficiência, existem 59% não alfabetizados, com predominância de mulheres. Se compararmos aos dados do restante da população, apenas 23,4% são analfabetos. No outro lado, o inverso daquela informação, a maior escolaridade seria dos portadores de deficiência física; entre os que não têm nenhuma ou baixa escolaridade predominam as pessoas com deficiência mental. Quem trabalha nessa área pode entender essa informação – que acredito ser fidedigna –, porque verificamos que, no Brasil, em termos de educação, ainda não desenvolvemos téc-

nicas ou meios que permitam que as pessoas com deficiência mental tenham escolaridade ou um pouco mais de escolaridade. Nesse grupo de deficiência mental estão incluídas as pessoas com Síndrome de Down, que, em geral, podem ser escolarizadas.

Outro dado sério é que 32% da população portadora de deficiência são chefes de família sem instrução, contra apenas 22% no restante da população. Começa aí a provável exclusão que sofre esse grupo social.

Do mercado de trabalho, estão excluídas 78% das pessoas portadoras de deficiência, ou porque não trabalham, ou porque são inativos. Uma das preocupações dos organismos internacionais não é tanto com o desemprego da população portadora de deficiência – uma vez que ele já foi empregado antes –, mas com a inatividade. Na população total, 39% estão fora desse mercado. Com relação aos que trabalham, incluem-se apenas 13% das pessoas portadoras de deficiência, contra 37% do restante da população estariam realmente trabalhando.

Sobre a situação econômica, tudo é uma consequência dos indicadores anteriores, tanto da educação quanto do trabalho. Temos outras informações disponíveis sobre relações setoriais, porém apresentamos aqui apenas as mais prementes. Com rendimentos entre $\frac{1}{4}$ e um salário mínimo, 63% das pessoas portadoras de deficiência estariam exatamente nesse indicador, contra 28% na população total.

Verificamos que, com relação à educação, ainda predomina uma situação de pouco acesso da pessoa portadora à educação que se reflete no mercado de trabalho. O Brasil tem, na legislação sobre mercado de trabalho, desde 1990, duas leis importantíssimas. Uma diz respeito à inclusão das pessoas portadoras de deficiência nos concursos públicos, pelo estatuto do funcionário público, a lei 8.112, e, no mercado privado, a lei 8.213, da previdência social, a reserva entre 2 e 5%. Depois de quase dez anos regulamentamos tais leis, através do decreto 3.298, de 1999. A dificuldade é que, quando fomos aos empresários, para o cumprimento dessas cotas, a maior parte deles justificava que não havia pessoas portadoras de deficiência para o preenchimento daquelas vagas – apesar do desemprego que há no Brasil –, porque não há pessoas portadoras de deficiência habilitadas para aquelas funções.

Então isso, realmente, é resultado do pouco acesso às políticas educacionais, ou à educação, na verdade, que limita na escolaridade e nos cursos de formação profissional.

Temos que nos deter na Declaração dos Direitos Humanos, em que toda pessoa tem direito a um nível de vida digno. Nós repetimos essa declaração universal, mas parece que não trabalhamos as políticas públicas exatamente na ótica dela.

Na Acorde, no Ministério da Justiça, a nossa preocupação maior com esse segmento social é exatamente que se promovam transformações sociais, ou seja, materializem-se os direitos sociais básicos através da mudança de atitudes. Teremos que acabar com um mito. Quando vemos uma pessoa portadora de deficiência, se ele é um engenheiro ou um arquiteto, normalmente dizemos “ah! ele é portador de defi-

ciência e é engenheiro!”, como se tivesse ligada à deficiência a capacidade ou a inteligência da pessoa.

As políticas públicas têm que ser tratadas dentro do conceito de intersectorialidade. Vimos que políticas não inclusivas na área de educação refletiram na falta de acesso dessas pessoas ao mercado de trabalho.

A participação das pessoas portadoras de deficiência também é fundamental. Temos que dar-lhes oportunidades de participar, que seria a autodeterminação. Em vez de serem objeto das políticas públicas, elas têm que ser sujeito delas, têm que dizer exatamente o que querem. Isso, para qualquer deficiência, implica políticas que integrem promoção da saúde, da educação, do trabalho, da habilitação, da reabilitação.

A inclusão social e cultural dessas pessoas têm que estar realmente atrelados ao desenvolvimento econômico. Não há como trabalhar com políticas sociais se elas não estiverem incluídas na perspectiva do desenvolvimento econômico.

São necessárias ações políticas adequadas: incluir as pessoas portadoras de deficiência e suas organizações nas iniciativas governamentais, intervir nos fatores que contribuem para a ocorrência de deficiências, incluir os assuntos relacionados com a deficiência na formação de recursos humanos, e promover o desenvolvimento de políticas de inclusão baseadas exatamente na prática, nas evidências que se têm. Experiências bem sucedidas deverão ser, realmente, multiplicadas e aprofundadas.

Então qual seria mais ou menos a postura governamental com relação a políticas que tivessem essa perspectiva? Isso já é uma prática, temos um órgão central no governo federal que coordena as políticas públicas, a ACORDE, que faz toda a articulação da política governamental federal com essa temática. A participação das organizações não governamentais nas iniciativas governamentais ocorre através dos Conselhos de Direitos. Na estrutura do Ministério da Justiça, há o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, no qual todas as questões atinentes a esse grupo social são discutidas através das suas deliberações. Elas emanam, capitalizam para todos os Ministérios setoriais: para a Educação, para a Saúde, para o Transporte. Esse funcionamento garante a participação ativa de tal grupo social.

A interveniência nos fatores que contribuem para a ocorrência de deficiência pode ser feita através de pesquisas. O Ministério da Saúde tem a atribuição específica de fomentar estudos e pesquisas que identifiquem a ocorrência de deficiências. Não é possível planejar políticas públicas de ação para esse grupo social se não identificarmos a causa da deficiência. Já apresentei aqueles indicadores sobre a modificação da prevalência de deficiências, em que a deficiência mental representava 50% e depois, com o censo de 91, são apenas 39,5%. Temos que verificar por que houve essa inversão, o aumento na deficiência física. Detectamos os acidentes de trânsito e a violência armada no meio urbano como as causas que originam mais deficiências, para que as políticas públicas interfiram exatamente nessas causas.

Para os assuntos relacionados à formação de recursos humanos já há determinação, inclusive, do Ministério da Educação, a respeito da inclusão dessa temática nos cursos de graduação. Parece-nos que alguns cursos já contemplam a abordagem dessa temática, o que é muito importante, porque não se pode formar profissionais, engenheiros, arquitetos, pedagogos, médicos sem que eles conheçam a problemática específica desse grupo social, que interfere diretamente na profissão de cada um com os serviços que eles oferecem.

É possível que repitamos ou que multipliquemos as boas práticas na promoção do desenvolvimento de políticas de inclusão. Muitos Estados e municípios avançaram bastante em suas políticas públicas. Tais experiências deverão ser reaplicadas e multiplicadas para que outras experiências ocorram, porque, infelizmente, entre a legislação básica e a efetivação de políticas ainda há uma distância enorme.

Estamos discutindo o censo 91 com as críticas que ele mereceu com relação à metodologia e até a fidedignidade da informação. A informação é importante, pois, se não conhecemos as causas da deficiência, não podemos atuar sobre elas. Por isso deve haver pesquisas específicas que identifiquem essas causas. A Organização Mundial de Saúde recomenda que essa disponibilidade de estatísticas confiáveis é, realmente, de vital importância para o planejamento de políticas públicas.

As fontes de informação importantíssimas para isso são os censos de população geral como os que já praticamos, os censos de população específica de portadores de deficiência, pesquisas nacionais e setoriais, pesquisas nacionais sobre deficiência, amostras específicas com pesquisas domiciliares, bem como os registros epidemiológicos, que são fundamentais. As pessoas da área de saúde sabem bem o que representa o registro epidemiológico. Isso é muito falho no Brasil. Por exemplo, com relação a acidente, essa informação não flui de forma que o nosso órgão identifique, sobre uma pessoa que foi acidentada e entrou para atendimento em um hospital ou unidade de saúde, qual foi a causa da deficiência, se ele vai sair um seqüelado ou não. A informação normalmente é generalizada. Já vi registro de óbito em que se anota: “morte por causas externas”. Existem muitas causas externas, pode ser uma agressão, pode ser um acidente. Isso é muito sério. Aqui no Brasil, o próprio Ministério da Saúde está trabalhando para que o registro epidemiológico reflita exatamente a realidade e as estimativas com que poderemos trabalhar.

Claro está que houve uma preocupação do legislador constituinte quando ele caracterizou muito bem na Constituição Federal a falta de acesso da pessoa portadora de deficiência não só à educação como também à saúde, ao trabalho e a outros setores sociais, ao meio físico, aos recursos, aos serviços disponíveis na comunidade. Existem dois artigos importantes na Constituição Federal, o 227, parágrafo segundo, e o artigo 244, que aborda já a questão do acesso ao meio físico, tanto aos espaços urbanos como aos edifícios e aos transportes. Durante algum tempo esse dispositivo

constitucional permaneceu realmente sem regulamentação, por isso não havia o cumprimento dessa obrigação. Nós, da Acorde, fizemos uma discussão que antecedeu a data de 1998. Três anos antes, reunimos o grupo de pessoas portadoras de deficiência, ou seja, o movimento organizado, profissionais como arquitetos, engenheiros, psicólogos, pessoas que trabalham na área e discutimos a regulamentação desses dois artigos da Constituição. Surgiram várias sugestões e um estudo que fundamentou a elaboração de um projeto de lei que tramitou durante dois anos no Congresso Nacional, e, felizmente, no dia 20 de dezembro de 2000, o presidente da República sancionou a lei 10.098. Nesta lei se estabelecem as normas gerais da União com relação aos critérios que devem ser utilizados por todos os entes públicos, Estados e municípios, órgãos públicos e privados, com relação ao acesso à edificação, todos os componentes da vida urbana que deveriam estar adequados e adaptados às pessoas portadoras de deficiência.

No mesmo ano de 2000, tramitou um projeto no Congresso Nacional, não de iniciativa do poder executivo, mas do próprio Congresso Nacional, que deu origem à lei 10.048, a qual complementou melhor a legislação para o atendimento prioritário a pessoas portadoras de deficiência e outro grupo social que também estaria mencionado nessa lei. Na lei 10.098, conseguimos apenas um artigo sobre a adequação do sistema de transporte às pessoas portadoras de deficiência. A 10.048 abrangeu penalidades às concessionárias de serviços de transportes que não acessibilizassem os serviços adequados para as pessoas portadoras de deficiência, o que surtiu efeito muito grande, inclusive sobre o setor privado, sobre as empresas de transportes e as montadoras, as quais, inclusive, estariam agora discutindo conosco a operacionalização e a vigência dessa obrigação.

Vários municípios já dispõem da sua própria legislação, adotam cotas – isso é muito importante que conheçamos – no sistema de transportes, mas que a lei 10.048 não estabelece cotas. Ela determina que os transportes devem estar acessíveis. Portanto não existem cotas estabelecidas na lei e certamente a regulamentação não vai estabelecer cotas porque não vai contrariar a lei. Isso muda muito a legislação municipal e estadual porque a norma federal predomina sobre outras normas na hierarquia legislativa. Gostaria que ficassem atentos os funcionários públicos, servidores, agentes públicos, porque está na hora de revermos essa normativa municipal para que não enfrentemos notificações judiciais ou procedimentos administrativos pelos órgãos operadores do direito. Trabalhem todos juntos para organizar essa normativa à luz da normativa federal que prevalece, a norma da União.

Com relação ao meio urbano, foi surpreendente a participação dos setores organizados, como os profissionais da arquitetura e do urbanismo. Em Brasília, nos dias 9 e 10 de julho, houve uma discussão pública, com técnicos, portadores de deficiência, o movimento social, profissionais portadores de deficiência, arquitetos. De

Minas Gerais participou o arquiteto Marcelo Pinto Guimarães, uma pessoa conhecida, da UFMG, que tem um trabalho muito importante sobre acessibilidade ao meio urbano. Ele é um dos colaboradores a quem sempre consultamos nesse assunto, quando necessitamos no Ministério da Justiça, bem como a arquiteta Sandra, da UFMG. A importante discussão contou inclusive com o Ministério Público Federal e alguns outros parceiros dos Estados, para regulamentar essas duas leis, e daí surgiram várias parcerias. Também convidamos o Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo, representado pelo Dr. Wilson Lana.

Já participamos de outros eventos que estão acontecendo no Brasil, com relação ao CREA dos Estados. Eles estão lançando uma campanha importantíssima que se iniciou com o CREA de Belo Horizonte: “Brasil sem barreiras, inacessível, inaceitável”. Essa foi uma resposta muito feliz desses profissionais para nosso tema, porque todos têm o direito de ir e vir. Quando vemos que uma pessoa não tem acesso a uma escola porque existem barreiras arquitetônicas, ou, para ela sair de sua própria casa, em cadeira de rodas, ela não tem acesso ao ponto do ônibus porque o trajeto da sua casa até o ponto do ônibus é totalmente inacessível à sua condição, e, ao chegar ao ponto, o ônibus também não é acessível, percebemos que tudo isso é uma limitação. E essa pessoa, muitas vezes pelo seu rendimento, não tem como adquirir um carro adaptado.

No Brasil há uma legislação que reduz bastante o IPI na aquisição de carros por pessoas portadoras de deficiência física que dirigem o seu próprio veículo. No entanto esse grupo social, pelo pouco acesso à escolaridade ou ao próprio mercado de trabalho, por consequência, não tem um nível de renda que lhes possibilite adquirir um carro e que, daí, tenha realmente o direito de locomoção facilitado. Portanto essas pessoas estão duplamente penalizadas e condenadas o resto da vida a ficar dentro de suas casas e nunca ter uma oportunidade de usufruir, na verdade, dos bens e serviços da comunidade. Quando temos alguma proximidade com esse grupo social, percebemos que nem imaginávamos as dificuldades que elas sofriam no seu direito de ir e vir quotidianamente. Uma amostra do que representam as barreiras arquitetônicas na vida de pessoas sem locomoção seria um portador de deficiência chegar ao auditório e não ter acesso ao palco.

A falta de acessibilidade não atinge apenas as pessoas portadoras de deficiência física, que usam cadeira de rodas ou muletas, mas também as pessoas com deficiência auditiva. Uma das maiores segregações a que podemos condenar uma pessoa é a falta de comunicação. Para as pessoas com deficiência auditiva isso se reveste de uma importância fundamental porque o meio social onde elas vivem não desenvolveu um mecanismo que lhes permitisse ter acesso a uma comunicação adequada. Normalmente ouvimos falar de comunidade surda. Eles desenvolveram mecanismos de se comunicarem entre si, mas, em geral, estão totalmente fora da sociedade.

A lei 10.098 tem uma preocupação especial com esses grupos que fazem parte da população com deficiências sensoriais, tanto cegos como surdos, para que eles também tenham oportunidade. No caso dos surdos, que o Estado promova mecanismos de comunicação através da linguagem de sinais, linguagem de intérpretes ou outras subtítulos. Nesse particular, existe um projeto de lei em fase final de tramitação no Congresso Nacional que institui a língua brasileira de sinais no Brasil. Vários estados já reconheceram esse direito e instituíram a língua de sinais, mas, para que haja maior abrangência, é necessário que essa lei seja aprovada nacionalmente.

Temos tido o maior empenho, juntamente com as organizações específicas da deficiência auditiva, para que isso ocorra o mais rapidamente possível. A partir daí os Estados vão se estruturar, criar as carreiras específicas de intérpretes, e que as Universidades também desenvolvam como matéria em seus currículos a linguagem de sinais. Assim como nós nos preocupamos em aprender inglês e francês, temos que nos preocupar em aprender uma língua para nos comunicarmos com os nossos irmãos brasileiros. É uma obrigação universalizar essa forma de nos comunicar, não podemos segregar tais pessoas a se comunicarem apenas entre eles e a dependerem sempre de uma pessoa aonde quer que eles vão. Hoje, no Brasil, é muito difícil chegar a um Estado e encontrar várias pessoas que podem desenvolver a interpretação das libras, são pouquíssimos os profissionais. Pela lei 10.048, é uma obrigação o atendimento individualizado; se chega um cego a uma repartição pública ou a uma repartição privada que faça atendimento ao público, ela deve, realmente, conceder os instrumentos ou o atendimento necessário a qualquer pessoa, inclusive à pessoa que tenha deficiência. Isso é um alerta que vamos fazer nas várias reuniões com operadores de direitos do Ministério Público, na Procuradoria de Justiça dos Estados. A autoaplicabilidade está muito clara na lei, o atendimento prioritário individualizado está definido nessa lei, portanto essas legislações vieram para valer. Temos uma articulação com todos os Ministérios Públicos dos Estados e Ministério Público Federal. Em geral, eles têm feito rodadas de discussões dessas temáticas com as regionais, com os Estados, com os municípios e esses profissionais do direito estão instrumentalizados para fazer cumprir a lei. Nós, técnicos, também temos essa obrigação, através de assessoria a nossos dirigentes, prefeitos e governadores.

No endereço eletrônico da Acorde, está disponível toda a legislação. Quem consultar as páginas encontra a legislação mais recente com relação a essa temática. Sempre divulgamos as legislações internacionais ou dos acordos internacionais que estão sendo firmados no âmbito internacional.

Uma importantíssima e mais recente é a Declaração Internacional de Montreal, aprovada no dia 5 de julho de 2001, no Congresso Internacional Sociedade Inclusiva, em Quebec, no Canadá. Evidentemente ela tem, como toda declaração que defende direitos humanos, base na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ela se

inicia fundamentada no artigo primeiro, de que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. Isso não pode ser uma retórica, temos que refletir sobre o conteúdo desse artigo, principalmente nós, que trabalhamos com políticas sociais, porque temos que instrumentalizar as nossas idéias, as nossas reflexões acerca desses grupos sociais baseados exatamente nele.

O documento inicia-se assim:

O acesso igualitário a todos os espaços da vida é um pré-requisito para os direitos humanos universais e liberdades fundamentais das pessoas. O esforço rumo a uma sociedade inclusiva para todos é a essência do de-senvolvimento social sustentável. A comunidade internacional, sob a liderança das Nações Unidas, reconheceu a necessidade de garantias adicionais de acesso para certos grupos. As declarações inter-governamentais levantaram a voz internacional para juntar, em parceria, governos, trabalhadores e sociedade civil a fim de desenvolverem políticas e práticas inclusivas. O Congresso Internacional Sociedade Inclusiva convocado pelo Conselho Canadense de Habilitação e Trabalho apela aos governos, empregadores e trabalhadores, bem como à sociedade civil para que se comprometam e desenvolvam o desenho inclusivo em todos os ambientes, produtos e serviços. O objetivo maior desta parceria é o de, com a participação de todos, identificar e implementar soluções de estilo de vida que sejam sustentáveis, seguras, acessíveis, adquiríveis e úteis. Isso requer planejamento e estratégias de desenhos intersetoriais, interdisciplinares, interativos e que incluam todas as pessoas. O desenho acessível e inclusivo de ambientes, produtos e serviços aumenta a eficiência, reduz a sobreposição, resulta em economia financeira e contribui para o desenvolvimento do capital cultural, econômico e social. Todos os setores da sociedade recebem benefícios da inclusão e são responsáveis pela promoção e pelo progresso do planejamento e desenho inclusivos. O Congresso enfatiza a importância do papel dos governos em assegurar, facilitar e monitorar a transparente implementação de políticas, programas e práticas. O Congresso urge para que os princípios do desenho inclusivo sejam incorporados nos currículos de todos os programas de educação e treinamento. As ações de segmento deste Congresso deverão apoiar as parcerias contínuas e os compromissos celebrados entre governos, empregadores e trabalhadores e comunidades em todos os níveis.

Essa declaração expressa qual é a participação decisiva dos profissionais da Arquitetura e do Urbanismo. O espírito da lei 10.098 é exatamente esse. A legislação é avançada e esperamos contar com a colaboração dos profissionais de Arquitetura e Urbanismo, de todos os profissionais e da sociedade em geral. Particularmente, convoco os profissionais e os estudantes, para que essa abordagem da temática da deficiência seja implementada em suas aulas, em suas reflexões, em seus trabalhos porque temos que realmente caminhar para uma sociedade para todos, não há como adiarmos essa perspectiva.

Existe um questionamento sobre alguns editais de concursos públicos federais e estaduais, por exemplo, o concurso da Secretaria de Estado da Educação que têm a lei de reserva outros não, como para policial federal, polícia civil, polícia militar, aeronáutica. Inclusive foi exemplificado o FBI, onde existem pessoas surdas que traba-

lham como policiais e são portadores de deficiência. A informação que eu tenho a dar é que a reserva foi estabelecida a partir da própria Constituição, o que é uma medida de política ativa, de que haja reserva de vagas para essas pessoas, tanto no setor público como no setor privado. Com relação aos concursos públicos, a lei 8.112 estabeleceu a obrigatoriedade dessa reserva em até 20%, e, na regulamentação, através do decreto 3.298, a questão da aptidão plena ficou dentro da expectativa do grupo social. Tudo foi discutido com a sociedade organizada. Avançamos bastante com relação às condições específicas que deveriam ser respeitadas nos concursos públicos para determinados grupos sociais, no caso, os portadores de deficiência. No caso específico do questionamento, seria preciso averiguar para qual cargo foi aberto o concurso público, quais as tarefas básicas desse cargo, porque temos que entender que determinadas atribuições, realmente, para alguns grupos sociais, dependendo do seu nível de comprometimento, tornam-se incompatíveis. Por exemplo, um agente federal em cadeira de rodas, embora a tecnologia seja tão avançada, estaria exposto a situações bastante perigosas em diligências, portanto parece que não o cargo não seria muito bem compatível. Inserimos na legislação que, no caso de carreiras que exigissem aptidão plena, isso deveria ficar muito claro. Ainda que cada caso seja um caso, quando um edital não estabelece exatamente essas condições, ele está falho. Ele pode ser denunciado e pode ser impugnado, além de que ele tem que ficar muito mais claro para a pessoa que pretenderia fazer o concurso, para que ela realmente se convença de que não teria condição de desenvolver aquelas atribuições. Outro exemplo é o que aconteceu no censo 2000. O IBGE publicou os editais simplificados para recenseadores e omitiu a reserva de vagas. O órgão foi notificado pelo Ministério Público no Rio de Janeiro, nós participamos diretamente dessa ação. O Ministério Público instou o IBGE a modificar, abrir a reserva e estabelecer o perfil desse profissional para as tarefas do cargo. O IBGE abriu as vagas e pessoas portadoras de deficiência foram recenseadoras. O IBGE achava que essas pessoas não teriam condições porque ficariam o dia inteiro andando, levando material e, realmente, o talento das pessoas e a capacidade de trabalho de qualquer um não se define por decreto nem por lei, tem que ser verificado. Por isso existe o estágio probatório, quando se verifica, depois do concurso público, se a pessoa tem ou não habilidade para o cargo. Na dúvida, o IBGE resolveu abrir as vagas para todos, muito mais pessoas com deficiência do que eles esperavam tornaram-se recenseadores e com muita competência.

Sobre a distinção entre pessoa portadora de deficiência mental e doença mental, o Ministério da Saúde tem uma ação específica de saúde mental. Quanto à dificuldade de se estabelecer um perfeito e rigoroso limite entre deficiência mental e doença mental para fins de direitos das pessoas portadoras de deficiência e respectivos programas, benefícios e projetos, a maioria dos países já consideram, dentro do grupo pessoas portadoras de deficiência, as pessoas com doença mental. O Brasil ratifi-

cou a última declaração internacional, a Convenção da OEA, por um decreto neste mês de outubro. No decreto 3.298, nós guardamos, com as devidas proporções, o atendimento prioritário no caso de pessoas com deficiência mental que desenvolvessem necessidades de atendimento em saúde mental, e isso deveria ser obrigatoriamente satisfeito pelos órgãos de saúde. Atualmente, não temos representação desse grupo social no Conselho, não estamos diretamente trabalhando com pessoas com doença mental, dentro das nossas políticas públicas. Entretanto, se há uma requisição, no futuro esse grupo vai querer ter um assento no Conselho. A partir dessa declaração, deveremos discutir, no Conade, esse grupo social, as pessoas com doença mental. Como a Convenção é recente, aprovada pelo Brasil, terá que entrar na pauta essa problemática. Independentemente disso, há uma política governamental da saúde, com relação a doença mental. São muitos os impedimentos contra a inclusão e a entrada no mercado de trabalho. Tive oportunidade de discutir em outros Congressos sobre jovens com doença mental que passaram em concurso ou tiveram acesso a determinado trabalho, mas foram impedidos de exercer um trabalho. Há que verificar isso, porque muitas patologias se desenvolvem como doença mental, como a epilepsia secundária, que desenvolve doença mental e deficiência mental. Temos que nos preocupar com esse tema como a ordem do dia do Conselho do próximo mandato.

Quanto à mobilização de recursos para que realmente aconteçam investimentos em educação, saúde e outros setores, tendo em vista a acessibilidade, existe no orçamento federal, um orçamento específico para os programas de cada ministério. No caso da saúde, o próprio Ministério da Saúde dispõe, inclusive, de normas aprovadas pelo ministro, as portarias, que já disciplinam as construções em unidades hospitalares. Isso não é antigo, ocorre há mais de cinco anos e a legislação tem sido apenas atualizada. Ela é feita de acordo, inclusive, com as normas técnicas da ABNT, e é exigida, por exemplo, quando o Ministério da Saúde credencia alguma instituição para fazer parte do SUS. Se isso não estiver ocorrendo, é o caso de verificar por que não está sendo cumprido. Na educação, da mesma forma, o MEC já disciplinou isso em portaria específica, com relação a Universidades, até mesmo na avaliação dos cursos o item acessibilidade é uma das exigências para aprovação e habilitação de cursos superiores, tendo que se adequarem tanto o setor privado quanto público. As Universidades estão obrigadas a acessibilizar os seus espaços para todos, preferencialmente para as pessoas portadoras de deficiência.

A exigência dos órgãos federais está no decreto 3.298. Desde 1999 os órgãos deveriam iniciar as adequações necessárias. Em Brasília, fomos notificados pelo Ministério Público Federal, para acessibilizar os espaços, porque tínhamos as reuniões ordinárias do Conselho no Ministério da Justiça, freqüentadas por pessoas com deficiência, que fazem parte do Conselho. Qualquer pessoa é parte legítima para denunciar o descumprimento dessa lei.

Existe uma estratégia de monitoramento muito clara no sentido de fiscalização. Na lei 10.098, fizemos questão de colocar que o movimento social tinha legitimidade para fiscalizar o cumprimento dessa lei, portanto é um parceiro com quem o Estado gostaria de contar para a denúncia. Na verdade, quando qualquer pessoa portadora de deficiência for vista tentando acessar um edifício, mas com dificuldade para isso, que seja feita uma reclamação na Associação de Portadores de Deficiência, ou junto ao Ministério da Justiça, ou através dos órgãos de operadores de direitos específicos locais. Trago a notícia de que uma coordenação foi criada especificamente para tais questões. O Ministério Público Federal e o Ministério Público dos Estados estão aptos para fiscalizar o cumprimento da lei.

Há uma preocupação também com barreiras arquitetônicas em sítios históricos. Estamos desenvolvendo uma ação específica com relação a isso. A Acorde patrocina anualmente cursos para técnicos municipais com a temática de acessibilidade. No ano passado aconteceram nove deles, que capacitaram cerca de duzentos profissionais. Este ano a nossa estimativa é de capacitar mais duzentos profissionais, porque entendemos que financiar só projetos de eliminação de barreiras arquitetônicas nos municípios não estava atendendo aos objetivos. Cerca de 90% dos projetos de acessibilidade que financiamos não atenderam às normas técnicas da ABNT. Só não perdemos o recurso porque contamos com a participação das promotorias de justiça dos estados para notificar as prefeituras e as empresas que fizeram as obras em desacordo com a lei, e assim refizessem as obras. Em alguns casos tivemos que implementar junto ao Tribunal de Contas da União processo de tomada de conta especial para que os recursos fossem devolvidos e as prefeituras fossem penalizadas. Vamos trabalhar com todos os IFANs regionais e deverá sair uma resolução específica do IFAN normatizando a questão dos sítios históricos.

Estamos concluindo a regulamentação da lei 10.098 quanto à previsão, no seu artigo 22, de criar uma Comissão sobre acessibilidade no âmbito da Acorde. Criamos um programa nacional de acessibilidade, que vai se construir exatamente nesse regulamento. O próprio grupo, quando discutimos isso em Brasília, sugeriu que deveremos criar um fundo específico, pois a questão da acessibilidade exige realmente investimentos financeiros muito altos.

Fazemos parcerias com instituições privadas sem fins lucrativos, além de órgãos públicos de municípios e Estados, instituições para pessoas portadoras de deficiência ou outras instituições sociais que desenvolvam atividades voltadas para esse grupo social.

Existem recursos federais para a adequação de prédios públicos. No âmbito do MEC, todas as escolas que forem reformadas têm que respeitar os critérios de acessibilidade. Existe recurso no âmbito do MEC, do Ministério da Saúde e a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano, que é ligada à Presidência da República, de-

envolve ou cobre projetos de cooperação. Quem executa é a própria Caixa Econômica, para espaços e construções urbanas. Com relação à residência de pessoas portadoras de deficiência não há nenhum programa particular. A Caixa Econômica está preocupada com a habitação popular acessível. Encomendou um trabalho à Fundação Prefeito Faria Lima de São Paulo, conduzido pela arquiteta Adriana Almeida Prado. Ela fez três tipos de projetos, três tamanhos específicos de habitação popular acessível, os quais já foram aprovados. A Caixa está desenvolvendo programas de capacitação, cursos específicos para profissionais da prefeitura e da engenharia, para que eles, quando fiscalizarem as obras financiadas pela Caixa, verifiquem essa condição da lei, a exigência da acessibilidade. Levarei essa discussão para a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano, órgão que financia, também, projetos habitacionais junto às prefeituras.

Existe um conflito decorrente das vagas que são garantidas por lei para os portadores de deficiência e a falta de interesse das empresas em contratá-los, pois as empresas alegam que as pessoas não estão capacitadas. Isso se agrava porque a capacitação tem que ser feita pelo INSS, para fazer valer os seus direitos. O que acontece é que o INSS só atua com relação a pessoas que são contribuintes da Previdência Social. Ou seja, o Programa de Recuperação ou Reabilitação Profissional do INSS é dirigido a acidentados de trabalho, contribuintes da Previdência Social, ou a pessoas portadoras de deficiência se o orçamento assim permitir. Creio que o INSS não tem conseguido cobrir, ainda, nem a totalidade da sua clientela específica, que seriam os acidentados de trabalho. Apesar disso, com relação a pessoas portadoras de deficiência, informo que há um trabalho no âmbito federal, junto ao Ministério do Trabalho e ao Ministério da Educação, a respeito da educação profissional e da formação profissional. Todo o “Sistema S” está se adequando às normas federais para que os cursos que eles oferecem se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência. Tive oportunidade de discutir isso com o Senai, a CNI, em Brasília, onde aconteceram vários fóruns e, no âmbito do Ministério da Educação, os Cefet’s, que agora são escolas técnicas, estão também se adequando às necessidades das pessoas portadoras de deficiência nos cursos técnicos. Então é preciso que haja essa demanda. Se não houver uma demanda nunca será importante o cumprimento da lei. Eles têm boa vontade, querem cumprir a lei. É preciso aproveitar a oportunidade e se capacitar no “Sistema S”, nos cursos do Senai e nos cursos do Sine. Formamos uma comissão especial e deveremos trabalhar junto com os Sine’s a capacitação específica desse grupo social, daí o número de vagas e as opções em termos de mercado de trabalho vão se ampliar. Quanto aos empresários que não contratam, a lei manda preencher as cotas com pessoas habilitadas, então elas podem exigir prova, uma entrevista talvez. Se a pessoa realmente não estiver capacitada, eles não têm obrigação de contratar, pois só podem contratar pessoas habilitadas para a função. Nós concordamos que não se deve pre-

encher a vaga e depois colocar o portador de deficiência para trabalhar em qualquer lugar. O trabalho é um direito social e isso o Ministério Público do Trabalho deixa muito claro. A pessoa tem que estar no local de trabalho desenvolvendo a função para a qual foi habilitado. A capacitação torna-se importante para que essa pessoa, realmente, tenha a sua oportunidade garantida.

Questionou-se a estimativa de 10% da população com deficiência como uma realidade nos países do primeiro mundo. Nos Estados Unidos, a estatística mais recente disponível registra 20%, porque eles têm um conceito mais amplo de deficiência. Por exemplo, idosos também estão entrando nessa estatística, pelas dificuldades, pela incapacidade, porque eles pensam nas limitações. No Brasil, pelo critério de amostragem do Censo 2000, fizemos duas provas-piloto e chegamos a 8% da população. Provavelmente estamos próximos dos 10% em termos de pessoas com deficiência. Se ampliarmos o conceito de deficiência e incapacidade, esse número aumenta muito, porque contaremos os idosos. Há uma recomendação da ONU para, toda vez que os países trabalharem deficiência, pensarem na população idosa, porque, dentro de vinte anos, certamente 20% da população dos nossos países será de idosos, pessoas com mais de sessenta anos. O país tem que se preparar para ter ambientes acessíveis para essas pessoas e oportunidade de elas circularem no seu meio social.

Quando se cobram as campanhas publicitárias, ressalto que elas sempre estiveram em nosso orçamento, mas nunca eram realizadas. Fomos cobrados agora também pelo Conselho Nacional do Direito da Pessoa Portadora de Deficiência. A minha ênfase ao Conade deve ao grande valor desse órgão nas questões políticas mais sérias que temos discutido, inclusive com os ministérios. Compõe-se de 26 membros, aliás toda a sociedade civil representativa do movimento social, todos os ministérios, praticamente, estão lá representados. Temos ainda o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, a Ordem dos Advogados do Brasil e a representação dos empregadores e dos trabalhadores. Quando tratamos da questão das atitudes, referimo-nos à informação, não à discriminação. Ninguém chama “ô, deficiente” com a finalidade de diminuir a pessoa no seu direito como pessoa humana. Acreditamos que há desinformação e a campanha é muito importante. Por isso ela está sendo construída e provavelmente no início do ano que vem ela estará sendo veiculada nos meios de comunicação, rádio, televisão, maciçamente. Pretendemos nos comprometer com uma campanha anualmente nacional, de caráter positivo, que mostre realmente o potencial dessa pessoa, no trabalho, em uma faculdade, como um profissional bem sucedido.

Outra dúvida sobre reserva de vagas é se ela existe no vestibular. Não há reserva de vagas no vestibular. Seria até mais importante dar acesso à escolaridade, pois ainda estamos com problemas muito sérios. O vestibular é importante, procuramos dar todas as condições para as pessoas com deficiência terem acesso às Universidades

através do vestibular, amparando todas as deficiências, física, mental e sensorial, enfim qualquer pessoa que tenha alguma limitação, que exija que esse apoio tenha que ser fornecido pelas organizações responsáveis, pelos órgãos responsáveis por vestibulares nas Universidades. Entretanto não houve nenhuma pretensão, pelo menos da sociedade organizada, no sentido da reserva de vagas.

A situação do aprisionado é de atenção da Secretaria de Justiça. Já mandamos correspondência formal do próprio secretário de estado de direitos humanos, recomendando a questão da acessibilidade. Tenho conhecimento de que alguns Estados tiveram que reformular os seus projetos de presídios para se adequarem à norma técnica. As delegacias de polícia, como estabelecimentos prisionais de um modo geral, de grande ou médio porte, estão também obrigados ao cumprimento da lei.

Com relação à terminologia, se usarmos “pessoas com deficiência”, estaremos fazendo a tradução literal do espanhol, *persona con discapacidad*, não há nenhum mal. Em Constituições anteriores à de 1988, empregavam o termo “excepcional”, que surgiu em função muito mais de deficiência mental, até a de 34 falava em excepcionais. Muitas leis orgânicas municipais ainda conservam esse termo. Em 1988 o próprio movimento social, quando atuou brilhantemente junto aos congressistas, à Constituinte, e conseguiu importantes conquistas na educação, na saúde, no trabalho, na acessibilidade, então, trabalharam a reformulação da terminologia. Tanto é que, quando falamos “pessoas portadoras de deficiência”, estamos nos referindo ao que está na Constituição. Independente disso, no cotidiano, não há nenhuma discriminação. Ainda assim devemos evitar: “aquele deficiente que trabalha comigo, o deficiente”, pois torna-se pejorativo. Naturalmente pode-se falar “pessoa, a Antônia, o João”, e, se precisar especificar: “aquele que usa uma cadeira de rodas”. Não se deve referir-se diretamente à pessoa relevando a sua deficiência, ou “aquele deficiente mental”, ou “aquele deficiente auditivo”. Entre os cegos e surdos existe a preferência: “a gente gostaria de ser simplesmente cego e não chamar ‘portador de deficiência visual’”. Apesar disso a terminologia não é contrária ao anseio dos surdos, porque entre os portadores de deficiência auditiva há gradações, o leve, o moderado e o profundo, que é a surdez total. Com relação à cegueira é a mesma coisa, inclusive é uma terminologia do próprio Ciditi, o Código Internacional de Doentes Deficientes. As pessoas não são todas totalmente surdas nem todas totalmente cegas, por isso a Organização Mundial de Saúde adotou a terminologia “portador de deficiência auditiva/visual”. Enfim não há nenhum comprometimento legal com relação a isso.

Muito importante foi o depoimento de um acadêmico de enfermagem do Hospital João XXIII, sobre pacientes que caem de escada por piso de granito, pessoas que andam no passeio público com ardósia, principalmente após a chuva, embora essas pessoas sejam, entre aspas, normais. Por alguns segundos, provavelmente essas pessoas podem ter tido algum porte de deficiência. Trata-se, realmente, de material

que seja preventivo e de uma campanha publicitária nesse sentido. São ocorrências freqüentes. Às vezes a pessoa aparece com o braço quebrado, as pessoas morrem e os outros comentam: “Oh! O cara deu azar! Escorregou na ardósia”. Parece que ele tinha obrigação de lembrar que aquele passeio era de ardósia. Tudo isso são detalhes para os quais não atentamos. Muitas vezes pensamos no prédio, no elevador, na porta, mas não pensamos no piso. As normas da ABNT recomendam piso antiderrapante e está muito claro na regulamentação. Em Santa Catarina, uma prefeitura colocou uma pista tátil para cegos. Um engenheiro, pois, embora identificasse que o piso era diferenciado, com a muleta e a bengala, muitas pessoas caíam e a prefeitura não tomava providências. Ele, então, desenvolveu um tipo de piso muito bom, porque antiderrapante. Nós pedimos a ele que encaminhasse para a ABNT analisar e aprovasse ou não a adoção, só aí poderia fazer parte da norma. No Ministério da Justiça, tivemos vários problemas com o piso. Não só com as pessoas com deficiência, mas nós podemos adquirir uma lesão, pessoas mais idosas, que têm problemas de osteoporose e caem, podem escorregar, cair e ter uma lesão incapacitante definitiva. Para os profissionais da área, essa recomendação é muito importante, deve-se pensar não apenas na estética, mas na funcionalidade. A lei de acessibilidade é muito clara nisso: acessibilidade com autonomia, conforto e segurança.

Quando a legislação, a lei estadual e a norma federal, estabelece o detalhamento da condição física de um edifício, entendemos que o mais importante é a acessibilidade universal. Qualquer pessoa, independente da situação física temporária ou permanente, deve ter segurança em todas as áreas, até a própria cidade deve ser um espaço universal. Em nosso trabalho a preocupação não deve ser simplesmente a estigmatização da deficiência dos portadores. Os arquitetos, pela formação humanista, não criariam subterfúgios ou desenhos de cidades em que os eficientes andam por um lado e os deficientes andam por outro. É correto e muito mais ético profissionalmente desenhar um edifício, uma cidade em que todos andem, independente da situação. Queremos a nossa casa bonita, uma calçada maravilhosa, uma jardineira, mas temos que lembrar que a calçada é um trânsito de pessoas da comunidade. A lei também está se preocupando com o mobiliário urbano, mas a responsabilidade não é só do Estado. Como cidadãos, temos um componente de responsabilidade. Vamos ficar mais velhos, vamos ter que andar em nossa própria casa, como prisioneiros. Devemos olhar mais o público e não pensar somente no particular.

A evolução dos direitos humanos e as pessoas com necessidades especiais

*José Alfredo de Oliveira Baracho**

Para que possamos chegar a uma compreensão dos aspectos específicos do tema, é preciso uma breve exposição sobre a necessidade de refletirmos em primeiro lugar sobre pontos essenciais.

Ora, entre nós, o termo “Constituição” não tem o emprego adequado, e às vezes é uma utilização vaga. Tudo que se está discutindo neste Seminário visa a uma concretização dos direitos humanos, e para que possamos realizar a concretização dos direitos humanos é preciso entendermos o significado contemporâneo de Constituição. Muitos ouvem falar nessa palavra e às vezes a definem de maneira restritiva, como se a Constituição fosse um documento que estivesse afastado da sociedade, como se ela não tivesse uma forma de concretização de trazer transformações para a sociedade. As modernas concepções de Constituição foram se ampliando de tal modo que primeiramente procuraram demonstrar quão necessária era sua efetividade. Não basta dizer que um país tenha Constituição, é preciso dizer se a mesma tem aplicabilidade efetiva, se a sociedade recebe dela todos os elementos para que possa aprimorar e realizar os princípios e os valores da Constituição.

As Constituições estão assentadas em valores e princípios básicos, necessários para a efetivação dos direitos humanos. Normalmente as Constituições contêm o elenco de direitos, como a nossa Constituição, no artigo 5º. Muitos falam que são direitos emblemáticos, porque falta a esses direitos uma efetivação plena. No que diz respeito a seu aspecto formal, a Constituição nada mais poderia acrescentar, mas, quando analisamos seu aspecto prático, sua efetividade, veremos que é um documento, no Brasil, sem a efetividade necessária.

Muitos utilizam a palavra “Constituição” de uma maneira um tanto vaga e de um modo que não apreende a importância e o significado da Constituição. É preciso refletir o significado da Constituição. Quando analisamos a efetividade da Constituição formal, a Constituição material e o seu conteúdo, a reflexão não pode se dar

* Doutor em Direito Constitucional, Professor da Faculdade de Direito da UFMG, Coordenador do Mestrado em Direito da Faculdade Milton Campos.

apenas em seu sentido formal. A Constituição no seu sentido formal é aquilo com que nós deparamos pela primeira vez. Porém, ao analisarmos a Constituição em seu sentido material, ela está assentada nos pontos principais referentes ao seu conteúdo, a Constituição material, a qual leva à aplicabilidade daquilo que diz o constituinte e daquilo que a sociedade vai dizendo através dos intérpretes ou dos hermeneutas da Constituição. Por isso alguns autores falam nos vários intérpretes da Constituição, não só os advogados, os juízes, os doutrinadores, como também o povo. O Müller tem um trabalho no qual ele indaga o que é o povo, uma discussão sobre o que é o povo, qual é o significado de povo dentro da sociedade. É preciso, assim, que haja essa antecedência para uma análise completa do significado dos direitos humanos.

Nos estudos de direitos humanos existe uma dicotomia. Muitos autores falam em direitos fundamentais, aqueles que estão inseridos no texto Constitucional e que estruturam as bases da organização da sociedade civil. Nesse elenco de direitos fundamentais, veremos a sua vinculação com o conceito de dignidade humana. Entre nós a compreensão da dignidade humana também é preciso ser concretizada. Fala-se nela com uma superficialidade muito grande, como se a dignidade humana fosse apenas uma palavra ou uma expressão que não tivesse uma efetivação concreta dentro da sociedade.

A dignidade humana precisa da sua processualidade. Encontramos vários estudos, principalmente fora do Brasil, que dedicam livros, páginas à concepção da dignidade humana como a forma de valorização do ser humano em todas as suas atividades. A polêmica que traça a democracia participativa, por exemplo, na dicotomia inclusão/exclusão, tem gerado trabalhos que procuram trazer os conteúdos essenciais dessa forma participativa. Encontramos diversos conselhos hoje, da saúde, de ordem psicológica, educacionais, que procuram efetivar os aspectos da dignidade humana. Há uma preocupação permanente hoje com a definição do que seja essa participação, a fim de superar os procedimentos que levam à exclusão social e superar também essa dicotomia inclusão/exclusão quando se analisam tais aspectos.

Os direitos humanos constituem uma expressão que foi sendo generalizada através, inclusive, da sua internacionalização. Em um mundo onde se fala em globalização, torna-se necessária a compreensão do significado dos direitos humanos. Os direitos humanos vão cada vez tendo uma contribuição maior de novos elementos, em um determinado momento se fala naqueles direitos políticos individuais que vão refletir as liberdades políticas. Mas essas primeiras expressões que havia nas declarações, nos pactos, na Declaração Francesa de Direitos Humanos não eram suficientes para a articulação dos direitos para a sociedade contemporânea. Assim alguns autores, como Norberto Bobbio, no seu livro **A era dos direitos**, falam em gerações de direitos. A expressão “geração de direito” não é muito adequada, embora seja muito empregada entre juristas brasileiros: direitos da primeira geração, da segunda, da ter-

ceira, da quinta, para chegar à compreensão da sociedade contemporânea no que diz respeito, por exemplo, à solidariedade, à bioética e ao biodireito, que constituem também algumas reflexões que faremos sobre um dos temas essenciais da sociedade contemporânea.

Nesse sentido a evolução daquele conteúdo dos direitos, a princípio para estabelecer uma sociedade democrática, mas uma democracia política, elaborou as primeiras declarações que tinham como objetivo colocar frente aos Estados do antigo regime, os Estados absolutos. Com a Revolução Francesa e com a Primeira Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, começa uma série de direitos, referentes à vida, liberdade, resistência à opressão e direito à propriedade, cujo conceito e significado aparecem também discutidos nos dias de hoje, mas não a concepção absolutista de propriedade. Essas noções e concepções foram válidas até um determinado momento, principalmente no início do século passado, para confrontar as sociedades autoritárias do antigo regime.

Acrescentemos alguns aspectos novos que não eram os do estado liberal. Hoje se volta a falar em neoliberalismo, em estado mínimo, estado de justiça ou a teoria da justiça. Todas essas reflexões voltam de uma maneira diferenciada tanto nos grandes filósofos, sociólogos, juristas, psicólogos, todos que colocam idéias fundamentais que descrevem aspectos essenciais como a interpretação de Freud, Lacan, Foucault e de uma série de reflexões a respeito de conteúdos dos direitos fundamentais; não aquela definição formal dos direitos fundamentais que estava na Constituição, em que todos são iguais perante a lei e pronto. Ora, essa igualdade não era concreta, era insuficiente para mostrar a autenticidade e a dignidade dos seres humanos. Então tornou-se necessário, acompanhando a evolução do estado liberal, passar de uma democracia governada para uma democracia governante, para um estado atuante. Com a crise recente, voltaram a debater temas que já foram objeto de investigações. Há poucos dias alguns falavam que estamos retrocedendo à necessidade de um Estado, não um Estado mínimo, mas um Estado que tenha uma atividade mais intensa, em função de toda essa problemática que ocorre no mundo de hoje, para o controle, inclusive, de formas de expressões que vão surgindo, como o denominado bioterrorismo, já objeto de trabalhos de direito internacional. Vários tratados surgiram desde 1970, como se já se pensasse em direito internacional e atos de terrorismo.

Dessa forma, pela complexa sociedade contemporânea, temos que fazer a evolução dos direitos humanos, mas não como gerações de direito, como querem alguns juristas e alguns expositores, como se o ser humano estivesse enquadrado em determinados momentos definidos. O destinatário dos direitos humanos é a pessoa humana e os novos conceitos, como pessoa e personalidade também, ao lado da nova reformulação dos direitos humanos. Os trabalhos recentes de biodireito, biomedicina e bioética estão procurando ampliar a concepção que existia até então, uma concep-

ção formal de que todos são iguais perante a lei, quando se esgotava toda compreensão do direito como se o direito do cidadão. A própria palavra “cidadania” aparece hoje na demonstração do seu enriquecimento. Não se emprega mais o conceito de cidadania e dignidade humana como encontramos por exemplo no início do século passado. Havia necessidade do crescimento de novos conteúdos para os direitos com o surgimento do direito ambiental, do código do consumidor, com o reconhecimento da internacionalização dos direitos. Hoje os direitos passam por uma fase de internacionalização, não são aqueles direitos vistos apenas na ordem jurídica interna, mas também no processo de internacionalização.

Nessas transformações do modelo adequado dos direitos fundamentais, veremos a expressividade do seu conteúdo. De uma definição política insuficiente passou-se assim a agregar à expressão “direitos humanos” novos elementos, os direitos sociais. Depois chegamos também à confrontação entre o estado liberal e o estado social de direito, em que o cidadão não pretendia apenas que lhe dessem a liberdade política, mas ao lado dela era necessário colocar elementos substanciais referentes ao homem como ser concreto. Foram surgindo conteúdos, inclusive em várias Constituições, que até então ficavam na proclamação dos direitos individuais. Os novos conteúdos são os direitos sociais: direito à saúde, previdência social, educação, segurança. Não era mais a concepção formal de liberdade, propriedade e vida, mas uma nova concepção de vida.

Assim o conteúdo dos direitos humanos tem crescido cada vez mais, o que vem gerar uma discussão contemporânea dos aspectos essenciais dos direitos humanos, vistos hoje na ordem jurídica interna e internacional. É preciso, sim, a correlação entre a ordem jurídica interna e a internacional. Como vamos conciliar essa tendência à universalização dos direitos?

Até então o homem era considerado um sujeito de direito na ordem jurídica interna. Depois há uma internacionalização dos direitos humanos, inclusive vinculado a novas formas de integração no direito: o direito comunitário europeu, a União Européia, o Mercosul, ou seja, diversas organizações que foram surgindo, muitas delas colocando como pontes essenciais a necessidade da efetivação dos direitos humanos.

Na atual geração, quando vemos o conteúdo dos direitos humanos, é interessante mostrar ao lado de toda essa evolução uma nova concepção, porque, em certo momento, iniciou-se um discurso perigoso, assentado na elaboração daquilo que se falou, Estado mínimo, que reduzia suas atividades e não se relacionava com a educação. O modelo do Estado brasileiro se constituiu muito nisso. Na atual evolução do estado brasileiro, começaram a criar uma série de agências reguladoras, o grande debate dos dias de hoje no Brasil. Até então falávamos muito em administração direta e indireta, sociedade de economia mista, fundações, autarquias, para que essas entidades pudessem efetivar muitos dos direitos. A partir de certo momento, iniciou-se

um discurso no Brasil que deve ser examinado em profundidade, ora dando saliência ao aspecto da privatização, ora à influência das organizações internacionais e o surgimento, inclusive, de empresas multinacionais. Esse é o perfil a que nós assistimos hoje no Brasil e devemos indagar: até quando essas diversas formas de introdução das influências, no que diz respeito ao sistema político neoliberal, iriam satisfazer às necessidades básicas da sociedade contemporânea?

Ao lado dessa discussão, vamos ver outras que são lançadas através de livros como **A teoria da justiça**, de John Halls. Ele escreveu sobre a teoria da justiça, democracia e justiça, liberalismo político. Nos seus diversos trabalhos, ele procura trazer uma nova concepção, não neoliberalista, mas vinculada à idéia de justiça. Essa justiça também merece uma série de discussões para que possamos entender a maneira objetiva de concretização dos direitos sociais e individuais. As reflexões até então dominantes eram aquelas referentes ao Estado mínimo: o Estado deve reduzir as suas atividades, transferir os problemas da educação, saúde, segurança para entidades particulares, organizações, agências reguladoras, agências de organização social ou agências nas quais vamos ver a participação dos particulares. Mas isso leva a um questionamento profundo sobre a efetividade dos direitos humanos, dos direitos fundamentais, dos direitos econômicos, dos direitos trabalhistas e dos direitos sociais em geral. Então nessa fase se renova a discussão dessa temática no mundo de hoje nós vamos ficar com as concepções neoliberais ou vamos transformar as concepções que devem gerar maior substancialidade do conceito de direitos humanos?

Entre nós, no Brasil, há muita necessidade de reformulação autêntica do conceito de direitos humanos, porque ele é muito vago e não é efetivado. Se tomarmos o elenco dos direitos humanos e a sua falta de concretização no Brasil, ficaremos temerosos pela ausência de efetivação.

É preciso ocorrer no Brasil, primeiramente, um aprofundamento da discussão dos objetivos de uma Constituição. Em segundo lugar, a concretização dos direitos humanos, de forma que amplie a própria concepção de direitos humanos. Ficamos perplexos ao falarmos sobre direitos humanos, mas não há uma luta da sociedade para a efetivação desses direitos, muito menos nenhum tipo de trabalho profundo dos governantes, por isso a exclusão social vai se ampliando. A ausência de amparo às pessoas é cada vez mais comum na sociedade brasileira contemporânea, porque nós ficamos baseados em uma argumentação formal que não traz consequência efetiva; não se pode somente falar que existe uma declaração e uma série de direitos elencados na Constituição Brasileira, no seu artigo 5º, que é a mais ampla listagem de direitos de todas as Constituições do mundo. Hoje existem duzentas Constituições. Se nos compararmos a vários países onde há maior efetividade das normas constitucionais, veremos que o Brasil aparentemente é um país que atende a tudo isso. Eu me lembro de um congresso no México, tratando justamente dos direitos humanos.

Quando fiz a leitura do artigo 5º, muitos diziam: o Brasil ou é um país muito atrasado, que está para realizar os direitos humanos, ou é um país que chegou a um nível de efetivação dos direitos humanos que foi superado por qualquer parte. O problema é que não estamos refletindo sobre o verdadeiro significado de Constituição, ela está sendo considerada como um documento em que a sociedade, os governantes, as diversas entidades não têm nenhuma ligação com a idéia de Constituição.

Hoje se fala também na efetivação dos direitos fundamentais através de um estado subsidiário. Essa noção de estado subsidiário veio como uma nova forma em que, para compreender a sociedade, para efetivar esses direitos humanos, torna-se necessária a composição participativa dos entes estatais, seja a união, o estado membro ou o município, quando se trata de uma federação, e ao lado deles as formas de participação, por exemplo, das comunidades através dos diversos entes que vão surgindo na sociedade. A participação comunitária é fundamental. A idéia de um estado subsidiário visa à efetivação dos direitos humanos, mas dentro de uma concretização objetiva. Reunidos, então, os entes governamentais, a sociedade, a família, as empresas privadas, articulemos a maneira de efetivar os direitos básicos, ou, como os americanos gostam de falar, os direitos constitucionais. Essa expressão é muito usada nos Estados Unidos, os direitos constitucionais, que advêm não apenas de estarem elencados na Constituição, como também das decisões judiciais. É preciso que também o poder judiciário compreenda melhor os princípios e os valores constitucionais para ampliar a forma de efetivação desses direitos.

Assim, quando hoje investigamos os novos conteúdos dos direitos fundamentais, de um lado, o direito à solidariedade, de outro a proteção ao consumidor, as normas referentes ao direito ambiental e também as questões referentes ao biodireito, à bioética, à biomedicina, ao biojurídico, uma série de expressões vêm nessa atual fase de elaboração do conteúdo dos direitos humanos. Partimos de uma concepção restritiva dos direitos humanos e chegamos a uma concepção ampla, que trará uma série de discussões sobre a vida humana, a concepção in vitro, as manipulações com o corpo humano, estudos que surgem em torno da bioética e no respeito à dignidade, à pessoa e à personalidade.

A própria concepção de pessoa, fundamental aos direitos essenciais do ser humano, merece uma reflexão mais aprofundada. Hoje se toma o homem na sua integralidade, nos seus aspectos psicológicos, sociais e também na evolução do biodireito. O biodireito tem propiciado o surgimento, em várias partes do mundo, de uma série de discussões sobre a relação entre direitos humanos, pessoa, personalidade, bioética, biodireito, biomedicina, para mostrar a inter-relação entre um cidadão como um ser que deve ter plenitude de direitos e o cidadão que deve exercer as suas atividades, mas em uma sociedade que é estruturalmente adequada à efetivação desses direitos fundamentais.

Nesse sentido, partimos para uma reflexão mais específica do nosso tema, as pessoas com necessidades especiais. Eu vi o lançamento de um livro com a palavra “deficiente”. Essa palavra advém do que se denomina a constitucionalização dos direitos das pessoas portadoras de deficiência. Hoje se fala mais em pessoas com necessidades especiais. Essa série de modificações na linguagem constitucional e na linguagem filosófica e sociológica advém da concepção da dignidade humana. Até então eram usadas palavras humilhantes para o ser humano, as quais vêm sendo superadas, como “mendigo”, “carente”. Isso está muito ligado aos países cuja sociedade está em um nível de exclusão muito alto, como é o nosso caso, o que leva a um aumento da exclusão social, da pobreza. Alguns ainda distinguem pobreza de miséria. Entre nós também é preciso examinar com maior cuidado, sob o aspecto científico, a noção de pobreza. Existem livros que tratam da exclusão e da noção de pobreza. O que é a deficiência no sentido econômico, físico, mental nos diversos aspectos de uma concepção de pobreza. Entre nós o conceito de pobreza não está articulado, nem nos livros. É preciso fazer uma série de estudos e investigações sobre a concepção de pobreza. Seria a ausência de recursos? De que se trata esse tipo de pobreza? Há uma teoria que vem de vários livros, principalmente escritos na França e Itália, que deveriam ser mais estudados aqui no Brasil, que tratam a pobreza sob aspectos científicos e sociológicos: uma análise de aspectos psicológicos, a influência da pobreza, as conseqüências, a importância dos temas referentes à saúde.

Em determinado momento não se falava muito em pessoas com necessidades especiais, o que não é um romantismo de linguagem, nem é que se queira diminuir as conseqüências de um tipo de sociedade que está sentada em pressupostos da desigualdade. O sentido é de uma sociedade participativa na qual devemos caminhar para uma participação autêntica de tudo o que se entende como povo, mesmo que seja difícil, mas é necessário. Temos que integrar todos os elementos dentro da sociedade. Uma sociedade que coloca à margem vários cidadãos não é uma sociedade democrática, não é uma democracia participativa, ela precisa integrar todo cidadão com a satisfação das suas necessidades pelo menos básicas e essenciais ao direito.

Para isso, houve em primeiro lugar a constitucionalização dos direitos das pessoas portadoras de deficiências. A emenda constitucional n. 12, de 17 de outubro de 1978, pela primeira vez falou tratou desse tema: “É assegurada aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica especialmente mediante: 1- educação gratuita, assistência, reabilitação, reinserção na vida econômica e social do país, proibição de discriminações inclusive quanto à admissão aos trabalhos ou no serviço público e os salários, possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos”. A Constituição de 1988 retomou esse tema, no artigo 23: é competência da União, dos Estados e dos Municípios cuidar da saúde e da assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência. O portador de deficiência, assim, começa a

se vincular à constitucionalização desses pressupostos. Mas é preciso que isso ocorra dentro da concretização desse direito. Somente através de todas as formas de democracia participativa autêntica superaremos a desigualdade e a injustiça da sociedade brasileira.

Questionado sobre a globalização, concorda que ela internacionaliza a riqueza e nacionaliza a pobreza. Muitos falam na globalização, hoje é um tema muito estudado e está em crise também em certos momentos. Como exemplo, as dificuldades de se estabelecer do Mercosul e o perigo da se transformar em um grupo de países dominantes. Quando analisamos o G-7, e a sua influência, o Banco Mundial, o FMI na Lei de Responsabilidade Fiscal, uma lei importante hoje no Brasil, na verdade a internacionalização pode ocorrer em torno de poucos países. Vêm-se as reuniões que ocorrem, a divisão dos ricos, o G-7, há pouco tempo acrescentaram a Rússia, quando 8 países se reuniram, o que quer dizer que o mundo está também dentro da discriminação social, países pobres e países ricos. A internacionalização da riqueza é perigosa porque beneficia os países ricos que dominam a tecnologia. Assim a pobreza pode ficar sendo uma condicionante de todos os Estados da periferia ou Estados proletários, segundo alguns autores empregam a expressão.

Outro questionamento é sobre meu conceito de cidadania. Hoje cidadão é o contribuinte, o cego, o homossexual, o portador de AIDS, o ser humano no sentido genérico. Não se pode entender mais cidadania como o indivíduo que votava, como até pouco tempo correspondia àquele que exercia o seu direito eleitoral. O conceito moderno de cidadania está revelando uma série de concepções: é aquele que tem que ter as possibilidades da plenitude do processo, da defesa, e também todos esses direitos que estamos discutindo. Qualquer circunstância em que o indivíduo está ele tem que ser respeitado, a cidadania vincula-se à dignidade humana. No Brasil nós precisamos concretizar mais o conceito de dignidade, fala-se muito em dignidade de uma maneira vaga e superficial. Por exemplo, no trabalho, se uma pessoa é ou não uma boa professora, ela tem que ser tratada com dignidade. Qualquer que seja a posição do indivíduo na sociedade, o contribuinte, o administrado, o doente, o são, em todas as circunstâncias, em todas as situações em que ele se encontra, deve ser respeitado.

Quanto à ética, cada vez mais há uma preocupação com a ética, principalmente porque hoje se fala muito em biodireito, biomedicina. As ciências da vida e a ética estão ligadas. Também a ética no trabalho, em que o patrão deve respeitar os direitos do empregado. A ética tem que ser vista de uma maneira mais profunda em todos os segmentos da vida.

Outro tema importante é sobre as muitas leis que no Brasil são feitas para garantir um direito, mas que dependem de sua regulamentação para serem implementadas. Na verdade o Brasil tem muitas leis, mas não se tem aplicabilidade, não há vontade de aplicação dessas leis. Conforme a nossa técnica constitucional, espera-se

que a lei seja regulamentada, porém isso demora muito a acontecer, é praticamente uma tradição no direito brasileiro. Entretanto há uma interpretação dos que defendem o garantismo, pois, assim, se a Constituição define de maneira clara certos direitos, o indivíduo pode postular isso em juízo. A Constituição de 1988 é muito boa, mas ela está piorando, porque as emendas não foram feitas atualmente no sentido de aprimorar a Constituição, mas, sim, de reduzir os direitos, como o caso dos servidores, regime jurídico único, isonomia e outros que não foram efetivados. A efetividade da norma constitucional mereceu estudos que mostram a importância e o seu significado, tanto da norma ordinária, como a processual. Qualquer norma tem como objetivo a sua aplicabilidade, senão ela se torna desnecessária, inoperante e até perigosa. O Poder Judiciário tem conseguido, mas teria que ter avançado. Por exemplo, os Estados Unidos e as Cortes Européias estão implementando vários direitos por via de decisões judiciais. É preciso também que o Poder Judiciário assuma, e principalmente o Supremo Tribunal Federal, essa postura de fazer. Se o próprio governo dificulta a implementação da lei, é preciso que haja decisões que a implementem, que a tornem eficaz.

Globalização, exclusão social, democracia*

*Friedrich Müller***

Não preciso explicar aqui, abrangentemente, o que é a “globalização”. Seria, também, um esforço baldado, pois o fenômeno não é suficientemente transparente, nem mesmo suficientemente unitário.

De qualquer forma, considerações a respeito da globalização podem ser feitas. Fazem parte da globalização uma complexa divisão do trabalho em escala mundial, uma reestruturação vertiginosa das empresas e economias nacionais e o aumento da dependência econômica recíproca. Podemos denominar esse fenômeno, também, de integração econômica do mundo, que não é apenas simbolizada, mas operada pelos novos centros do poder, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE), que formam, há uma década, uma espécie de executiva planetária secreta. Com sua ajuda, o Ocidente aplica os seus modelos de modo tão abstrato quanto brutal às sociedades do, assim, chamado Terceiro Mundo.

O que se globaliza é, num primeiro momento, a lei do capital: a maximização do lucro de poucos, por meio da libertação total dos mercados financeiros internacionais. Ocorre a mundialização, que é uma monetarização mundial. Em última análise, há a luta de economistas e políticos ultraliberais desde a década de 1980, especialmente nos EUA e no Reino Unido, em favor da política orientada pela oferta, do desmonte do Estado de Bem-Estar Social e da desregulamentação, em favor de *hire and fire*, da “flexibilidade” dos assalariados, da privatização, dos impostos baixos e das taxas de câmbio livres. A guerra desses economistas e políticos ultraliberais e a de seus epígonos contra normas historicamente conquistadas do Estado de Bem-Estar Social e contra os sindicatos serviram à finalidade de promover a vitória global da lógica autoreferencial dos mercados financeiros. Hoje, os fluxos de capitais, temporais e localmente ilimitados, tornaram-se independentes dos dados fundamentais da economia e da conjuntura.

* Traduzido por Peter Naumann.

** Professor da Universidade de Heidelberg – Alemanha.

De acordo com o sistema de Bretton Woods (1944), as divisas eram trocadas apenas para financiar o comércio e os investimentos, isto é, num quadro que sempre foi, também, campo da política e da responsabilidade democrática. Agora, a especulação libertou-se de toda e qualquer relação racional e econômica, no sentido próprio do termo, com a circulação real de mercadorias. Ainda em 1971, 90% dos negócios financeiros internacionais referiam-se a capitais reais e 10%, a capitais especulativos. Já em 1995, 95% desses negócios se tinham tornado especulativos e, por volta da última virada de século, esse percentual atingia 97% a 98% e isso com um volume de capitais flutuantes de 1,5 trilhões de dólares ao dia. A dimensão irrestrita e, indubitavelmente, global da globalização até os nossos dias é, precisamente, essa libertação dos mercados financeiros. Entretanto, os seus caprichos irracionais têm precedência sobre os resultados de eleições democráticas gerais. Trata-se de um fenômeno desastroso e, também, novo, pois o socialismo real não foi posto de joelhos pelo capitalismo, mas, muito pelo contrário, pela política democraticamente responsável, que, tradicionalmente, definiu as condições para os mercados do Ocidente: modelos do Estado de Bem-Estar Social e modelos de economia mista, como o “ordoliberalismo”, a “economia social de mercado”, o “New Deal” e a “Great Society”.

Em oposição pronunciada a esses modelos, a ênfase da política interna e externa foi deslocada nos Estados Unidos, começando com Reagan e continuando com Bill Clinton, para a economia externa: de Washington para Wall Street e o Silicon Valley.

II

Apesar de toda a propaganda da grande mídia que hoje, via de regra, está nas mãos de conglomerados, cresce a irritação diante do fato de que o Estado perde o controle democrático sobre tudo que acaba sendo abandonado aos interesses da grande economia. Uma pesquisa de opinião, realizada por ocasião da Conferência da OMT em Seattle, revelou que somente 37% dos norte-americanos da metade inferior da pirâmide de renda acreditavam nas vantagens da globalização, ao passo que 63% dos mais abastados estavam convictos de que a economia global era proveitosa para eles.

A globalização não reduz a desigualdade, como afirmam os seus arautos. Ela ampliou-a e acirrou-a até o presente. A Cúpula Social Mundial de 1995 em Copenhague, a Assembléia Geral das Nações Unidas de fins de junho de 2000 e o Relatório sobre a Pobreza 2000 do programa de desenvolvimento da ONU (UNDP) apresentaram conclusões amargas nesse tocante. A globalização melhora a circulação transfronteiriça de mercadorias, o comércio de bens e o intercâmbio de mão-de-obra, mas se o bem-estar aumenta desse modo, isso ocorre apenas na média abstrata. Quem ganha são os proprietários de patrimônios e a mão-de-obra altamente qualificada.

Quem perde são os trabalhadores dos setores industrial, comercial e de serviços, sem falar no exército de bilhões de desempregados e excluídos. Assim, 20% da humanidade usufrui quase 90% dos bens disponíveis. As 200 pessoas mais ricas dispõem de um patrimônio muito superior a um trilhão de dólares, o que corresponde à renda anual de metade da humanidade. Um bilhão de pessoas vive na abundância, quatro bilhões à beira do mínimo necessário para a sobrevivência, um bilhão em cruel miséria. Não apenas os bens privados, mas, também, os bens e direitos públicos mundiais (Kaul *et al.*, 1999) como o direito à paz, a uma natureza intacta, à informação, a órgãos públicos incorruptíveis e a um Judiciário equânime são crescentemente negados justamente aos pobres que, em virtude da sua situação desesperada, não podem compensar a sua situação. Adam Smith, que era melhor observador do que os seus seguidores fanáticos atuais querem nos fazer crer, estabelecia distinções claras entre os tipos de bens e, num primeiro momento, remetia ao Estado regulador, com vistas à provisão, tais bens públicos.

Além desse caso clássico, sérios argumentos contra o ultraliberalismo recomendam que determinados tipos de problemas, como os da política distributiva, necessitam do Estado, hoje como no passado. A democracia exige que processos econômicos sejam inseridos em processos sociais na situação atual, também, com a ajuda de conjuntos de regras internacionais (Scharpf, 1997; Streeck & Crouch, 1997). Caso contrário, os acontecimentos no mercado, livres da presença do Estado, transformam paulatinamente a responsabilidade dos Estados constitucionais e a sua legitimidade democrática em farsa cada vez maior.

III

Onde e a partir de que causas iniciou-se essa separação entre decisões centrais da sociedade e o contexto da tradição democrática?

Afirma-se que isso ocorreu nos anos 60 do século XX. A denominação atual desse início de globalização é 'revolução da informação' ou 'revolução digital'; expressões mais antigas falavam do fim da era industrial, passagem do modelo de produção fordista ao modelo pós-fordista (Revelli, 1999) ou transição da sociedade industrial para a sociedade do conhecimento. Tudo isso não tem razões meramente técnicas, pois, desde a década de 1970 (e mais fortemente na de 1980), decisões políticas maciças entraram em jogo e o processo foi acelerado pela desregulamentação global e pela abstração dos parâmetros sociais tradicionais. O sistema de Bretton Woods e os controles da circulação de capitais foram abandonados, as taxas de câmbio tornaram-se flexíveis e, na esfera intra-estatal, o desmonte do Estado de Bem-Estar Social e a privatização, decididos politicamente, flanquearam essa evolução ocor-

rida em escala mundial. A globalização imbricou-se com a evolução da técnica. Para dizê-lo na forma de um tipo ideal (no sentido de Max Weber), na sociedade industrial precedente, as empresas podiam e.g. vencer na concorrência melhorando a qualidade e produtividade.

Mas, na “Nova Economia”, o diferencial de conhecimento dos líderes nos ramos industriais aumenta com uma rapidez cada vez maior, praticamente não podendo mais ser recuperado pela concorrência. A produção técnico-industrial, a orientação pela vantagem econômica e a regulação democrática por meio de prescrições jurídicas caracterizaram o velho modelo. Nele, o capital, o trabalho e o Estado estão tipicamente inseridos em uma rede juridicamente determinada de procedimentos para soluções de conflitos e em uma rede juridicamente emoldurada de procedimentos para a formação de consenso. Os suportes reais desse modelo são o crescimento constante da economia e da produtividade do trabalho, bem como o crescimento do poder aquisitivo das massas.

Desde a reviravolta na política econômica em meados da década de 1970, feita com base na reviravolta técnica anterior, a economia cresce mediante a eliminação progressiva dos empregos e a riqueza tópica é acumulada cada vez mais rapidamente, à medida que segmentos populacionais inteiros, ramos inteiros e, no caso da África, um continente inteiro são colocados de lado. As empresas concentram-se vertiginosamente e os grupos atuam de forma crescente transnacionalmente. São estes que assumem o papel dos Estados enquanto instâncias de controle com vistas a influir em partes consideráveis dos acontecimentos econômicos.

São sacrificados, inevitavelmente, os objetivos centrais da política reformista tradicional, tais como a seguridade social, a redistribuição de renda e as chances, em princípio igualitárias, de educação, bem como de ascensão social, em princípio justas (Revelli, 1999). Note-se que tudo isso está ocorrendo há cerca de um quarto de século, também, nos países centrais e nos países do G7, emblematicamente na transição do subemprego conjuntural mais antigo ao subemprego estrutural, “novo”. Não é a conjuntura que se torna estagnada, mas, sim, o modelo civilizatório mais antigo do trabalho. O desemprego “não é o resultado de uma crise de desenvolvimento mais ou menos temporária. Pelo contrário, ele é a própria forma de desenvolvimento” (Revelli, 1999; cf. Rifkin, 1996).

Em outras palavras, a nova economia da sociedade do “conhecimento”, fundada na tecnologia da informação, é imaterial. A maneira pela qual essa sociedade forma redes é denominada “virtual”, uma expressão ainda pouco clara. De qualquer forma, ela zomba do estado-nação tradicional e das suas regras jurídicas. Os atores da nova economia são transnacionais.

No modelo de produção anterior, o rico necessitava do pobre e se via exposto à acusação de explorar o trabalhador. Na Nova Economia, ele não precisa necessaria-

mente dos pobres. Ele continua explorando, cada vez mais livremente, aqueles de que necessita, mas grupos gigantescos de pessoas se tornam supérfluos e são, assim, *excluídos* econômica, social, cultural e juridicamente. Esse *Quarto Mundo dos supra-numerários* globaliza-se crescentemente, inclusive nas sociedades capitalistas mais desenvolvidas. Diante disso, a democracia tradicional, enquanto modelo representativo, sucumbe a uma exclusão que, cada vez menos, pode ser acobertada.

A democracia perde a sua base, que são as pessoas social e comunicativamente integradas, das quais ela depende. A exclusão crescente, conforme formulado por Niklas Luhmann com vistas à Índia, à África, ao Brasil, mas e.g., também, a partes dos EUA, significa a “produção” de milhões de seres humanos que saem de todas as comunicações socialmente necessárias.

IV

Essas conseqüências são especialmente perigosas para os países em desenvolvimento e para os países emergentes da periferia. Por um lado, a sua economia é controlada pelas centrais, sediadas nos países do G7, dos conglomerados transnacionais. Eles conseguem, cada vez menos, criar um setor industrial ou de serviços próprio e digno de menção. Se, para citar um exemplo, ocorre um investimento do exterior no Brasil, por meio da Volkswagen do Brasil, da Renault do Brasil etc., e o investimento conduz ao sucesso econômico, ocorre um desenvolvimento econômico no lugar geográfico chamado “Brasil” e no estado-nação que se denomina “República Federativa do Brasil”, mas não é o Brasil que se desenvolve economicamente.

A sociedade civil precisa resistir a isso. Não há outra solução, pois, sem uma legitimação política, a economia globalizada, mesmo a economia transnacional, não pode reprimir por tempo ilimitado a pergunta pela sua aceitação, diante da maioria das pessoas afetadas, diante dos cidadãos social e politicamente ativos. Cabe a estes, com vistas a uma democracia cada vez mais participativa, elaborar novamente formas coletivas de ação, ramificadas e interligadas em elevado grau de mobilidade. Quando os eleitos não mais decidem e os que decidem não mais são livremente eleitos, os que estão resistindo, também, não precisam ser “eleitos” de modo tradicional, no âmbito do estado-nação. Legitimam-se, assim, inicialmente, pelo seu engajamento e pela abertura da discussão sobre esse engajamento, sendo que eles mesmos valorizam sobremaneira essa abertura.

A globalização está em vias de aprofundar e ampliar o abismo entre ricos e pobres, entre atores e objetos da sua ação, entre incluídos e excluídos. De qualquer modo, a situação caminha na direção de complementar as sociedades neoliberais de dois terços, nos países cênicos, por sociedades de nove décimos, na periferia. As demo-

cracias, em vias de surgimento, perdem os possíveis democratas e os direitos políticos assegurados no papel carecem de pressupostos sociais para poderem ser exercidos.

Tal situação, infelizmente, não é alterada pelo que se denomina “glocalização” na discussão internacional, pois trata-se cada vez menos apenas do crescimento constante de macro-estruturas que entrelaçam transnacionalmente os atores globais. Em virtude da formação da nova rede global, o novo, também, torna-se “apreensível [...] nas coisas miúdas, concretas, *in loco*, na vida própria, em símbolos culturais” (Beck, 1997, p. 29, 91). De um lado, encontram-se a universalização técnica, a padronização unificadora, a formação central de um novo poder; de outro, há a desintegração, o descentramento parcial, o particularismo, a regionalização: quer dizer, existem dois movimentos opostos. Mas o quadro dessa imbricação, justamente, é cada vez menos o estado-nação democrático com a sua competência e responsabilidade jurídicas.

V

Ao lado disso, o ataque mais perigoso à democracia passa pela exclusão social. Segundo a experiência acumulada até o presente momento, a globalização está em vias de agravá-la e torná-la crônica. A exclusão deslegítima. O capital móvel em um mercado sem Estado(s) se sobrepõe a parlamentos e governos eleitos. No âmbito da globalização, subtrai-se, assim, o chão exatamente àqueles métodos democráticos pelos quais conquistas como os direitos humanos e objetivos políticos, como a proteção ambiental, devem ser tratados. Nos países menos desenvolvidos e nos países emergentes, aumenta a consciência de que o crescimento econômico globalmente propulsionado, definido de forma meramente monetária e apreendido em termos macro-estatísticos, não substitui as garantias do Estado de Direito e a *good governance*. Sem essas garantias, aumenta-se, ainda mais, o potencial de conflito nas sociedades, desestabilizando-as. Diante de um mercado continuamente irrefreado, autoridades como J. K. Galbraith, William Lewis e Lester Thurow prognosticam, com vistas aos EUA e a outros países industrializados, que a sociedade se despedaçará: “O capitalismo pode conviver com isso, mas a democracia, não”. Isso ocorre muito mais ainda no Brasil e em outros países que estão passando por processos de transformação. Em sistemas democráticos lábeis ou “defeituosos”, as conseqüências da globalização podem produzir danos potenciados. Elas podem prejudicar, em grau mais elevado, os países em vias de transformação, cujos sistemas democráticos são deficientes. Frequentemente, tais conseqüências são mais fortes do que os efeitos duradouros de tradições pré-autoritárias de uma fase democrática precedente e podem, facilmente, onerar em demasia as chances de ação da sociedade civil.

VI

Na América Latina, o capitalismo tem raízes essencialmente mais tênues do que nos Estados industrializados da Ásia. Por isso, os habitantes dessa região já se viram obrigados a acumular mais experiências com as suas crises, sobretudo no sentido do “entra e sai” dos investidores internacionais. Até a ocorrência da crise mexicana em 1994 e, em medida menor, também, depois dela, o subcontinente era considerado uma boa localização para investimentos. Em determinado momento, o capital está novamente batendo em retirada, com grandes turbulências, conforme se deve temer. Isso se explica a partir da história política e econômica da América Latina. As potências coloniais tinham cultivado o mercantilismo, os governos dos países finalmente independentes continuaram-no. As elites continuaram sendo formadas para o serviço público, ao invés de para o setor privado e a indústria. A industrialização, desde os anos 30, posta em movimento por políticos populistas, foi empreendida contra as elites. A industrialização era considerada tarefa do Estado. O Estado paternalista [Vater Staat], na produção industrial, passou a concorrer com o patrão no latifúndio; foram anexadas de novo empresas estrangeiras, e as poucas grandes empresas privadas dependiam da simpatia dos governos. Corrupção, inflação e atraso técnico foram o preço elevado da persistente simbiose entre política e negócios. Depois do fim da Guerra Fria, o continente abriu-se ao mercado mundial, o capital estrangeiro inundou as economias nacionais e as empresas públicas foram vendidas. O Estado paternalista cedeu o papel do patrão a empresas multinacionais.

O capitalismo, assim surgido, é em grande parte dirigido de fora, a partir de centrais de conglomerados em Detroit, Ludwigshafen, Wolfsburg e muitas outras cidades e a sua base interna é extremamente tênue. O acesso a capitais de empresas nacionais na bolsa é modesto [schwach ausgeprägt]. O instituto da ação de ampla distribuição [Volksaktie] é desconhecido. Seis empresas latino-americanas integram o grupo das 500 maiores empresas do mundo. Os empresários são, com incomum frequência, políticos ou advogados que vêem a sua empresa mais como aplicação financeira privada. A pesquisa na empresa, o desenvolvimento e a política de investimentos a longo prazo não gozam de muito prestígio. A iniciativa empresarial produz maiores efeitos no setor informal, que, segundo estimativas frequentes, é, aproximadamente, tão grande quanto a economia latino-americana compreendida nas estatísticas. Especificamente com vistas ao caso brasileiro Celso Furtado, para citar um exemplo, registrou-se a crescente falta de governabilidade em virtude de dependências macroeconômicas; a sujeição ao capital estrangeiro causou um “risco crescente de ingovernabilidade do país” (O capitalismo global, p. 73 ss.).

VII

Um tema especial, que no marco dessa palestra apenas pode ser sugerido, consiste nos efeitos produzidos pela exclusão na *democratização*, nos processos extremamente complexos da *transformação* em sistemas que, depois, poderiam ser denominados de “democráticos” (v. a respeito do que segue: Puhle). Em meio ao feixe de fatores que ocupam o centro da nossa atenção, isso depende dos efeitos continuados de instituições pré-democráticas, mas, também, da “força evocativa de tradições pré-autoritárias”, sobretudo de fases democráticas anteriores na história de um país; e isso, também, depende, não em último lugar, da força e do patamar evolutivo do potencial de ação das elites e do grau genérico de mobilização da sociedade, o que pode ser determinado nas seguintes palavras: “da respectiva força da sociedade civil”. Tal sociedade civil freia, de múltiplas maneiras, a dominância de um Estado tradicionalmente demasiado “forte”; ou de um Estado que, como presentemente no Brasil, torna-se progressivamente mais autoritário. É claro que nem todas as forças contrárias da sociedade civil são internamente democráticas. Muitas delas são, por sua vez, autoritárias ou constituídas por via clientelista, mas as suas atividades contribuem ao menos para o pluralismo do conjunto. Quanto ao Brasil, o país teve que distanciar-se de um regime militar precedente e a elaboração e promulgação da sua Constituição [Verfassunggebung] ainda evidenciaram vestígios de uma transição pactuada (não-revolucionária). Em uma sociedade civil tradicionalmente ainda pouco democratizada, o peso novamente quase opressivo do seu regime presidencialista conduz ao que a pesquisa da transformação denomina de democracia “defeituosa” – uma vez que a exequibilidade prática de uma política democrática padece da falta de estruturas próprias do Estado de Direito. O Brasil e a América Latina não apresentam, infelizmente, falta de experiência nem, felizmente, falta de reflexão acerca dessas formas intermediárias entre a democracia e a dominação mais ou menos autoritária; termos como *dictablanda* ou *democradura* testemunham isso. Uma base ainda fatalmente forte de tais formas híbridas é formada no Brasil pela estrutura política, em grande parte arcaica. Ela consiste na dominação de uma casta de régulos estaduais, de “caciques”, que agem de forma clientelista nos seus Estados, bem como no plano da Federação, sendo, assim, os representantes do povo praticamente não-controláveis pelos eleitores. Estes, por sua vez, conformam-se com os clientelismos regional e presidencialista.

Tanto mais importante é que, também, na esfera das “massas” mais ou menos organizadas/organizáveis exista um fator real de democratização com êxito, ao menos com vistas ao prazo mais longo, pois sem comunicação e cooperação com esse fator, mesmo uma elite, não consegue manter-se indefinidamente. A democratização, que se constrói com mais chances de êxito a partir “de baixo” do que a partir “de

cima”, processa-se precisamente, também, a partir de uma multiplicidade de iniciativas de auto-ajuda, de autoproteção, de direitos civis e de outras formas de resistência. Mas justamente aqui a exclusão social é algo incomumente impeditivo que deve ser combatido e reprimido com todas as forças, com vistas à realidade (futura) de um sistema democrático. A *evolução* biológica, também, necessitou de *mutações* constantes. Tais mutações contra a globalização devem advir da sociedade civil.

VIII

Democracia é direito positivo de todas as pessoas, mas um grau maior de globalização seria letal para a democracia. O grau já atingido até o momento é altamente perigoso. Como podemos sair novamente desse abismo? Muitas medidas são discutidas. Quero mencionar aqui algumas poucas, atinentes à política jurídica que são: novos objetivos de compensação por parte do Estado de Bem-Estar Social; reformas agrárias eficazes; créditos fiscais sistemáticos para os *working poor*; investimentos dramaticamente mais elevados na educação e formação profissionalizante por parte do Estado e das empresas; respeito efetivo e implementação do direito vigente (Direito Trabalhista e Previdenciário, Direito Penal, tutela jurídica processual, direitos humanos etc.).

Discutem-se, também, muitas medidas econômicas e sociais. Elas podem ser sistematizadas como medidas de estados nacionais, medidas internacionais e medidas supranacionais (a estas pertence o projeto “Europa Social” ou a criação de regiões estruturadas como Saar-Lor-Lux, a Occitânia-Catalunha, o Mercosul). Sobre as medidas de nova espécie, as transnacionais, falarei adiante. No âmbito das medidas convencionais, estão sendo cogitados grupos de trabalho interparlamentares sobre temas globais. Pensa-se no “retorno dos parlamentos” e em uma assembléia mundial dos parlamentos. Mais interessante é o enfoque que a ONU está começando a implementar, na forma de *global public policy group* e que consiste em organizar, como fase preliminar de processos políticos em instituições tradicionais, discussões sobre projetos controvertidos, com a participação de cientistas, políticos, mídia e empresários, incluindo ONGs (o que é positivo, mas, também, perigoso para as ONGs, pois pode acabar havendo alteração da sua posição crítica).

Qual é a relação entre as novas formas da resistência transnacional com as novas formas da economia transnacional e com a formação de um direito transnacional?

Na década passada, milhares de ONGs, associações de cidadãos e iniciativas nos campos jurídico e ambiental fundamentaram uma espécie de consciência social mundial, por meio de propostas construtivas, protestos e ações simbólicas, por meio da democracia “local”, entendida como aquela referida a temas concretos nos planos

municipal, nacional e transnacional. Topônimos como Seattle, Davos, Washington, Praga e, agora, Porto Alegre representam um esforço no sentido de questionar democraticamente os acontecimentos globais e, como objetivo distante, modificá-los com legitimidade. Os *global players* são observados criticamente e sua ação predatória é deslegitimada em uma esfera pública mundial em vias de constituição. Além disso, o apelo a mudanças nos padrões de consumo pode construir um potencial de ameaça que ultrapassa, em muito, a pressão político-moral sobre governos nacionais. Ao invés de se esperar que uma esfera pública global se construa, por assim dizer, “sozinha”, pelos novos meios, em virtude da comunicação globalizadora, faz-se mister uma ação enérgica, multiforme. Comparativamente, não se deve apenas esperar pacientemente o desenvolvimento da sociedade civil em *emerging democracies*, mas impulsioná-lo mediante iniciativas grupais e ações individuais bem refletidas das quais fazem parte procedimentos-piloto e processos-modelo (Müller 1997) e, também, por meio de formas de democracia participativa crescente, com relação às quais o nome da cidade de Porto Alegre já desenvolveu uma força de irradiação no plano global. Em outras palavras, se não quisermos resignar-nos inteiramente e permitir a destruição dos direitos humanos, do Estado de Direito, da democracia, frutos políticos da Ilustração e da modernidade, o mundo do séc. XXI necessita de uma globalização de baixo para cima.

Contra a globalização do capital oligopolista, *faz-se mister globalizar a democracia* em formas que são, elas próprias, democraticamente estruturadas, como auto-organização com elevada mobilidade; com ajuda de um “povo” global a ser criado, aos poucos, em meio à resistência, como ator e meio de comunicação da opinião pública mundial, da crítica e de uma construção de opções melhores: em prol de uma sociedade mundial futura, na qual a economia exista novamente em função das pessoas.

Referências bibliográficas

BEAU, O. Repenser la démocratie constitutionnelle. Le pari d’une théorie “post-positiviste” du droit. In: *Critique* 642 (“Philosophie politique”), Paris, 2000.

BECK, U. *Gegengifte*, 1988.

BECK, U. Weltbürgergesellschaft. Individuelle Akteure und die Zukunftsfähigkeit der modernen Gesellschaft. In: *Jahrbuch Arbeit und Technik*, 1996, p. 141 ss.

BECK, U. *Was ist Globalisierung? Irrtümer des Globalismus – Antworten auf Globalisierung*, 1997.

BIRNBAUM, N. Mehr demokratie wagen. In: *DIE ZEIT* (24/10/1997).

BIRNBAUM, N. *After progress*. Oxford, 1998.

- BOURDIEU, P., *et al.* **Das Elend der Welt**, 1997.
- BRUNKHORST, H. Ist die Solidarität der Bürgergesellschaft globalisierbar? In: BRUNKHORST, H.; KETTNER, M. (Eds.). **Globalisierung und demokratie**. 2000, p. 274 ss.
- BRUNKHORST, H.; KETTNER, M. Einleitung. In: BRUNKHORST, H.; KETTNER, M. (Eds.). **Globalisierung und demokratie**. 2000, p. 7 ss.
- CASTEL, R. **Die metamorphosen der sozialen Frage**. 2000.
- CHOMSKY, N. **Haben und Nichthaben**. 1998.
- CHOMSKY, N. **Profit over people: neoliberalismus und globale weltordnung**. 2000.
- CHRISTENSEN, R. Einleitung. In: MÜLLER, F. **Wer ist das Volk? Die grundfrage der demokratie**. Berlin, 1997, p. 7 ss.
- FALK, R. On humane governance. **Toward a New Global Politics**. Londres, 1995.
- FURTADO, C. **O capitalismo global**. São Paulo, 1998.
- GUSY, Chr. Demokratiedefizite postnationaler Gemeinschaften unter Berücksichtigung der Europäischen Union. In: BRUNKHORST, H.; KETTNER, M. (Eds.) **Globalisierung und demokratie**. 2000, p. 131 ss.
- HABERMAS, J. Der interkulturelle Diskurs über Menschenrechte. In: BRUNKHORST, H.; KÖHLER, W. R.; LUTZ-BACHMANN, M. (Eds.). **Recht auf Menschenrechte**, 1999, p. 216 ss.
- HEILBRONER, R. Kapitalismus im 21. Jahrhundert. 1994.
- KAUL, I.; GRUNBERG, J.; STERN, M. A. (Eds.). **Global public goods**. Nova Iorque, 1999.
- KETTNER, M., SCHNEIDER, M.-L. Öffentlichkeit und entgrenzter politischer Handlungsraum: der traum von der "Weltöffentlichkeit" und die Lehren des europäischen Publizitätsproblems. In: BRUNKHORST, H.; KETTNER, M. (Eds.). **Globalisierung und demokratie**. 2000, pp. 369 ss.
- KÜHNEL, R. Gesellschaft im Umbruch. In: Blätter für deutsche und internationale Politik. 1994, p. 747 ss.
- KUTTNER, R. **Everything for sale: the virtues and limits of markets**. Nova Iorque, 1997.
- LINZ, J. J.; VALENZUALA, A. (Eds.). **The failure of presidential democracy: comparative perspectives**, v. 1. Baltimore, 1994.
- LINZ, J. J.; VALENZUALA, A.; STEPAN, A. (Eds.). **Problems of democratic transition and consolidation: Southern Europe, South America, and Post Communist Europe**. Baltimore, 1996.
- LIPSET, S. M. Some social requisites of democracy. In: **American Political Science Review**, n. 53, 1959, p. 69 ss.
- LUHMANN, N. **Die Gesellschaft der Gesellschaft**. 1998.
- LUTZ-BACHMANN, M. "Weltstaatlichkeit" und Menschenrechte nach dem Ende des überlieferten "Nationalstaats". In: BRUNKHORST, H.; KÖHLER, W. R.; LUTZ-BACHMANN, M. (Eds.). **Recht auf Menschenrechte**. 1999, p. 199 ss.

- MAUS, I. Menschenrechte als Ermächtigungsnormen internationaler Politik oder: der zerstörte Zusammenhang von Menschenrechten und Demokratie. In: BRUNKHORST, H.; KÖHLER, W. R.; LUTZ-BACHMANN, M. (Eds.). **Recht auf Menschenrechte**. 1999, p. 276 ss.
- MICHELMAN, F. J. Brauchen Menschenrechte eine demokratische Legitimation? In: BRUNKHORST, H.; KÖHLER, W. R.; LUTZ-BACHMANN, M. (Eds.). **Recht auf Menschenrechte**. 1999, p. 52 ss.
- MOUFFE, Ch. (Ed.). **Dekonstruktion und pragmatismus**. 1999.
- MARTIN, H.-P.; SCHUMANN, H. **Die globalisierungsfalle**. Der angriff auf demokratie und wohlstand, 1996.
- MÜLLER, F. **Wer ist das volk?** Die grundfrage der demokratie. Berlim, 1997 (Edição original brasileira: **Quem é o povo?** São Paulo: Max Limonad, 1998, 2. ed., 2000)
- MÜLLER, F. Que grau de exclusão social ainda pode ser tolerado por um sistema democrático? Porto Alegre, Edição especial da **Revista da Procuradoria Geral do Município**, outubro de 2000.
- MÜLLER, F. **Demokratie in der defensive**. Funktionelle abnützung – soziale exklusion – globalisierung. Berlim, 2001.
- NOÉ, C. (sobre: Birnbaum, N., After Progress, Oxford 1998), in: DIE ZEIT, 19/11/1998.
- PRZEWORSKI, A. **Democracy and the market**. Cambridge, 1991.
- PUHLE, H.-J. Demokratisierungsprobleme in Europa und Amerika. In: BRUNKHORST, H.; NIESEN, P. (Eds.). **Das Recht der Republik**. 1999, p. 317 ss.
- REVELLI, M. **Die gesellschaftliche Linke**. Jenseits der Zivilisation der Arbeit. 1999.
- RIFKIN, J. **Das ende der arbeit und ihre zukunft**. 1996.
- RIFKIN, J. **Access: das verschwinden des eigentums**. 2000.
- ROSAS, A. Globaler konstitutionalismus, menschenrechte und staatliche souveränität. In: BRUNKHORST, H.; KETTNER, M. (Eds.). **Globalisierung und demokratie**. 2000, p. 151 ss.
- ROUSSEAU, J.-J. **Du contrat social**. Paris: Ed. Garnier Frères, 1962.
- SAUL, J. **Der markt frisst seine kinder**. 1999.
- SCHARPF, F. W. **Games real actors play**. Oxford 1997.
- SCHARPF, F. W. Demokratie in der transnationalen Politik. In: BECK, U. (Ed.). **Politik der globalisierung**. 1998, p. 228 ss.
- SCHMITT-BECK, R. Über die Bedeutung der Massenmedien für soziale Bewegungen. In: **Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie**, n. 42, 1990, p. 642 ss.
- SCHRADER, A. Brasilien: soziale fragen, soziale strukturen. In: PAUL, W. (Ed.). **Verfassungsreform in Brasilien und Deutschland**. 1995, p. 17 ss.
- SCHWAB, K. Ende der Gemütlichkeit. Bekommt der Mensch die Globalisierung in den Griff – oder sie ihn? In: DIE ZEIT, 27.1.2000.
- SEE, H.; SPOO, E. (Eds.). **Wirtschaftskriminalität: kriminelle wirtschaft**. 1997
- SENNETT, R. **Der flexible mensch**. 1998.

- SHARE, D.; MAINWARING, S. Transition through transaction: democratization in Brazil and Spain. In: SELCHER, W. (Ed.). **Political liberalization in Brazil**. Boulder, 1986, p. 175 ss.
- DE SOUZA E SILVA, J. Estado-nação está sendo debilitado. In: **O Povo**, 17/10/2000.
- SREBERNY, A. Feministischer internationalismus: zur imagination und konstruktion globaler zivilgesellschaft. In: BRUNKHORST, H.; KETTNER, M. (Eds.). **Globalisierung und demokratie**. 2000, p. 289 ss.
- STIGLITZ, J. Die Abrechnung. In: **DIE ZEIT**, 19/4/2000.
- STREECK, W.; MATZNER, E. **Beyond keynesianism**. Londres, 1991.
- STREECK, W.; MATZNER, E.; HOLLINGSWORTH, J. R.; SCHMITTER, Ph. **Governing capitalist economies**. Nova Iorque, 1994.
- STREECK, W.; MATZNER, E.; HOLLINGSWORTH, J. R.; SCHMITTER, Ph; CROUCH, C. **Political economy of modern capitalism**. Londres, 1997.
- THÜRER, D. "Citizenship" und demokratieprinzip: "Föderative" Ausgestaltungen im innerstaatlichen, europäischen und globalen Rechtskreis. In: BRUNKHORST, H.; KETTNER, M. (Eds.). **Globalisierung und demokratie**. 2000, p. 177 ss.
- THUROW, L. C. **Die Zukunft des Kapitalismus**. 1996.
- WITTWEN, A. **Infotainment**. Berna, 1995.

Os usos sociais da escrita e a educação inclusiva no Brasil

*Angela Bustos Kleiman**

Utopia (...): a de um mundo onde só houvesse diferenças, de modo que diferenciar-se não seria mais excluir-se. (Ronald Barthes por Ronald Barthes)

Questionei-me, ao ser convidada para fazer esta apresentação, sobre qual poderia ser a minha contribuição, da perspectiva de uma pesquisadora que trabalha com os professores de adolescentes e adultos excluídos do sistema educacional, analisando o papel da leitura e da escrita nessa exclusão. O questionamento é pertinente, uma vez que a definição de educação inclusiva tem-se aplicado, tradicionalmente, ao campo da educação de crianças com necessidades especiais (cf. Mittler, 2001). Há, no entanto, no seio dos educadores e pesquisadores que se ocupam da educação inclusiva, uma tendência, que atrai cada vez mais seguidores, na direção de uma interpretação mais abrangente do conceito de inclusão, de modo a se pensar em políticas inclusivas para todos os que têm sido historicamente barrados da escola e do sistema educacional.

Assim, com essa compreensão da tarefa, que faz muito sentido numa sociedade tão profundamente desigual como a nossa, tecerei algumas considerações sobre o papel da escrita na construção de uma escola inclusiva, isto é, na construção de um contexto de aprendizagem enriquecedor para todos os que deveriam ter suas circunstâncias e necessidades especiais levadas em conta: crianças e adolescentes portadores de deficiências, meninos de rua, crianças trabalhadoras, adolescentes e adultos defasados na sua escolaridade ou que nunca foram à escola, idosos, mulheres, negros, enfim, todos os que foram negligenciados pelo sistema, que sempre foi, e ainda é,

* Professora do Curso de Letras da Unicamp.

orientado para atender os grupos dominantes, numa sociedade tão profundamente desigual que suas classes, nas palavras de Darcy Ribeiro, estão separadas por distâncias quase tão grandes como as que separam povos distintos (1995, p. 210-211).

Munida, então, de uma concepção ampla de educação inclusiva como referência, o meu objetivo nesta apresentação é discutir o papel que a leitura e a escrita, seu conhecimento e seus usos, têm exercido na exclusão, a fim de melhor entender a natureza dos mecanismos excludentes e confrontá-los nos desafios da prática, isto é, no planejamento de programas educacionais, na formação de professores e na construção de uma escola verdadeiramente inclusiva e democrática. Em outras palavras, pretendo discutir o papel da língua escrita como uma barreira para o acesso à escola. Muito mais poderosa do que as barreiras que impedem o acesso físico dos alunos, a escrita constituiu-se, ao longo da história, em instrumento de autoritarismo, opressão e manutenção das profundas diferenças sociais da sociedade brasileira em vez de se constituir em instrumento de liberação e emancipação na construção da escola sonhada.

Para desenvolver o tema, dividirei o trabalho em três partes. Na primeira, será justificada a conceitualização de educação inclusiva aqui usada, alicerçada em documentos oficiais que subsidiam a elaboração de projetos e programas para escolas e centros de educação inclusiva no mundo. Na segunda parte, serão discutidas as representações sobre a língua escrita na sociedade brasileira, focalizando os aspectos que determinam seu uso como instrumento central de um conjunto de práticas que poderiam ser chamadas de “pedagogia da exclusão”. Na parte final, serão apresentadas algumas considerações sobre o perfil do professor e as características da escola necessárias a fim de que se possa começar a reverter esse processo, visando a uma pedagogia da diferença e da inclusão e procurando elementos a serem considerados no desenvolvimento de programas de educação inclusiva.

UMA EDUCAÇÃO CONCEITUAL E ESTRATEGICAMENTE INCLUSIVA

A perspectiva, que considera a inclusão e a exclusão como duas faces da mesma moeda, encontra apoio no trabalho de educadores que refletem já há algum tempo sobre essa questão. Carvalho (2001, p. 45), por exemplo, ao debater a educação inclusiva aqui neste mesmo seminário há 2 anos, disse que considerava “Um desafio examinar a inclusão escolar sem discutir seu contraponto, – a exclusão (na escola e em outras instituições sociais) – não só dos portadores de deficiências como de outros grupos minoritários e em situação de desvantagem...”.

Ainda segundo a mesma autora, o grupo é variado e diverso. Assim, ela estaria referindo-se

... aos meninos e meninas na rua, às crianças e adolescentes que trabalham, a todos os que abandonaram a escola precocemente, aos que têm doenças, aos encarcerados, às prostitutas, aos analfabetos, aos que vivem no campo, às populações nômades, às minorias lingüísticas, aos negros, mulatos, aos desempregados, às crianças, jovens e adultos oriundos das camadas populares, pobres ou miseráveis, com ou sem dificuldades de aprendizagem (Carvalho, 2001, p. 45).

Também, segundo o estudo temático da Unesco intitulado **Inclusion in education: the participation of disabled learners**, preparado para a reunião Educação para Todos (Education for All) realizada em Dakar em 2000, a educação inclusiva deve ser considerada como uma estratégia com a finalidade de “derrotar a exclusão atual de mais ou menos 113 milhões de crianças no mundo todo, em idade escolar, nos estágios iniciais e muitos mais milhões que repetem e abandonam a cada sucessivo nível do sistema educacional”¹ (Unesco, 2001, p. 6).

E, continua o documento, para uma estratégia ser eficaz, as medidas, programas, currículos, escolas que vierem a ser implantados em nome da educação inclusiva não devem, no processo, contribuir para a exclusão de outros grupos. Daí a explícita referência à ampliação do sentido de educação inclusiva, em relação aos documentos da conferência da década anterior:²

Este relatório está interessado nos muitos outros grupos excluídos, além dos aprendizes portadores de deficiências, que sofrem por causa de desvantagens sociais, econômicas ou culturais e que também continuam sendo excluídos. Esses grupos incluem as meninas e as mulheres, os meninos de rua e os meninos trabalhadores, os refugiados, os órfãos (especialmente aqueles cujos pais morreram de AIDS), as crianças de minorias étnicas e lingüísticas e aqueles morando em regiões em conflito, bem como minorias religiosas, sociais, culturais e étnicas (Unesco 2001, p. 7).³

É importante notar que a questão não é apenas conceitual, mas, também, estratégica, como um meio de assegurar a inclusão de TODOS os que têm o direito humano básico à educação. O documento visa a evitar que sejam criadas novas barreiras de ordem religiosa, étnica, social, lingüística, de gênero, etc. à medida que outras são derrubadas, o que é um resultado sempre possível devido à tendência das instituições de excluir alguns à medida que inclui outros. Assim, o documento continua:

¹ As traduções dos documentos da Unesco utilizados no trabalho são de minha responsabilidade “... inclusive education is seen as a strategic process to overcome the current exclusion of some 113 million children of school age worldwide at the initial stage and many millions more through drop-out and repetition at each succeeding stage of the education system”.

² World Conference on Education for All, realizada em 1990, em Jomtien, Thailand.

³ “This report is concerned with the many other currently excluded groups in addition to disabled learners, who suffer from social and economic or cultural disadvantage, and who also continue to be excluded. Such groups include girls and women, street and working children, refugees, orphans (not least those whose parents have died of AIDS), language and ethnic minority children and those in regions of civil unrest and conflict, as well as religious, social, cultural and ethnic minorities”.

Em vez de usar as antigas categorizações de aprendizes em dois grupos, regular e especial, a educação inclusiva é concebida aqui como uma estratégia abrangente para tratar de todo o espectro da diversidade na educação e impedir a exclusão e a marginalização de todos os aprendizes. No lugar do foco binário prévio, a educação inclusiva é um conceito unitário, que reconhece que há um ‘contínuo de necessidades, que requerem um contínuo de medidas, que podem ser feitas de diversas formas (United Kingdom, Department of Education, 1994, p. 2, citado em Unesco, 2001, p. 7).⁴

Essa mudança no paradigma educacional foi iniciada em 1994, na Conferência de Salamanca, onde se manteve que o princípio norteador das propostas e resoluções era que “as escolas deveriam acomodar todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, emocionais, lingüísticas, ou de qualquer outra condição”.⁵ Especificava-se, ainda, que “o desenvolvimento de escolas inclusivas deve ser reconhecido como o meio mais eficiente para atingir a educação para todos”.⁶ (Unesco, 1994, p. 11).

E, assim, chegou-se, no documento de Dakar, à definição de educação inclusiva que adotamos neste trabalho, que envolve desde alunos, professores e servidores até os sistemas de valores que subjazem todas as práticas educacionais:

a educação inclusiva está relacionada, assim, à consecução de direitos humanos e cívicos básicos para todos, incluindo aqueles com limitações físicas, sensoriais, intelectuais, ou situacionais, através da criação de políticas e práticas educacionais inclusivas em todos os níveis dos sistemas educacionais, os de seus valores, sistemas culturais e de conhecimento, processos e estruturas.⁷ (Unesco, 2001, p.8).

A ESCRITA COMO INSTRUMENTO DA EXCLUSÃO

No esquema referencial do novo paradigma educacional inclusivo, seja nos seus aspectos conceituais como nos seus aspectos estratégicos, o ensino, a aprendizagem e o uso da língua escrita – ou seja, o letramento do aluno – devem ser os objetivos prioritários da escola inclusiva, por várias razões: (a) a escola é a principal agên-

⁴ In other words, rather than the former categorization of learners into two groups, regular and special, inclusive education in this report is seen as an overall strategy for addressing the full spectrum of diversity in education and preventing the exclusion and marginalization of all learners. In place of the previous binary focus, inclusive education is a unitary concept, which recognizes that there is a “continuum of needs, requiring a continuum of provision, which may be made in a variety of different forms” (United Kingdom, Department of Education, 1994, p. 2).

⁵ “... schools should accommodate all children regardless of their physical, intellectual, emotional, linguistic or other conditions”.

⁶ “The development of inclusive schools as the most effective means for achieving education for all must be recognized”.

⁷ Inclusive education is thus about achieving the basic human and civic rights of all, including those with physical, sensory, intellectual or situational impairments, through the creation of inclusive policies and practices at all levels of education systems, their values, knowledge systems and cultures, processes and structures.

cia de letramento na nossa sociedade, (b) a escola é a única agência de letramento para uma grande maioria dos alunos brasileiros que vêm de famílias com pouca ou nenhuma escolaridade; (c) o uso fluente da língua falada e escrita (pois também processos discursivos da linguagem oral estão alicerçados na língua escrita e vice-versa) é visto hoje como um objetivo de ensino fundamental, prioritário para todas as crianças, exceto talvez para aquelas com seríssimas deficiências intelectuais e (d) saber ler e escrever e conhecer os números em diversas situações da vida social – ou seja, ser letrado e não apenas alfabetizado – é considerado, hoje em dia, uma capacidade básica para o funcionamento do indivíduo, tanto para o seu desenvolvimento pessoal como para contribuir para o desenvolvimento do seu grupo. Não se trata de uma condição suficiente, mas certamente de uma condição necessária. Nas sociedades urbanas, tecnologicamente complexas, somos cada vez mais solicitados a ler e escrever com a mesma fluência e facilidade que utilizamos ao falar.

Há numerosas tecnologias que, num momento dado de sua criação e desenvolvimento, foram temidas como ameaças ao livro e à escrita. Entretanto, o que vemos hoje é que avanços tecnológicos como a televisão, o cinema, o rádio, o computador não têm usurpado o lugar privilegiado da palavra escrita. Pelo contrário, eles aumentaram as demandas de leitura feitas aos usuários. O indivíduo que pode fazer uso de todas as vantagens de uma tecnologia como o computador, por exemplo, é aquele que lê e escreve com fluência e desembaraço. Num mundo com Internet mas sem produção, disse uma vez o colunista Clóvis Rossi, estaremos condenados a aceitar dessa tecnologia as miçangas (agora eletrônicas) que os países do norte queiram nos vender (**Folha de S. Paulo**, 31/7/1998). E num mundo com Internet, mas sem leitura, certamente, não haverá mudanças nessa situação de dependência. Por isso, dizemos que a nova tecnologia não erradicou o interesse nem a necessidade da escrita, que os ludditas de plantão profetizavam que viria a substituí-la. Pelo contrário, estamos vendo que, apesar da existência de tecnologia que facilita ou cria novas formas de comunicação, acontece o contrário em relação às exigências de leitura e de produção textual: elas são cada vez maiores. A escola para todos deve atender essas necessidades.

Aliás, nunca os grupos majoritários e privilegiados duvidaram dessas exigências, elemento constante do seu dia a dia. As novas tecnologias introduzem um elemento de opção inclusiva, de acesso às opções disponíveis, jamais de alternativa exclusiva, de criação de barreiras. Como afirma Foucambert (1994), embora a tecnologia nos permita usar o telefone em vez de mandar uma carta, assistir à mini novela da televisão em vez de ler o romance original, gravar em vez de tomar notas, assistir à versão dublada do filme em vez da versão legendada, assistir ao jornal televisivo em vez de ler o jornal, o sujeito letrado pode optar pela modalidade que preferir, opção não permitida ao sujeito analfabeto ou precariamente alfabetizado. É por isso que es-

se educador argumenta em favor da necessidade de formar indivíduos bilingües na língua oral e na língua escrita. O cidadão deve ter tanta facilidade para compreender e produzir o texto escrito como a que ele tem para compreender e produzir o texto oral.

Se a escrita é tão importante, por que tantos aprendizes, mesmo altamente motivados, não conseguem aprender a ler e escrever? Em outras palavras, por que a escrita tornou-se mais um instrumento de exclusão de tantos grupos? Discutiremos, a seguir, quatro antecedentes de caráter sócio histórico em relação a essa questão.

A escrita ao serviço do poder é histórica

A reverência e sacralização da “escritura” existe desde o século XVI, quando foi instituída, em toda a América Latina, a “cidade letrada”, segundo o crítico uruguaio, Angel Rama (1985). Em outras palavras, isto ocorreu quando emergiram grupos sociais letrados, conformando uma sociedade altamente estratificada na qual o conhecimento da escrita era zelosamente guardado, a fim garantir a execução das ordens e a manutenção do poder da coroa. Aliada a outros fatores de desigualdade social, a escrita ajudou, portanto, a concentrar o poder e a estabelecer hierarquias sociais que se mantêm até hoje em toda a América Latina, onde, de fato, nem a leitura da Bíblia ou outro texto religioso era “oficialmente” permitida ao povo.⁸ Nas palavras de Rama (1985):

Através da ordem dos signos, cuja propriedade é organizar-se estabelecendo leis, classificações, distribuições hierárquicas, a *cidade letrada* articulou sua relação com o Poder, a quem serviu mediante leis, regulamentos, proclamações, cédulas, propaganda e mediante a ideologização destinada a sustentá-lo e justificá-lo. Foi evidente que a *cidade das letras* arremedou a majestade do Poder, apesar de que também se pode dizer que este regeu as operações letradas, inspirando seus princípios de concentração, elitismo, hierarquização. Acima de tudo, inspirou a distância em relação ao comum da sociedade. Foi a distância entre a letra rígida e a fluida palavra falada que fez da *cidade letrada* uma *cidade escriturária* reservada a uma estrita minoria. (p. 54)

O analfabetismo é histórico

Alcançar níveis de proficiência no uso da língua escrita não é tarefa fácil quando a exclusão é histórica, como no caso brasileiro e, aliás, latino americano, em geral. Ana Maria Freire (1989), na sua história do analfabetismo no Brasil, resume, assim, os antecedentes do analfabetismo, no período que vai de 1534 (início do período da instalação das capitânicas hereditárias – que ela designa como o período “de nenhuma

⁸ O que não significa que os dominados, os mais fracos, não tenham resistido, subvertido, modificado ou desviado, para seus próprios objetivos, a “ordem” e “organização” que os poderosos tentavam impor (cf. de Certeau, 1985).

preocupação com a educação escolarizada)” a 1850, período pós-autonomia política, “ou da inexistência de um sistema educacional próprio de um Estado Nacional (1822-1850)” (1989, p. 27):

Uma estrutura social que “não podia” privilegiar a educação escolarizada, estendendo conteúdos alienados e de concepção elitista, com “sistema” esfacelado de “aulas avulsas”, fecundada pela ideologia da interdição do corpo, que excluía da escola o negro, o índio, e quase a totalidade das mulheres (sociedade patriarcal) gerou, inexoravelmente, um grande contingente de analfabetos (1989, p. 57).

Já quase um século mais tarde, depois de sucessivas legislações, a situação não era intrinsecamente diferente, segundo a autora:

A “despreocupação” com a educação, nos seus aspectos quantitativos e qualitativos, é a conseqüência deste construir histórico que traz em seu bojo, além do desprezo pelas camadas populares, a interdição de muitos ao conhecimento e, assim, perpetua-os na “incompetência”, na “ignorância”, nas “trevas”, no “suicídio”, na “praga negra”, no cancro”, no “obscurantismo” e na “vergonha” da “chaga” do analfabetismo. (1989, p. 223-224).

A reprodução dos mitos sobre a escrita na escola

A escrita, também, exclui devido aos mitos a ela associados. Como acontece com os mitos, eles passam a fazer parte do discurso do cotidiano, do imaginário popular e são, assim, muitas vezes, reproduzidos impensadamente no contexto da sala de aula, com efeitos muito negativos para os aprendizes, como mostra, por exemplo, a pesquisa sobre a interação em sala de aula que desenvolvo (Kleiman, 1995, 1998). O mito dos efeitos cognitivos generalizados do conhecimento e do uso da escrita está muito adequadamente representado na propaganda, veiculada pela rede Globo no Ano Internacional da Alfabetização, em 1990, por ocasião do “compromisso” do governo Collor de erradicar o analfabetismo em dez anos (ou seja, pelo ano 2000). Nessa propaganda (cf. Ratto, 1995), o rosto de um garoto loiro transforma-se gradualmente no rosto de um chimpanzé, numa seqüência de imagens que acompanham a recitação de um texto que explicita o mito de o sujeito não alfabetizado sequer pertencer à espécie humana: “Todo ser humano, para ser totalmente humano, precisa de educação e instrução; esse é um direito que nunca lhe deve ser negado, porque, todas as vezes que esse direito é negado, *um ser humano não é mais humano*” (grifo meu). Se não se é humano se é, então, um chimpanzé, como sugere a propaganda, ou um burro, como se pode verificar nos discursos que os adolescentes e adultos não escolarizados, assim como seus professores, aceitam e reproduzem num processo de auto-depreciação que dificulta ainda mais aprender a ler e a escrever (ver Kleiman, 1995; Ratto, 1995).

A naturalização da escrita ou a pedagogia da exclusão

A escrita é, também, excludente porque foi naturalizada, perdendo seu caráter de tecnologia social, de criação do homem a serviço do homem. Embora existam questionamentos sobre esse processo de desideologização da língua escrita, eles são muito recentes e ainda encontram pouco eco na escola.

Reagindo contra antigas divisões entre sociedades primitivas e modernas, pré-lógicas e lógicas, selvagens e civilizadas (cf. Goody, 1977), estudiosos das áreas de antropologia e da etnografia começaram, a partir da década de 60, a questionar os pressupostos sobre o caráter neutro, objetivo e descontextualizado da língua escrita e começaram a olhar os seus usos, que são sempre contextualmente situados, determinados pela função, pela comunidade específica e pela instituição específica que lê e escreve em função de objetivos sócio culturais específicos. Esses estudos começaram a mostrar que, ao contrário do que se mantivera até o momento, um família de recém alfabetizados, assentada no campo, não realiza as mesmas tarefas com a escrita que uma família, também, recém alfabetizada que mora numa favela urbana. Além disso, nenhuma das duas tem as mesmas práticas discursivas em relação aos seus usos da língua escrita que possui, por exemplo, uma família de alta escolaridade na cidade.

Isto pode parecer óbvio, mas a realidade é que a escrita se torna instrumento de exclusão da escola pelo fato de que somente o filho da última família está previsto por essa escola como um aluno “médio” em potencial. Ou seja, espera-se que toda criança, ao entrar na escola, já tenha familiaridade com as práticas discursivas letradas: com as leituras legitimadas pela sociedade (textos literários e textos jornalísticos, por exemplo), com os modos legitimados de ler e escrever e, também, com os modos de se falar sobre os textos escritos.

Um exemplo clássico de uma prática discursiva, que constitui-se em expectativa universal na escola e que, portanto, passou a ser praticamente um pré-requisito para ser um aluno bem sucedido, é a leitura da estorinha antes da criança ir dormir (Heath, 1983). Essa é uma prática sem fronteiras políticas, pois acontece em todas as famílias escolarizadas, em qualquer lugar do mundo ocidental. Quando uma criança ainda não alfabetizada, a partir de um ano de idade, aproximadamente, participa de um situação de leitura em um evento de letramento – escutando a leitura oral de um conto infantil, realizada pela mãe, ou pelo pai, ou por uma das avós, enfim, por algum adulto que dela toma conta – a criança aprende muito sobre o livro como fonte de prazer e como recurso para o lazer, além de aprender a falar da escrita. Essa será uma aprendizagem que lhe será muito útil nos primeiros anos da escola. Assim, nessa situação, a criança aprende:

- a) a participar com o adulto de jogos de nomear e rotular os objetos representados na página de um livro, tal qual o faz em relação a objetos do mundo real (“o que é isso?”, “isso aí, é um(a) ...?”);

- b) a tratar os objetos do livro como tendo referentes no mundo real: o desenho de uma “cadeira” no livro, tal qual a palavra “cadeira”, primeiro na fala e depois representada alfabeticamente na língua escrita, representam o objeto “cadeira”. Podemos dizer que os dois níveis de representação simbólica começam a ser estabelecidos na interação com o adulto que toma conta dela. E o adulto escolarizado reforça essa construção simbólica, agindo como se os objetos fossem equiparáveis. Essa equiparação fica em evidência, por exemplo, quando o adulto faz um comentário sobre o mundo real fazendo referência a algum objeto do livro da mesma classe, como quando ele comenta, em outra ocasião, longe do livro, “olha aí esse gatinho engraçado! Não está igualzinho ao Gato de Botas?”;
- c) durante o momento da leitura da estorinha, freqüentemente, tantas vezes relida que a criança já a sabe de cor, o adulto pode optar por perguntar, antes de virar a página, “o que será que vai acontecer?”. Quando isso acontece (o que é bastante comum), o adulto está efetivamente ensinando estratégias de leitura (antecipação e adivinhação). Por outro lado, quando, às vezes, a criança antecipa-se e faz comentários espontâneos e o adulto lhe solicita que aguarde um pouco, a criança está aprendendo estratégias para falar em grupo, para esperar o turno, para tomar a palavra. Todas estas são estratégias letradas e valorizadas na escola que lhe servirão muito bem, para praticamente todas as funções exigidas nessa instituição até o fim das quatro séries básicas do Ensino Fundamental (v. Heath, 1983; Terzi, 1992).

Ou seja, numa interação profundamente afetiva, no aconchego do colo da mãe ou de um outro adulto que a cuida, a criança está adquirindo seus primeiros e prazerosos contatos com o livro, sendo assim preparada para gostar da leitura e ter sucesso no início do processo escolar. Essa preparação facilita sobremaneira a aprendizagem do código: conhecendo a função de fruição e entretenimento do livro, a criança tem a expectativa do prazer e, neste caso, alfabetizar-se constitui apenas um passo necessário para a aquisição de uma tecnologia cuja finalidade é aprender a usar a língua escrita – essa fonte de prazer – de forma independente.

Muito diferente é a relação com o livro e com a palavra escrita de crianças de famílias com pouca ou nenhuma escolaridade. Quando há livros em casa, eles estão reservados para ocasiões especiais de outras instituições, mas não do cotidiano familiar: da Igreja se for a Bíblia, da escola se for o livro didático do irmão mais velho já alfabetizado. A palavra escrita não tem funções estéticas e prazerosas, apenas instrumentais, e muito limitadas, porque não estão relacionadas a questões cívicas, como o desenvolvimento da cidadania, o conhecimento de seus direitos, mas, em geral, limitam-se a questões de sobrevivência cidadina, para conseguir um trabalho, ter acesso a serviços bancários, etc. Muitas vezes, a introdução da escrita na vida da criança é

traumática. Assim, mostra o seguinte depoimento de um adolescente numa turma de Alfabetização de Jovens e Adultos (AA)⁹ que, no momento da entrevista, já tinha cursado sete anos na escola: três anos na escola fundamental (até a terceira série), dois anos numa turma de educação especial (porque foi diagnosticado como portador de deficiência) e outros dois anos de volta na segunda série da escola fundamental (porque o diagnóstico anterior foi considerado errado). Desses sete anos de escola, pouco tem para lembrar, excetuando um episódio marcante, não de prazer, mas de dificuldades com a palavra escrita durante o ano em que cursava a primeira série:

... ele [o pai] recebeu um negócio da firma lá e tinha que mandar uma carta... e fez eu fazer (...) fez eu escrever. Mesmo sabendo que eu não sabia. (...) passei apertado, lembro até hoje. Aí umas [letras] mais ou menos eu sabia, outras ele falava, ajudava e eu ia. Aí eu consegui fazer a carta (...) era meio difícil, né? Não sabia nada, tinha entrado aquele... ano lá, não sabia nada ou mais ou menos, sabia pouco, né? (Signorini & Dias, 2000, p. 77-87)

O ensino, alicerçado em práticas e representações da língua que determinam *a priori* os caminhos a serem seguidos pelos alunos em função da sua classe social, da sua etnia ou de qualquer outra barreira social, nega ao aluno pobre o direito ao prazer, à aventura, ao lúdico que a escrita traz para as crianças dos grupos privilegiados, tornando, assim, a experiência educacional profundamente desigual e, conseqüentemente, exclusiva. Num extenso estudo realizado por J. Oakes (resenhado em Gee, 1990) no qual a pesquisadora perguntou a alunos do Ensino Médio “para que serve a escrita?”, os alunos de classes sociais privilegiadas responderam que servia para desenvolver a capacidade de análise, o pensamento crítico, a capacidade de comunicação enquanto que os alunos de classes sociais mais pobres indicavam que servia para seguir instruções, aprender disciplina, honestidade e respeito, enfim para continuar acatando e obedecendo.

Não é difícil identificar inúmeras barreiras institucionais e barreiras pedagógicas que impedem o sucesso na aprendizagem de tantas crianças e adultos. Entre as últimas, o documento da Unesco, já citado, menciona “os materiais e métodos de ensino exclusivos do ponto de vista cultural ou lingüístico, os conteúdos curriculares irrelevantes ou prejudiciais e os valores e atitudes conservadores, baseados em representações estereotipadas da natureza humana”¹⁰ (Unesco, 2001, p. 20). Como vimos, não são apenas as condições materiais, tão precárias, de nossa escola as que ex-

⁹ Numa pequena cidade no interior paulista, que foi foco de projeto de investigação e de formação de alfabetizadores em serviço de seis anos de duração, por mim coordenado (cf. Kleiman, 2000a).

¹⁰ “... culturally or linguistically exclusive teaching methods, instructional materials and learning methods, irrelevant or prejudicial curriculum content, and conservative attitudes and values, based on stereotypical representations of human nature...”.

cluem, mas, também, representações e mitos sobre a escrita, como os discutidos acima, podem ser incluídos no conjunto de barreiras que impedem a participação plena de muitas crianças, adolescentes e adultos nas experiências de aprendizagem escolar.

UMA PEDAGOGIA E UMA ESCOLA INCLUSIVA

Os desafios de uma escola inclusiva são, provavelmente, grandes demais para o professor, ou para a equipe de professores e coordenadores pedagógicos de uma escola, especialmente, quando envolvem crenças e valores de grupos sociais que são contrários aos valores das escolas inclusivas e democráticas.¹¹ No entanto, uma forma importante de se começar a mudar o quadro da exclusão é na localidade, ensaiando soluções para situações determinadas, a partir de diagnósticos e avaliações de necessidades locais.

Note-se que os próprios documentos oficiais que descrevem as grandes tendências de grandes populações, ou seja, que lidam, essencialmente, com os determinantes macrossociais da exclusão, reconhecem a importância, na análise e na procura de soluções, dos aspectos microssociais, ou seja, daqueles fatores que dizem respeito à comunidade e à escola dessa comunidade, quando recomendam a adoção do chamado “modelo social da deficiência”, o modelo, também, recomendado por organizações de portadores de deficiência em todo o mundo. Segundo esse modelo, “as barreiras contra a aprendizagem e a participação surgem da interação de um aprendiz com seus contextos: as pessoas, os programas, as instituições, as circunstâncias culturais, sociais e econômicas que afetam sua vida”¹² (Unesco, 2001, p. 23).

O modelo social defende um conceito relativo de deficiência, segundo o qual “a deficiência é vista como resultado da interação entre o aprendiz e seu meio quando o meio excede a sua capacidade individual”; afirmando, também, que “o normal é o fato de as crianças serem diferentes em diversos momentos e estágios das suas vidas, segundo suas capacidades nesse momento e não segundo deficiências ou limitações básicas, inatas”¹³ (Unesco, 2001, p. 23). Podemos concluir, portanto, que o modelo permite explicar o papel das demandas de letramento da sociedade tecnológica na construção do fracasso da criança, do adolescente e do adulto.

¹¹ Fato também apontado no documento da Unesco (2001, p. 12).

¹² “... barriers to learning and participation arise through an interaction between a learner and their contexts: the people, policies, institutions, cultures, social and economic circumstances that affect their lives”.

¹³ “It also enables the use of a relative handicap concept, where handicap is seen as the result of interaction between individual characteristics and environmental demands, where the handicap arises when the demands exceed individual capacity. (...) The ‘social’ position also accepts as normal that children are differentially ready for different kinds of learning at different times and stages, depending on their own individual capacities, abilities and determination, not just on the basis of their impairment or impairments”.

Uma das palavras chave desse modelo é interação. Nas teorias interacionistas, as identidades e os papéis sociais são construídos através da linguagem, pelos participantes da situação. Isso significa que o sucesso do aluno é construído; que sua inclusão e exclusão são construídos nas atividades cotidianas, nos micro contextos como a sala de aula. Essa construção, prediz a teoria, é realizada, discursivamente, na interação entre professor e aluno. De acordo com essa perspectiva, a essência da atividade discursiva é interativa e dialógica, isto é, a linguagem é uma forma de ação conjunta que se realiza entre os falantes (Bakhtin, 1979). É claro que, como mostrávamos na seção anterior, as práticas discursivas estão determinadas pela instituição e pelas relações de poder. Assim, as práticas de letramento são práticas discursivas que sempre envolvem a imposição de determinado conjunto de idéias, concepções e pressupostos sobre a escrita de um determinado grupo sócio cultural sobre um outro grupo. Porém, na encenação cotidiana das relações sociais, há espaço para a subversão e a transformação, porque a interação é uma atividade de produção de significados na qual o contexto não é apenas um dado, pois ele pode ser redefinido constantemente, na interação, dentro dos limites fornecidos pelas condições históricas e pelos contextos institucionais (cf. Erickson & Schultz, 1981 e 1982; Gumperz, 1972 e 1982; Kleiman, 1998, 2000b e 2001). Para citar apenas um exemplo dessa construção de contextos para a mudança, recentemente, assistimos a uma comunicação de V. R. Loureiro (2001), que analisava o processo de aquisição tardia de Libras por alunos surdos. A autora mostrava que, quando esses alunos tiveram a oportunidade de interagir na Libras com a professora, eles passaram a interagir entre si, nos recreios, nos corredores, fora e dentro da aula. É razoável concluir que o reconhecimento mútuo e o reconhecimento e percepção, pelos demais alunos e professores da escola, de alunos, até esse momento silenciados e silenciosos, é o primeiro passo para a inclusão.

Um dos problemas que deve ser resolvido numa escola democrática e inclusiva é justamente o tipo de diagnóstico que escola e professor realizam sobre os alunos com necessidades especiais. Para fazer desse diagnóstico um instrumento um pouco mais confiável, a interação é essencial. Segundo o documento de Dakar, “O professor pode desconsiderar as necessidades especiais de alunos com deficiências sensoriais, ou considerar ‘retardados’ aqueles que requerem diferentes abordagens e estratégias de ensino” e, no caso de diagnósticos errados,

o número de crianças com necessidades especiais aumenta artificialmente e isso pode ser visto por alguns professores como uma justificativa para a alta incidência de abandono e repetição nas aulas. Às vezes, a atribuição de um aluno à categoria dos alunos com necessidades especiais é apenas o resultado de um desacordo entre a estratégias de ensino/aprendizagem do professor e o estilo de aprendizagem do aluno¹⁴ (Unesco, 2001, p. 20-21).

¹⁴ “The teacher may take insufficient account of the special needs of those with sensory impairments or consider ‘retarded’ those who require different responses and approaches (...) The presence of children categorized as

A criação de contextos que conduzem ao fracasso ou ao sucesso, à estereotipia ou à criatividade, então, é uma questão do tipo de interação face a face construída no micro contexto da sala de aula, e essa construção é sempre guiada pelo participante mais experiente e mais poderoso na interação, ou seja, o professor.

Uma outra forma de exclusão, na sala de aula, decorre de falhas na identificação do problema. Se o aluno tem um rendimento abaixo da média, isso pode ser consequência de uma dificuldades de aprendizagem de atividades de linguagem (como a dislexia), de matemática, ou de orientação espacial. Essas dificuldades não estão relacionadas a capacidades inatas, mas as crianças que mostram essas dificuldades são “amíúde, sujeitas a rótulos e à exclusão, apesar das dificuldades serem facilmente corrigidas”¹⁵ (Unesco, 2001, p. 22).

Podemos deduzir, dessas considerações, que um dos elementos mais importantes para uma educação inclusiva é a formação do professor, pois quanto mais competente menos erros serão feitos devido a conceitualizações, diagnósticos e atitudes inadequados, o que demonstra um professor com atitudes democráticas. Os estudos de Carraher, Carraher & Schliemann (1988), por exemplo, investigaram crianças no Recife que resolviam cotidianamente problemas de matemática. Eram crianças cujos pais tinham uma barraca na feira, que acompanhavam seus pais sem se envolver com as atividades, num primeiro momento, mas que, logo, passavam a assumir responsabilidade pelas transações comerciais e, mais tarde, começavam a desenvolver atividades comerciais independentes, por exemplo, como vendedores ambulantes. Segundo os pesquisadores, os sistemas abstratos de cálculo matemático, utilizados pelas crianças para desempenhar transações ligadas à sobrevivência, desenvolvidos coletivamente, primeiro através da observação dos adultos, e depois através das interações com os fregueses, são extremamente eficientes, porém são muito diferentes dos sistemas utilizados no processo de alfabetização na escola. Em consequência, essas crianças não aprendiam a somar, nem a subtrair, nem a multiplicar nem a dividir na escola. Daí ao diagnóstico de deficiência na aprendizagem é um curto passo.

Uma pedagogia inclusiva é uma pedagogia da diferença. Precisa de um professor que acredite que ele pode, sim, fazer uma diferença, na construção cotidiana, via interação, de um contexto de aprendizagem para todas as crianças. Isso envolve a criação de um contexto de aprendizagem em que diversos saberes são respeitados e, dentro do possível, legitimados na aula, e em que há criação de realidades sociais ricas para a aprendizagem, decorrentes do abandono de papéis sociais rígidos e exclu-

having special educational needs can be remarkably high and this fact alone may be seen by some teachers as a rationale for the high rate of drop-out or repetition in their classes. Sometimes attribution to this category is the result of no more than a misfit between the teacher's teaching/learning strategy and the learner's learning style”.

¹⁵ “... often they are the subject of labeling and exclusion, although generally their difficulties can be relatively easily addressed”.

dentos, da valoração das práticas sociais e discursivas de diversos grupos e do reconhecimento das diferenças nos conhecimentos prévios, necessidades e estilos de aprendizagem das crianças.

Gostaria de finalizar esta apresentação com uma lista das características que devemos ter como metas na escola inclusiva – a escola construída pela comunidade de pais, alunos e equipe da escola, constantemente renovada pelos próprios participantes, a fim de assegurar a co-construção dos conhecimentos sobre a língua escrita, o acesso de todos aos usos valorizados da escrita, o processo contínuo de formação e desenvolvimento, ou seja, o letramento dos envolvidos. Essa educação, que começa pela sala de aula, deve ter, pelo menos, as seguintes características:

1. Uma sala de aula que leva em conta o pluralismo dos aprendizes e de suas necessidades como, por exemplo, o pluralismo cultural, das práticas discursivas – as práticas de falar sobre o mundo e de fazer sentido do mundo – tal como ilustrado no exemplo das crianças trabalhadoras de Recife (Carragher, Carragher & Schliemann, 1988);
2. Uma escola que envolva a família e que seja cooperativa, no sentido de incorporar as práticas discursivas da escrita não legitimadas que a criança traz do lar, com isso, de fato, legitimando essas práticas no contexto da sala de aula. O conceito de comunidades de aprendizagem, relevante nas propostas de educação para mudança (cf. Marchesi, 2001), está implícito no conceito de práticas de letramento – que considera que as práticas de uso da língua escrita são práticas situadas, coletivas, em que cada qual contribui segundo sua capacidade. Assim, o conceito pode ser integrado na pedagogia de projetos, particularmente dos projetos de letramento. Nesses projetos, não haveria, em princípio, a divisão de trabalho pressuposta na escola de uns que sabem e que, portanto, ensinam e outros que não sabem e, portanto, aprendem, pois todos – professores e alunos – estariam construindo conjuntamente saberes sobre a língua falada e escrita. Essa pedagogia sustenta que não se aprende a redigir uma carta de opinião ao jornal redigindo cartas pessoais a um ente querido, mas redigindo cartas de opinião para enviá-las ao jornal, porque a leitura de um texto da mídia escrita nos demonstra a necessidade de escrever a nossa reação porque estamos comovidos, indignados e não queremos permanecer em silêncio. E pode acontecer que o professor nunca tenha sentido antes a necessidade de escrever uma carta de opinião à seção de cartas do leitor e, por isso, ele, também, está construindo conhecimentos sobre a escrita. A concepção de escrita, que enfatiza a dimensão social, está assentada na colaboração, e a facilitação necessária à aprendizagem não decorre da simplificação de textos ou atividades, mas do trabalho colaborativo;

3. Uma escola que valorize o docente. A valorização, devemos nos lembrar, está diretamente relacionada à autoconfiança do professor e esta, por sua vez, está relacionada ao seu grau de profissionalismo. Uma boa formação profissional começa pelo seu letramento, pela sua capacidade para continuar aprendendo através da escrita e de se sentir seguro quanto ao seu uso da escrita. Para criar um contexto em que a escrita não constitua mais uma barreira para a inclusão, precisa-se de um professor que não se sinta paralisado ou ameaçado porque teme dizer algo “errado” sobre um texto, que não permaneça em silêncio porque suspeita que sua opinião não corresponde ao cânone, que não esteja emudecido e incapaz de comunicar qualquer experiência prazerosa com o livro porque se auto-censura em função da sua insegurança sobre o seu próprio domínio da escrita (cf. Kleiman, 2001). Dessa forma, a formação do professor é uma questão central em toda reflexão sobre o assunto e que, nos programas dos cursos de formação, o letramento do professor – o desenvolvimento de suas práticas leitoras e escritoras – constitua hoje talvez o objetivo mais importante a ser atingido (cf. Kleiman & Signorini, 2000; Silva, Assis & Matencio, 2001);
4. Uma escola que proporcione tempo ao professor, a fim de que ele possa atingir esse profissionalismo sustentado no letramento: tempo para a formação, tempo para planejar, tempo para refletir e aprender. Na escola inclusiva, que visa ao letramento de seus alunos, não é possível ao professor apenas seguir o livro ou a cartilha. A concepção da escrita, como prática social, exige que o professor conheça o contexto cultural dos seus alunos e os modos de produção, consumo e circulação dos textos valorizados. Isso exige tempo. Um tempo que não depende apenas das condições locais, mas que, também, não está fora do escopo das condições de trabalho aí fornecidas;
5. Uma escola profundamente comprometida com o ensino do escrita como prática social, com padrões elevados de letramento. Isso envolve tempo, apoio administrativo, bons materiais didáticos, estratégias de ensino/aprendizagem que não exijam apenas repetição e memorização, mas que propiciem a aprendizagem crítica, enfatizando o desenvolvimento metacognitivo, que é aquele que nos faz pensar e atuar sobre o próprio conhecimento. Concordamos, neste aspecto, com o educador canadense Hargreaves (2001) que mantém a idéia de que precisamos de novas e criativas maneiras de ensinar e não das formas que lembramos de nossos antigos professores. Em relação à escrita, o seu ensino descontextualizado, começando pelo alfabeto e tendo como objetivo final um vago texto dissertativo, sem um caminho claro de como alcançar o objetivo, não é suficiente, assim como também não é suficiente ensinar o domínio das letras em vez das funções sociais do texto,

ler fragmentos e simplificações em vez dos textos que circulam fora da escola. No entanto, a familiaridade com os textos e suas funções exige preparo, tempo, profissionalismo, autoconfiança no próprio processo de continuar aprendendo através da escrita, no próprio letramento, conhecimentos não exigidos quando são ensinadas letras, sílabas e palavras; ou seja, quando são ensinadas as práticas, que lembramos, eram eficientes (e suficientes) quando somente as crianças já letradas freqüentavam à escola e quando a leitura era a forma de lazer e de escape por excelência. Nenhuma dessas duas condições é obtida hoje na escola que se democratizou, mas que não virou democrática;

6. Uma escola relevante. Uma escola que leve em conta seus alunos, sua diversidade e que introduza, na vida social através do ensino aprofundado, muitos discursos, gêneros e textos da escrita é, necessariamente, uma escola de relevância, ou seja, uma escola comprometida com práticas sociais significativas.

Uma escola, com as características listadas acima, traz enormes demandas aos educadores: maior responsabilidade (prestação de contas), ensino multi-seriado numa mesma aula, programas e currículos diferenciados e flexíveis, ensino individualizado e relevante para cada aluno. Uma escola, assim concebida, no entanto, redefine a esfera de ação do professor, pois são de sua alçada a inovação, a originalidade, a procura de soluções e alternativas para os alunos com dificuldades, enfim, uma série de medidas que dependem da interação bem sucedida na sala de aula e que, por sua vez, dependem de capacidade e profissionalismo do professor.

Se acreditamos que podemos subverter em vez de reproduzir o *statu quo* através da interação, podemos ser otimistas quanto ao sucesso da educação inclusiva e estaremos, assim, em boa companhia. Segundo Luce Giard, uma das discípulas de Michel de Certeau, no trabalho deste historiador, “são sempre perceptíveis um elã otimista, uma generosidade da inteligência e uma confiança depositada no outro, de sorte que nenhuma situação lhe parece a priori fixa ou desesperadora.” Isso porque, segundo a mesma autora, sem ser ingênuo quanto ao funcionamento dos poderes das instituições, Certeau conseguia discernir as “microresistências, as quais fundam, por sua vez, microliberdades, mobilizam recursos insuspeitos e, assim, deslocam as fronteiras verdadeiras da dominação dos poderes sobre a multidão anônima” (Giard, 1996, p. 18).

Investindo no letramento de todos, alunos e (futuros) professores estaremos devolvendo a voz àqueles reduzidos ao silêncio e transformando a escrita de mecanismo para a exclusão no melhor e mais eficiente instrumento de resistência e de inclusão.

Referências bibliográficas

- BAKHTIN, M. (VOLOSHINOV, V. N.). (1929-1930). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- CARRAHER, T.; CARRAHER, D.; SCHLIEMANN, A. L. **Na vida dez, na escola zero**. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1988.
- CARVALHO, Rosita E. Inclusão escolar: desafios. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOCIEDADE INCLUSIVA, 1. **Anais...** Belo Horizonte: PUC Minas, 29/9 a 2/10/1999, 2001, p. 45-60.
- ERICKSON, Frederick; SCHULTZ, J. When is a context? Some issues and methods in the analysis of social competence. In: GREEN, Judith; WALLAT, C. (Orgs.). **Ethnography and language in educational settings**. Norwood: Ablex Press, 1981.
- ERICKSON, Frederick; SCHULTZ, J. **The counsellor as gatekeeper**. New York: Academic Press. 1982.
- FREIRE, Ana Maria A. **Analfabetismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1989.
- FOUCAMBERT, Jean. **A leitura em questão**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- GEE, J. **Social linguistics and literacies: ideologies in discourses**. Hampshire: The Falmer Press, 1990.
- GIARD, Luce. História de uma pesquisa. In: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 9-32.
- GOODY, J. **The domestication of the savage mind**. 3. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. 1986.
- GUMPERZ, John J. Introduction. In: GUMPERZ, John J.; HYMES, Dell (Orgs.). **Directions in sociolinguistics: the ethnography of communication**. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1972.
- GUMPERZ, John J. **Discourse strategies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- HARGREAVES, Andy. Educação para mudança. CONGRESSO BRASILEIRO DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO. Brasília, DF: MEC, 15-19/10/2001.
- HEATH, Shirley B. What no bedtime story means: Narrative skills at home and school. **Language in Society**, n. 11, 1982, p. 49-76.
- KLEIMAN, Angela B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, Angela B. (Org.). **Os significados do letramento**. Campinas: Mercado de Letras, 1995. p. 15-64.
- KLEIMAN, Angela B. Schooling, literacy and social change: elements for a critical approach to the study of literacy. In: OLIVEIRA, M. K.; VALSINER, J. (Orgs.). **Literacy in Human Development**. Stamford, CT e London: Ablex, 1998.
- KLEIMAN, Angela B. Histórico da proposta de (auto)formação: confrontos e ajustes de perspectivas. In: KLEIMAN, A. B.; SIGNORINI, I. (Org.). **O ensino e a formação do professor**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000a.
- KLEIMAN, Angela B. O papel da análise da interação no contexto de formação de alfabetizadora: método feito, pergunta por fazer. In: KLEIMAN, A. B.; SIGNORINI, I. (Org.). **O ensino e a formação do professor**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000b.

KLEIMAN, Angela B. Letramento e formação do professor: quais as práticas e exigências no local de trabalho?. In: KLEIMAN, A. B. (Org.). **A formação do professor: perspectivas da lingüística aplicada**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

LOUREIRO, Vera R. Práticas discursivas em sala de aula de língua brasileira de sinais e a construção de conhecimento. CONGRESSO BRASILEIRO DE LINGÜÍSTICA APLICADA, 6. Belo Horizonte: UFMG, 07-11/10/2001.

MARCHESI, Álvaro. Educação para mudança. CONGRESSO BRASILEIRO DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO, Brasília, DF: MEC, 15-19/10/2001.

MITTLER, Peter. Educação de necessidades especiais: uma perspectiva internacional. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOCIEDADE INCLUSIVA, 1. **Anais...**, Belo Horizonte: PUC Minas, 29/9 a 2/10/1999, 2001, p. 34-41.

RAMA, Angel. **A cidade das letras**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RATTO, Ivani P. Ação política: fator de constituição do letramento do analfabeto adulto. In: KLEIMAN, Angela B. (Org.). **Os significados do letramento**. Campinas: Mercado de Letras, 1995. p. 267-290.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SILVA, Jane Q. G.; ASSIS, Juliana A.; MATENCIO, Maria de Lourdes M. Formação inicial e letramento do professor de Português: uma proposta em implantação. In: KLEIMAN, A. B. (Org.). **A formação do professor: perspectivas da lingüística aplicada**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

SIGNORINI, Inês; DIAS, Rachel M. “Até agora, só ferrada, cara!”: o cognitivo, o afetivo e o motivacional na alfabetização de jovens. In: Kleiman, A. B.; Signorini, I. (Orgs.). **O ensino e a formação do professor: alfabetização de jovens e adultos**. Porto Alegre: Artmed, 2000, p. 75-102.

UNESCO THEMATIC STUDIES EFA. Assessment. **Inclusion in education: the participation of disabled learners**. WORLD EDUCATION FORUM. Dakar, Senegal 26-28 April 2000 Paris: Unesco: 2001 (www.unesco.org/education)

UNESCO/Ministry of Education and Science (Spain). **The Salamanca statement and framework for action on special needs education**. Paris Unesco World Conference on Special Needs Education: Access and Quality, Salamanca, Spain, 7-10 June 1994 (www.unesco.org/education/slmca.htm)

UNITED KINGDOM. DEPARTMENT FOR EDUCATION. **Code of practice on the identification and assessment of special educational needs**. London, Central Office of Information. 1994.